



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANDERSON DE SOUSA MARREIRA

**OS DESAFIOS DO ACESSO ALIMENTAR NA PERIFERIA URBANA: O CASO
DOS BAIRROS JANGURUSSU E CONJUNTO PALMEIRAS EM FORTALEZA (CE)**

FORTALEZA

2023

ANDERSON DE SOUSA MARREIRA

OS DESAFIOS DO ACESSO ALIMENTAR NA PERIFERIA URBANA: O CASO DOS
BAIRROS JANGURUSSU E CONJUNTO PALMEIRAS EM FORTALEZA (CE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientador(a): Profa. Dra. Iara Rafaela Gomes

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M324d Marreira, Anderson de Sousa.

Os desafios do acesso alimentar na periferia urbana : o caso dos bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras em Fortaleza (CE) / Anderson de Sousa Marreira. – 2023.

197 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Iara Rafaela Gomes.

1. Acesso aos alimentos. 2. Cozinhas solidárias. 3. Jangurussu. 4. Conjunto Palmeiras. I.
Título.

CDD 910

ANDERSON DE SOUSA MARREIRA

OS DESAFIOS DO ACESSO ALIMENTAR NA PERIFERIA URBANA: O CASO DOS
BAIRROS JANGURUSSU E CONJUNTO PALMEIRAS EM FORTALEZA (CE)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Geografia. Área de
concentração: Natureza, Campo e Cidade
no Semiárido

Aprovada em: 25/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Iara Rafaela Gomes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Eveline de Alencar Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

À memória da minha avó, Terezinha, que desde muito cedo precisou deixar sua cidade natal para enfrentar a vida na capital, tornando-se mãe solo e vivendo próximo ao drama da fome ao lado dos seus filhos. Suas histórias sempre me comoveram e sua força inspira este trabalho.

Aos meus pais, agradeço por todo o apoio incondicional que me deram. Vocês são a base da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A expressão de gratidão é uma tarefa desafiadora, pois tentar resumir em poucas palavras a importância de cada um de vocês é um verdadeiro desafio.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família por seu apoio incondicional ao longo de toda essa jornada. Vocês sempre respeitaram minhas decisões, sem julgamentos, e nada disso teria sido possível sem a paciência e o apoio de vocês. Com carinho minha mãe, Joceliana.

À Professora Iara Rafaela Gomes por esses anos de parceria, desde o início da minha vida acadêmica na universidade. O zelo, confiança, amizade e o diálogo marcaram nossa relação de trabalho.

Ao Professor e amigo José Raimundo Rodrigues agradeço por toda a sua disponibilidade e pelos valiosos apontamentos que fizeram a diferença desde o projeto de pesquisa até a qualificação.

À Professora Clélia Lustosa, minha gratidão pelas importantes contribuições durante as bancas de qualificação e defesa.

Aos Professores Eveline Costa e Eduardo Machado, agradeço por aceitarem o convite, pela atenção dedicada, pela leitura cuidadosa e pelos valiosos apontamentos durante a banca de defesa.

Aos meus colegas do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação (NUPEGA) e do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), agradeço pela troca de conhecimento e pela parceria ao longo desses anos.

Aos profissionais agentes comunitários de saúde, meu profundo agradecimento pela ajuda e disposição nas entrevistas. Seus trabalhos são valiosos e merecem maior reconhecimento.

Aos representantes das cozinhas solidárias, que gentilmente dedicaram seu tempo para me apresentar seus espaços, meu sincero agradecimento. Vocês fazem a diferença no território.

Agradeço a todas as pessoas cujas entrevistas, conversas, ideias, críticas, sugestões e experiências de vida e luta influenciaram o desenvolvimento

desta dissertação. A indignação com as realidades foi uma fonte constante de energia, mesmo durante os momentos solitários de escrita.

Agradeço especialmente a Mara Mônica, minha amiga que a Geografia me apresentou. Nossa relação se estende para além dos muros da universidade, e sua contribuição, reflexões, escuta atenta e colaboração na produção dos mapas foram inestimáveis.

Às minhas colegas de turma Lidia Marques, Vitória Valentim e Letícia Moussa, obrigado por compartilharem essa jornada de mestrado comigo. Partilhar das aflições, dores, alegrias e amizade tornaram essa jornada mais leve.

Aos demais amigos e amigas que não foram mencionados, saibam que cada um de vocês teve um papel importante nessa trajetória. Amo vocês. Suas palavras de ânimo, conselhos e momentos compartilhados foram essenciais.

E expresso também minha gratidão ao meu psicólogo, João Aristides, por sua valiosa escuta, acolhimento e apoio durante essa jornada significativa em minha vida. Conseguimos!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome”. (VELOSO, 1977).

RESUMO

Fortaleza, capital do estado do Ceará, apesar de ter uma economia dinâmica, enfrenta sérios problemas de desigualdade socioespacial, sendo uma das cidades mais desiguais do Brasil. Essa desigualdade se manifesta na falta de habitação, disparidades nos investimentos em infraestrutura e serviços urbanos, bem como na distribuição desigual de comércios e serviços. Essa desigualdade também se reflete na questão alimentar, portanto, este trabalho tem como objetivo principal compreender os desafios do acesso aos alimentos em um contexto de pobreza urbana nos bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras, localizados na cidade de Fortaleza, Ceará, território historicamente marcado pela vulnerabilidade socioeconômica. A partir uma abordagem teórico-metodológica multidimensional e participativa das dimensões do acesso aos alimentos (econômica, física, política e simbólica) do acesso aos alimentos, a pesquisa busca contribuir para a discussão sobre o Direito Humano à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional em face das violações enfrentadas nesse território, além de identificar estratégias de resistência à Insegurança Alimentar e Nutricional, especialmente à fome. Para isto, a pesquisa se alicerça em uma metodologia qualitativa que se utiliza do levantamento, cruzamento e análise de dados, formação de hemeroteca e trabalho de campo, que envolveu reconhecimento e descrição da área, aplicação de entrevistas e a construção coletiva de um mapa participativo. Este estudo visa, portanto, lançar luz sobre os desafios enfrentados pelas populações destes bairros, explorando as complexas questões relacionadas ao acesso aos alimentos.

Palavras-chave: acesso aos alimentos; cozinhas solidárias; Jangurussu; Conjunto Palmeiras.

RESUMEN

Fortaleza, la capital del estado de Ceará, a pesar de tener una economía dinámica, enfrenta graves problemas de desigualdad socioespacial, siendo una de las ciudades más desiguales de Brasil. Esta desigualdad se manifiesta en la falta de viviendas, disparidades en las inversiones en infraestructura y servicios urbanos, así como en la distribución desigual de comercios y servicios. Esta desigualdad también se refleja en la cuestión alimentaria, por lo tanto, el objetivo principal de este trabajo es comprender los desafíos del acceso a los alimentos en un contexto de pobreza urbana en los barrios Jangurussu y Conjunto Palmeiras, ubicados en la ciudad de Fortaleza, Ceará, un territorio históricamente marcado por la vulnerabilidad socioeconómica. A través de un enfoque teórico-metodológico multidimensional y participativo del acceso a los alimentos, la investigación busca contribuir al debate sobre el Derecho Humano a la Alimentación y la Seguridad Alimentaria y Nutricional frente a las violaciones que enfrenta este territorio, además de identificar estrategias de resistencia a la Inseguridad Alimentaria y Nutricional, especialmente el hambre. Para ello, la investigación se basa en una metodología cualitativa que utiliza la recopilación, el cruce y el análisis de datos, la formación de una hemeroteca y el trabajo de campo, que incluyó el reconocimiento y la descripción del área, la realización de entrevistas y la construcción colectiva de un mapa participativo. Este estudio tiene como objetivo arrojar luz sobre los desafíos que enfrentan las poblaciones de estos barrios, explorando las complejas cuestiones relacionadas con el acceso a los alimentos.

Palabras clave: acceso a los alimentos; cocinas solidarias; Jangurussu; Conjunto Palmeiras

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Mapa de localização dos bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras	24
Figura 2	– Pintura retratando o cotidiano no antigo lixão do Jangurussu	25
Figura 3	– Modelo conceitual de Ambiente Alimentar	46
Figura 4	– Mapa de localização das Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) no Jangurussu e Conjunto Palmeiras	115
Figura 5	– Região Metropolitana de Fortaleza: divisão político-administrativa e evolução da mancha urbana	125
Figura 6	– Conjunto São Cristovão, Jangurussu	129
Figura 7	– Conjunto Habitacional Maria Tomásia, Jangurussu	129
Figura 8	– Conjunto Residencial José Euclides, Jangurussu	130
Figura 9	– Comunidade São Francisco da Ribanceira, Jangurussu	131
Figura 10	– Comunidade Catolé, Jangurussu e Conjunto Palmeiras	131
Figura 11	– Comunidade Cidade Deus, Jangurussu	132
Figura 12	– Construção por meio de mutirão da Comunidade Santa Filomena Jangurussu	133
Figura 13	– Comunidade Santa Filomena, Jangurussu	133
Figura 14	– Comparação da mancha urbana do Jangurussu e Conjunto Palmeiras (1985-2022)	134
Figura 15	– Mapa de localização dos estabelecimentos comerciais alimentícios que atendem os bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras	138
Figura 16	– Nuvem de palavras dos alimentos mais consumidos nas principais refeições dos moradores	146
Figura 17	– Cozinha Solidário do MTST	148
Figura 18	– Cozinha Solidário do Brigadas Populares	149

Figura 19 – Fila para recebimento das refeições nas cozinhas solidárias	151
Figura 20 – Cozinha Comunitária do Projeto BuChein, Conjunto Palmeiras	152
Figura 21 – Cozinha Comunitária do Projeto Olhando Pra Frente, comunidade do Santa Filomena, Jangurussu	153
Figura 22 – Instituto Hesed	154
Figura 23 – Centro de Atenção Psicossocial Santo Agostinho (CAPSA)	155
Figura 24 – Casa da Caridade Dr. Adolph Fritz	156
Figura 25 – Conselho Nova Vida	157
Figura 26 – Instituto Vidas	158
Figura 27 – Horta Social do Conjunto Palmeiras	159
Figura 28 – Centro Social Urbano do Conjunto Palmeiras (CSU)	159
Figura 29 – Atividades do Banco Palmas	160
Figura 30 – Zona Viva localizado no Residencial José Euclides	161
Figura 31 – Cuca Jangurussu	162
Figura 32 – Mapa de localização das Cozinhas Solidárias e Comunitárias Institutos e Projetos que atendem os bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras	163
Figura 33 – Mapa de áreas críticas de risco de fome a partir da percepção dos atores e agentes sociais da pesquisa no território dos bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras	167

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Série histórica do Índice de Gini do Brasil (2012-2021)	76
Gráfico 2 – Dados de Segurança e Insegurança Alimentar no Brasil (2004-2022)	94
Gráfico 3 – Percentual de domicílios em situação de SAN e IA no Brasil (2020 e 2022)	96
Gráfico 4 – Distribuição percentual de SAN e IA por Região - Brasil (2022)	97
Gráfico 5 – Distribuição percentual de SAN e IA por Estados da Região Nordeste (2022)	98
Gráfico 6 – Distribuição dos dados de SAN e IA por localidade (urbano e rural) no Brasil (2022)	99
Gráfico 7 – Distribuição dos dados de SAN e IA segundo a Renda Familiar per Capita no Brasil (2022)	100
Gráfico 8 – Distribuição dos dados de SAN e IA segundo a Renda Familiar per Capita no Brasil (2022)	101
Gráfico 9 – Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar no Brasil (2018)	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Procedimentos metodológicos da pesquisa	29
Quadro 2 – Tipos de estabelecimentos que comercializam alimentos, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)	59
Quadro 3 – Classificação de Segurança e Insegurança Alimentar	91
Quadro 4 – Desigualdade na aquisição de alimentos em função da classe de rendimento ou à localização dos domicílios no território nacional	108
Quadro 5 – Quantidade de entrevistas realizadas nas UAPS do Jangurussu e Conjunto Palmeiras	116
Quadro 6 – Cozinhas Solidárias e Comunitárias no Jangurussu e Conjunto Palmeiras	121
Quadro 7 – Instituições, Projetos e Associações com atuação direta ou indiretamente à questão alimentar no Jangurussu e Conjunto Palmeiras	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População absoluta e relativa segundo as classes de rendimento médio mensal familiar	78
Tabela 2 – Distribuição de valores e percentual segundo os tipos de despesas de consumo - Brasil	105
Tabela 3 – Distribuição de valores e percentual segundo os tipos de despesas de consumo - Nordeste	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CDC	Centro de Controle e Prevenção de Doenças
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DCNT	Doenças Crônicas não Transmissíveis
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU	Organização das Nações Unidas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PPC	Paridade de Poder de Compra
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PNCBA	Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
POU	Prevalência de subalimentação
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SMPC	Salário Mínimo Per Capita
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
VIGITEL	Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas

por Inquérito Telefônico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Vivência e pesquisa: primeiras impressões	19
1.2	Apresentação do objeto de estudo	20
2.	O SISTEMA ALIMENTAR HEGEMÔNICO E A SUA DIMENSÃO SOCIOESPACIAL DO GLOBAL AO LOCAL	32
2.1	O que entendemos como sistema alimentar hegemônico	35
2.2	O espaço do sistema alimentar hegemônico	40
2.3	Do global ao local: o território como mediador entre o sistema alimentar e o ambiente alimentar	45
2.4	Por uma outra leitura do acesso aos alimentos	52
3.	A INTRINCADA RELAÇÃO DA DESIGUALDADE, POBREZA E FOME NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ACESSO DESIGUAL AOS ALIMENTOS	70
3.1	A complexa teia entre Desigualdade, Pobreza e Fome no Brasil	71
3.1.1	<i>Radiografia da Desigualdade Social no Brasil</i>	73
3.1.2	<i>Pobreza: uma das faces da Desigualdade</i>	78
3.1.3	<i>A Fome como fenômeno social</i>	83
3.2	“Onde e quem?”: compreendendo os dados de fome no Brasil	92
3.3	Brasis: situações alimentares, consumo e disponibilidade alimentar nos domicílios	102
4.	DESAFIOS DO ACESSO ALIMENTAR NA PERIFERIA: A POBREZA E A FOME NO JANGURUSSU E NO CONJUNTO PALMEIRAS	110
4.1	A pesquisa é pensada e construída para (e por) quem?	110
4.1.1	<i>Percorrendo o território: o trabalho de campo como ferramenta metodológica</i>	111
4.1.1.1	Trabalhando junto com as comunidades: estruturação dos trabalhos de campo, entrevistas e mapeamento participativo	113

4.2	Entre ruas, vielas e realidades: a persistência de problemas urbanos na esteira do tempo no Jangurussu e no Conjunto Palmeiras	125
4.3	Dimensões do Acesso Alimentar: os desafios (não) compartilhados no Jangurussu e no Conjunto Palmeiras	134
4.3.1	<i>A renda e o prato: apontamentos sobre a dimensão econômica do acesso alimentar na periferia</i>	135
4.3.2	<i>Ir ali eu não posso: reflexões sobre a dimensão física do acesso aos alimentos na periferia</i>	137
4.3.3	<i>Pensar, mobilizar e andar juntos: a importância da dimensão política para o acesso aos alimentos</i>	140
4.3.4	<i>Percepções e hábitos alimentares em diferentes contextos: a dimensão simbólica do acesso alimentar</i>	142
4.4	Existimos e resistimos: as formas de resistência e resiliência frente os desafios comuns - da alimentação, particularmente a fome - enfrentados pelos atores sociais no território	146
4.4.1	<i>O papel das Cozinhas Solidárias como meio de transformação</i>	147
4.4.2	<i>As Cozinhas Comunitárias como extensão das lutas comunitárias</i>	151
4.4.3	<i>Aliados diretos e indiretos na busca pela Segurança Alimentar no território: a atuação das Instituições e Projetos</i>	153
4.4.4	<i>Além de somente alimentação: a importância e o impacto de equipamentos que fazem a diferença</i>	158
4.4.5	<i>Refletindo sobre a distribuição espacial dos atores e agentes sociais pelo território: o que isso nos revela?</i>	162
4.5	Mapeando o risco de fome no território: contribuições por meio da participação social	164
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
	REFERÊNCIAS	171
	APÊNDICE A – COMUNIDADES IDENTIFICADAS NO JANGURUSSU E CONJUNTO PALMEIRAS E SUAS CARACTERÍSTICAS	186

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	188
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM CHEFES DE FAMÍLIA	191
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM COZINHAS SOLIDÁRIAS	194

1 INTRODUÇÃO

1.1 Vivência e pesquisa: primeiras impressões

A temática desta dissertação está entrelaçada com a história da minha família materna. Minha avó (em memória), uma mulher negra e de origens humildes, sempre foi um exemplo de coragem e resiliência diante dos desafios da vida. Migrante da cidade do Crato, no interior do Ceará, ela chegou sozinha à cidade de Fortaleza, no início da década de 1950, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Essa, infelizmente, foi a realidade de muitos outros migrantes. Sendo pobre, ela enfrentou a dura realidade da falta de direitos básicos, como a habitação adequada. Ela se estabeleceu na comunidade próxima ao bairro Antônio Bezerra, conhecida como "Buraco da Gia", devido ao seu terreno acidentado. Nessa área, ela enfrentou inúmeras dificuldades.

Com o passar do tempo, já com filhos, minha avó perdeu tudo o que tinha devido às inundações que atingiram a comunidade. Nesse período, uma política habitacional destinada a pessoas que viviam em áreas de risco ambiental a levou, juntamente com seus filhos, para uma área mais afastada do centro da cidade, conhecida como Jangurussu, nomeada devido ao lixão local. Assim, ela se tornou uma das primeiras moradoras do Conjunto Palmeiras ainda na década de 1970.

Como ela costumava contar, eles construíram sua moradia com os materiais que encontraram disponíveis, sendo uma simples fogueira, a única fonte de luz à noite. Sem acesso a emprego formal, minha avó e seus três filhos caminhavam cerca de 3 km da sua casa até o antigo lixão, onde realizavam a catação de materiais recicláveis em busca de sustento, na maioria das vezes o alimento era encontrado em meio ao lixo. Infelizmente, essa realidade vivenciada nas décadas de 1970 e 1980 ainda persiste nos dias atuais.

Durante o trabalho de campo desta pesquisa, muitas vezes me vi imerso em memórias, relembrando as conversas que tive com minha avó e minha mãe sobre suas histórias de vida. Resido na comunidade do Santa Filomena, no Jangurussu, e assim, em meio ao desenvolvimento desta dissertação tomei consciência que nem todos os jovens deste território tiveram as mesmas

oportunidades de estudar, ter chance de ter um diploma de ensino superior, ainda mais em uma universidade pública. Sinto que sou um entre muitos que não tiveram as mesmas chances.

O estudo do meu próprio território se tornou um desafio pessoal. Esta pesquisa foi conduzida com essa perspectiva singular, enriquecida pelas minhas conexões com o território e pela compreensão das experiências vividas por minha família.

1.2 Apresentação do objeto de estudo

Fortaleza passou por um intenso e acelerado processo de urbanização advindo do incremento do êxodo rural, devido aos longos períodos de estiagem, seca, concentração de terra, de capital e falta de oportunidades que mobilizaram contingentes de migrantes oriundos de cidades do interior do Estado do Ceará e do Nordeste brasileiro (LIMA, 2013). Tudo isso contribuiu para a formação e expansão da cidade de Fortaleza em meados do século XX.

A produção do espaço urbano de Fortaleza se deu por meio da relação do Estado, do mercado imobiliário e das dinâmicas populacionais, como aquela acima mencionada. De forma desigual, a ocupação da cidade de Fortaleza tem o seu território marcado por lutas cotidianas diante de injustiças sociais, apresentando características vistas até os dias atuais (ARAÚJO; COSTA, 2016).

Tais características explícitas na forma e na paisagem urbana por meio da desigualdade econômica entre bairros, da falta de habitação, nos díspares investimentos de infraestruturas e serviços urbanos, na distinção da localização de comércios e serviços, entre outras características. São áreas expostas a elevados índices de vulnerabilidade social (VIEIRA, 2015).

Em contrapartida, existem corredores centrais com melhores condições de infraestrutura, onde habitam famílias com elevada renda. Nesse mosaico de realidades, Fortaleza se apresenta com “descontinuidades socioespaciais” (LIMA, 2013, p. 18).

Fortaleza, atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), ocupa a 4ª colocação em relação a sua população em

cenário nacional, há aproximadamente 2 milhões e 400 mil habitantes. Fruto de uma economia dinâmica e diversificada, com predomínio do setor de serviços, Fortaleza tornou-se a capital nordestina com maior Produto Interno Bruto (PIB), chegando a superar Salvador pela primeira vez, a partir de dados de 2018. Em âmbito nacional, Fortaleza ocupa a 9ª colocação (R\$ 67 bilhões), sendo responsável por 1% da participação do PIB nacional (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020), junto com os dez maiores PIB do Brasil somam 42,5%, (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020).

Destaca-se que o Estado do Ceará conta com 17 bilionários, sendo o primeiro do Nordeste em número de super-ricos. Em cenário nacional, ocupa a 6ª colocação, segundo a lista da Forbes (OPOVO, 2021). Ainda na mesma lista, no que tange ao *setor de alimentação*, 7 dos 15 bilionários são de empresas cearenses (DIÁRIO DO NORDESTE, 2021).

Esses dados demonstram a relevância, em panorama nacional, da capital do Estado do Ceará, do seu crescimento econômico, mas sobretudo evidenciam a sua grande concentração de renda. Segundo reportagem do G1 (2019)¹, referente a quantidade de Cadastros Único junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), notou-se que há 204.177 mil famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal, por pessoa, de apenas R\$ 89,00 e 39.728 famílias que estão em situação de pobreza, com renda mensal, por pessoa, de R\$ 178,00. Esses dados são alarmantes, pois as situações de extrema pobreza e de pobreza resultam em privações como a fome.

Neste íterim, lembramos a afirmação enfática de Villaça (2011, p.37), nos lembrando que "nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade". Essa desigualdade, certamente, também se expressa nos problemas concernentes à questão alimentar.

Quando falamos, mais especificamente, de uma alimentação considerada saudável, os dados revelam complexidade. Em Fortaleza, segundo a Secretaria

¹Reportagem pode ser conferida em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/07/27/permanencia-de-familias-na-extrema-pobreza-mante-m-situacoes-de-fome-em-fortaleza.ghtml>

Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (2018), com base em pesquisa da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), em relação ao consumo de alimentos considerados saudáveis em 2016, apenas 18,1% da população fortalezense consumia o que era recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A exemplo do consumo de frutas e hortaliças, pois a ingestão diária prescrita seria de pelo menos cinco ou mais porções delas, e, neste caso, somente 28,8% da população fortalezense o fazia naquele ano.

O acesso aos alimentos é resultado de uma complexa relação contraditória entre movimentos do global ao local, carregando características da organização da sociedade e do seu modo de produção capitalista, respaldados no sistema alimentar hegemônico, por meio das formas de produção, abastecimento, comercialização e consumo que, sobremaneira, repercutem nos territórios.

Há diversas conceituações para “acesso” aos alimentos na literatura, sobretudo na internacional. De modo geral, ressaltamos a multidimensionalidade que o permeia, assim posto, pensando sobretudo na realidade brasileira. Nesta pesquisa, interessa-nos pensar a partir do esforço de Schneider, Ruiz e Escobar (2018) que operacionalizaram a análise a partir de quatro dimensões: econômica, física, política e simbólica.

A dimensão econômica, caracteriza-se pela capacidade dos indivíduos de adquirir, através do seu poder de compra, alimentos suficientes, com qualidade nutricional, culturalmente aceitos e obtidos de maneira socialmente aceitável; já a dimensão técnica - chamaremos de dimensão física -, diz respeito à distribuição dos estabelecimentos comerciais, serviços/equipamentos que viabilizam a aquisição e consumo de alimentos.

A dimensão política se refere ao reconhecimento da alimentação adequada e de qualidade como direito humano e seu estabelecimento por meio de políticas públicas. A dimensão simbólica, abrange as percepções e concepções dos sujeitos acerca da alimentação e suas representações sociais.

Com o exposto, pensando a cidade de Fortaleza e sua particular desigualdade socioespacial surgem perspectivas de pesquisa para adentrar a temática entendendo a alimentação sob este olhar. Com o intuito de analisar e

contribuir com a discussão acerca do acesso aos alimentos, consideramos relevante a aproximação a partir da realidade vivenciada na periferia urbana de Fortaleza e dos desafios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Sobretudo porque SAN pode ser entendida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (LOSAN, 2006).

Neste contexto, os bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras tornam-se relevantes objeto de estudo. Localizados na parte periférica sudoeste da cidade (Figura 1), fazem fronteira tanto com outros municípios como Itaitinga, Pacatuba e Maracanaú, bem como com os bairros Ancuri, Parque Santa Maria, Messejana, Barroso e Prefeito José Walter. Como podemos observar na figura a seguir, o território possui características territoriais que precisam ser pontuadas: dois grandes reservatórios hídricos, a Barragem do Rio Cocó e o Açude Jangurussu, além de vazios urbanos consideráveis que se expandem pelo território, o que podem impactar em dados de densidade populacional.

O território dos dois bairros é formado pelo conglomerado de comunidades que carregam particularidades da sua formação histórica. Conhecido, *a priori*, em Fortaleza pelo aterro sanitário desativado que operou entre os anos de 1978 e 1998, o território se estabeleceu em meio a problemas sociais e ambientais sob a negligência do Estado.

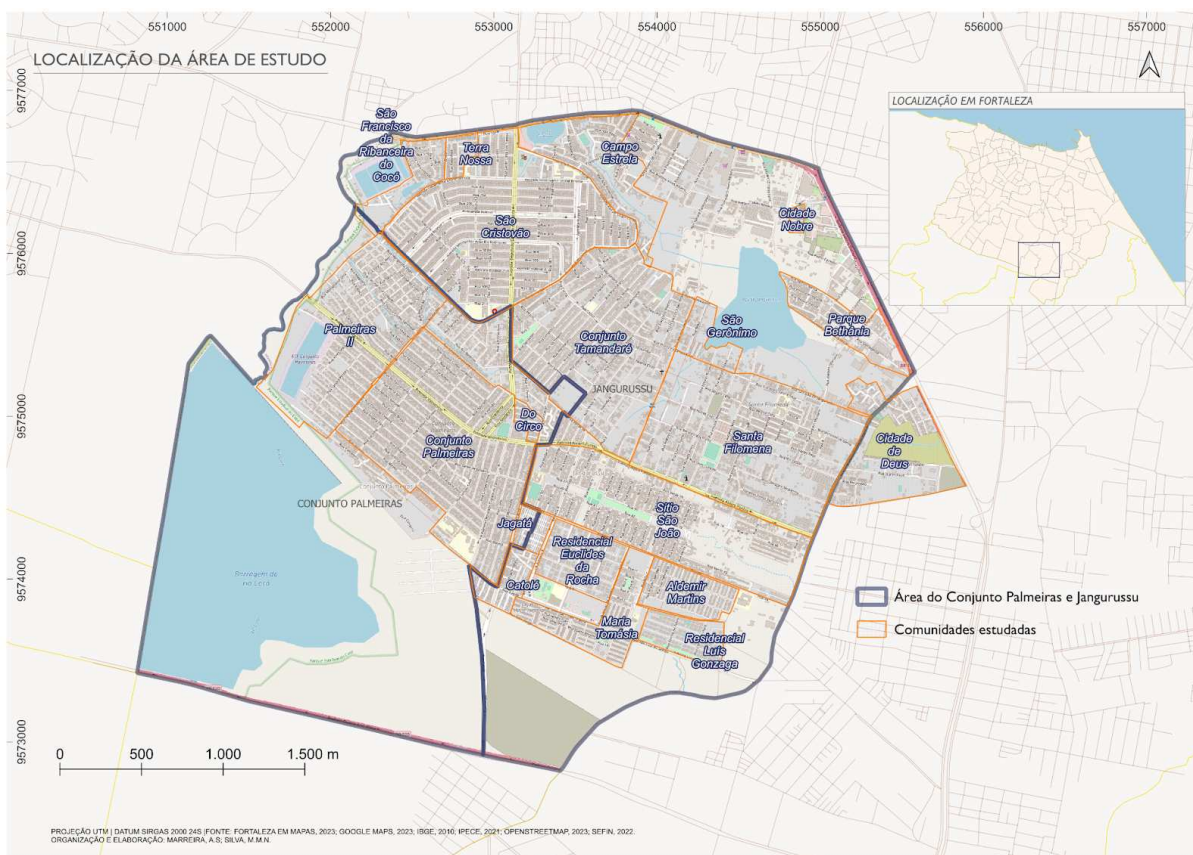
Este território foi apropriado por uma população carente segregada das oportunidades de trabalho, da propriedade privada, restando a alternativa popular em meio aos espaços ociosos longe do centro da cidade. A partir de pequenas construções, barracos e ocupação de terrenos, os moradores se estabeleceram ao redor do antigo lixão a céu aberto onde exerciam a atividade de catador de materiais recicláveis, além de dividir restos de alimentos com animais (DIAS, 2013). Um completo estado de negação de direitos básicos e abandono.

A condição sub-humana vivenciada pelos antigos moradores foi retratada em duas manifestações artísticas, a primeira aparece em trechos da música “O

Lobisomem do Jangurussu”²:

“Há uns vinte anos atrás, quando ali só era mato, só tinha a rampa do lixo, uns quatro ou cinco barracos, e uma casa abandonada toda cheia de buraco. [...] Tem muito caco de vidro, prego, veneno e arame. É um trabalho arriscado só pra não morrer de fome. E o perigo de morrer na boca do lobisomem?”

Figura 1 - Mapa de localização dos bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras



Fonte: Marreira; Silva, 2023.

E a segunda pode ser observada a partir de pinturas de Descartes Gadelha³, datada de meados da década de 1980, a qual buscou evidenciar as

² Música Lobisomem do Jangurussu de composição de Pedro Anderson e Parayba Medeiros. Pode ser escutado nas principais plataformas de audiovisual.

³ Descarte Gadelha é um pintor, desenhista, escultor e músico brasileiro. Por meio de uma linguagem expressionista retratou em sua obra aspectos da cultura, da religiosidade, bem como de problemas sociais vivenciados no estado do Ceará. Demais pinturas podem ser visualizadas em: <https://mauc.ufc.br/pt/exposicoes-realizadas/exposicao-2010-08-catadores-do-jangurussu-descartes-gadelha-18-10-2010/galeria-descartes-gadelha-catadores-do-jangurussu/>

histórias de luta de pessoas invisibilizadas em meio ao lixo, e que trouxe um retrato das precárias condições em meio a urbanização do bairro.

O território do Jangurussu e Conjunto Palmeiras é composto pelas vinte seguintes comunidades: São Cristovão, José Euclides, Luiz Gonzaga, Maria Tomásia, Aldemir Martins, Sítio São João, Almirante Tamandaré, Santa Filomena, Parque Betânia, Cidade Nobre, Campo Estrela, São Francisco da Ribeira, Catolé, Terra Nossa, Cidade de Deus, São Gerônimo, Palmeiras I e II, Jagatá e do Circo. Construídos em diferentes contextos e formas de construção, desde Conjuntos Habitacionais, Mutirões e favelas.

Figura 2 - Pintura que retrata o antigo lixão do Jangurussu



Realização: Descarte Gadelha, 1989. Fonte: MAUC

Ao carregar marcas da concentração de assentamentos precários, de baixos Índices de Desenvolvimento Humano, vulnerabilidade social e violência

urbana⁴, implica em dizer que a população residente tem oportunidades limitadas em termos de realização de direitos básicos. São pautas de lutas lideradas e organizadas por movimentos sociais e comunitários que estiveram, e que estão, à frente até os dias atuais.

A partir das reflexões iniciais estabelecidas, levantamos uma série de questões que, à medida que foram sendo respondidas, colaboraram conosco no entendimento das dimensões do acesso aos alimentos em Fortaleza/CE, a partir do caso dos bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras, que tem a fome e a miséria como elemento fundante do seu território. Seriam elas: Como pensar as dimensões que cercam o acesso aos alimentos no território? Qual o papel dos agentes atuantes, direta ou indiretamente, no tema da alimentação dentro do território? E nesse sentido, como ocorrem as múltiplas formas de resistências a partir das redes de solidariedade?

A presente pesquisa tem como objetivo principal compreender os desafios do acesso aos alimentos no contexto de pobreza urbana nos bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras, na cidade de Fortaleza (CE).

Para isto, nossos objetivos específicos são:

- Investigar os contextos e desafios relacionados às dimensões do acesso aos alimentos no território estudado;
- Identificar e caracterizar as áreas de risco de fome por meio de mapeamento participativo, com base nas percepções dos atores e agentes sociais envolvidos, incluindo cozinhas solidárias e comunitárias, agentes de saúde, institutos e projetos sociais direto ou indiretamente atuantes na questão alimentar no território estudado;
- Reconhecer as estratégias de resistência e resiliência adotadas pelos atores e agentes sociais que desempenham um papel direto ou indireto na questão alimentar nesse território.

⁴ Em particular, dada a complexidade da discussão sobre violência urbana, trazemos como exemplo o levantamento realizado por OPOVO (2020), onde o bairro Jangurussu obteve o maior número de homicídios no ano de 2020. Do total de 79 casos, o bairro acumulou 39 assassinatos. A reportagem pode ser conferida no link: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2020/06/16/jangurussu-e-o-bairro-com-maior-numero-de-assassinatos-no-ano-em-fortaleza.html>

Para este feito, a pesquisa se realizou por meio de metodologia com abordagem qualitativa que uniu o levantamento bibliográfico, informações da hemeroteca e o trabalho de campo.

Este último se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, bem como construção de mapas com base nos aspectos elementares da cartografia social, para aspectos gerais do território e ajustado para a temática, a fim de apreender as dimensões e os desafios que entremeiam o acesso aos alimentos.

A dissertação está dividida em cinco capítulos, sendo este o primeiro. O segundo capítulo intitulado "O sistema alimentar hegemônico e a sua dimensão socioespacial do global ao local" tem como objetivo aproximar a discussão sobre o sistema alimentar hegemônico à sua dimensão socioespacial, por meio das diferentes escalas e contradições inerentes a esse movimento. Neste sentido, discutiremos os processos que o estruturam e que se dão na dialética da concentração e expansão das funções, apreendidos nos elementos, na sua forma. No contexto da reprodução na lógica da produção social do capital mundializado, o alimento se transforma em mercadoria no sistema alimentar.

Além disso, apresentamos uma reflexão sobre as múltiplas relações de poder que repercutem nos territórios, tendo os territórios como mediadores neste processo, como pontos-chave de compreensão. Por fim, analisamos a noção construída do acesso aos alimentos, suas tentativas de conceituação, formas de mensuração e, assim, como nossa escolha teórica metodológica, buscaremos contribuir para um melhor entendimento da realidade mais próxima vivenciada pelas periferias das grandes cidades do Brasil.

No terceiro capítulo "A intrincada relação da desigualdade, pobreza e fome no Brasil: breve contextualização do acesso desigual aos alimentos" discutiremos temas importantes que cercam a temática da alimentação. Posteriormente, discorreremos sobre o papel da alimentação nos diversos cenários, negada enquanto direito social, entendendo a pobreza urbana e a fome como resultado dessa organização da sociedade, analisaremos um conjunto de dados a partir de dimensões como renda e trabalho, evidenciados dentro dos domicílios nacionais a partir Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que

repercutem nas situações alimentares e na (in)segurança alimentar da população. Por meio de levantamento documental e bibliográfico e de dados secundários advindos de pesquisas locais sobre a questão alimentar, analisaremos qualitativamente e quantitativamente a espacialização desses dados.

A seguir detalharemos um quadro com os procedimentos metodológicos da pesquisa. Nele apresentaremos além dos objetivos específicos, os procedimentos a serem realizados para o alcance de cada um deles, a fonte de material utilizada e o produto resultante dos procedimentos.

Quadro 1 - Procedimentos metodológicos da pesquisa

Objetivo Geral			
Compreender os desafios do acesso aos alimentos no contexto de pobreza urbana nos bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras, na cidade de Fortaleza (CE)			
Objetivos específicos	Metodologia	Fontes e Tratamento	Produto Resultante
a) Investigar os contextos e desafios relacionados às dimensões do acesso aos alimentos no território estudado;	- Reconhecimento e delimitação das comunidades que compõem o território estudado;	Análise e escolhas metodológicas do pesquisador.	Mapa de delimitação do território estudado. Mapas básicos interessantes para a pesquisa.
		Coleta de dados espaciais na PMF e tratamento de dados espaciais no QGIS.	
	- Coleta de informações junto atores e agentes sociais, com finalidade de identificar fragilidades e potencialidades do território, bem como aplicação de metodologia ajustada para as dimensões do acesso aos alimentos.	Escolha de atores e agentes sociais para o desenvolvimento da pesquisa.	Redação resultado das dimensões do acesso aos alimentos no território.
		Aplicação de entrevistas.	
b) Identificar e caracterizar as áreas de risco de fome por meio de mapeamento participativo, com base nas percepções dos atores e agentes sociais envolvidos, incluindo cozinhas comunitárias, agentes sanitários de saúde, institutos e projetos sociais direto ou indiretamente atuantes na questão alimentar	- Levantamento de UAPS, identificação de agentes de saúde, cozinhas solidárias, instituição e projetos sociais dentro do território;	A partir de levantamento realizado em trabalho de campo junto com atores e agentes sociais identificados, bem como de pesquisa na internet e jornais locais e redes sociais.	Mapa de localização dos atores e agentes sociais.

no território estudado	- Mapear, coletivamente, territórios de risco de fome junto aos atores e agentes sociais identificados.	Trabalho de campo de reconhecimento, oficina de elaboração de mapa participativo e aplicação de entrevistas com atores e agentes identificados.	Mapa de áreas críticas de risco de fome no território.
c) Reconhecer as estratégias de resistência e resiliência adotadas pelos atores e agentes sociais que desempenham um papel direto ou indireto na questão alimentar nesse território.	- Coleta de informações mediante trabalho de campo	Pesquisa documental e hemeroteca própria virtual. Trabalho de campo para aplicação de entrevistas com agentes identificados no território.	Mapa de localização e redação das suas respectivas atuações

O quarto capítulo “Desafios do acesso alimentar na periferia: a pobreza e a fome no Jangurussu e no Conjunto Palmeiras” tem como objetivo a compreensão do acesso aos alimentos no Jangurussu e no Conjunto Palmeiras. Iniciaremos entendendo o contexto socioespacial do território a partir do seu processo de formação histórico-geográfica e política até os dias atuais. Analisaremos informações de infraestruturas, habitação e serviços urbanos, discutiremos aspectos mais gerais de fragilidades e potencialidades do território.

Introduziremos a discussão sobre as dimensões do acesso aos alimentos a partir da análise de contextos e desafios encontrados durante a pesquisa expostos em quadros e mapas de resultado. Além disso, por meio de mapeamento participativo, apontaremos áreas de risco de fome por meio das percepções dos atores escolhidos na pesquisa. Ademais, ressaltaremos a importância das estratégias de resistência por meio da atuação de atores e agentes direto ou indiretamente na questão alimentar no território.

Em conclusão, no quinto e último capítulo apresentaremos as principais conclusões da pesquisa, as contribuições, bem como as perspectivas de futuras pesquisas.

2 O SISTEMA ALIMENTAR HEGEMÔNICO E A SUA DIMENSÃO SOCIOESPACIAL DO GLOBAL AO LOCAL

A Geografia como uma ciência social tem como objeto de estudo a sociedade por meio do espaço, isto é, o espaço é uma das instâncias que compõem a sociedade (SANTOS, 1992) ou como nos coloca Haesbaert (2018), a dimensão espacial da sociedade.

Neste sentido, nos interessa refletir a temática da alimentação⁵ a partir de uma leitura geográfica, haja vista que no ato de se alimentar, além da sua função básica e biológica de nutrir imprescindível para a existência humana, tem-se a origem da socialização (CARNEIRO, 2006) que carrega, em si, muitos outros significados (ANTIPON, 2017), submetidos, constantemente, aos moldes da organização da sociedade e das suas respectivas formas de economia, política e cultura que se dão e que são condicionadas pelo espaço.

Desse modo, no presente capítulo temos como objetivo aproximar a discussão da temática da alimentação e sua complexidade à sua dimensão socioespacial, numa perspectiva multiescalar. A ideia é vislumbrar as contradições inerentes a esse movimento no século XXI e os desafios do acesso aos alimentos de forma plena, suficiente e de qualidade nutricional nos territórios diversos.

A partir das constantes mudanças na natureza do espaço, ocasionadas pelo intenso processo de mundialização do capital, se torna imprescindível uma investigação do espaço que possa contribuir, com uma geografia global, que é, certamente, base para a compreensão de cada fração do espaço mundial (SANTOS, 1994).

Para isto, utilizamos de alguns elementos metodológicos que evidenciaram, além da forma e função, um conjunto de processos inseridos na estrutura que conforma a totalidade do espaço. Podemos citar, a priori, o papel das grandes corporações do setor agroalimentar ou como pontua Elias (2021), dos

⁵ A temática da alimentação é ampla e complexa. Desde os estudos de base nutricional dos alimentos; estudos antropológicos e sua relação com a comensalidade; de cultura alimentar; saúde e alimentos; de desigualdades em saúde; marketing; direitos e políticas públicas; desperdícios; abastecimento e entre outros.

agentes do agronegócio globalizado, que vêem o alimento enquanto mercadoria. Do mesmo modo, a verticalização da rede varejista, o avanço de alimentos ultraprocessados ricos em gorduras e de baixo teor nutricional nas refeições, bem como da atuação direta e indireta dos agentes na política, do aparelhamento do Estado, entre outros.

Tudo isso alinhado ainda a mudanças nos hábitos alimentares, a substituição do plantio de culturas alimentares por *commodities*; a perda de autonomia e diversificação alimentar; o aumento de cenários de risco ou situações de fome, de desnutrição, de obesidade, bem como, no aumento de doenças crônicas não transmissíveis; o aprofundamento de desigualdades socioeconômicas; o acirramento de conflitos por terra e água, dentre outras modificações associadas diretas e indiretas ao processo.

São movimentos que vão desde a escalada das multinacionais em cenário internacional, seu papel e atuação no sistema mundial à apreensão das repercussões do movimento nos territórios que influenciam no ambiente alimentar, e na forma mais direta ao acesso aos alimentos, sua disponibilidade, qualidade, valor nutritivo, preço e disposição para as escolhas alimentares no cotidiano.

Um exemplo, a priori, foi revelado pelo *New York Times* (2017) em reportagem investigativa intitulada “Como a Grande Indústria viciou o Brasil em *Junk Food*”⁶, mostrando as estratégias de uma grande multinacional de origem Suíça do ramo alimentício. A matéria apresenta como decisões tomadas em *lugares do mandar*, expandem expressivamente seus produtos aos lugares mais longínquos, para consumidores da periferia de Fortaleza, por exemplo, que não tinham acesso físico imediato a estabelecimentos comerciais e que foram capturados pelos tentáculos desta empresa.

É um caso interessante para refletir as nuances de atuação das multinacionais que não se limitam a barreiras político-administrativas para expansão da distribuição da sua produção. Há cada vez mais diversificação dos nichos de mercado e dos perfis dos consumidores com o objetivo de ampliar o lucro advindo

⁶ Reportagem “Como a Grande Indústria Viciou o Brasil em Junk Food” (2017), de Andrew Jacobs e Matt Richtel, podendo ser acessada em <https://www.nytimes.com/2017/09/16/health/brasil-junk-food.html>

do consumo de alimentos ultraprocessados.

Do mesmo modo, destacamos também a reportagem recente⁷ de um presidente de um grande conglomerado do ramo da alimentação, mais especificamente do ramo de salgadinhos. Ele demonstra o interesse da empresa na ampliação do portfólio dos produtos, desde aqueles com preços mais reduzidos em menores quantidades à produtos mais refinados com menor teor de sal e açúcares na sua composição, todavia com maior valor agregado. Também apresenta o aumento no investimento de capital e uso intensivo de tecnologia para atender aos diversos nichos de mercado, em especial no Brasil.

O breve exposto aponta a complexidade da discussão, demonstrando as contradições do sistema alimentar que se apresentam, também, de maneira multiescalar. Logo, se torna imperativa a compreensão dos movimentos global-local, de modo a captar as dinâmicas da questão alimentar e a necessidade urgente de lançar mão de uma discussão do território.

Neste sentido, o presente capítulo se estrutura em quatro partes. A priori, nós buscamos compreender, conceituar e caracterizar o que entendemos enquanto sistema alimentar hegemônico. Na segunda parte, nos esforçamos em apreender como o espaço geográfico é capturado por este sistema alimentar hegemônico à luz da sua (re)produção social. Na terceira parte, discutimos as características do sistema alimentar nos diferentes ambientes alimentares, aqui tratado como território, concebido do imbricamento das múltiplas relações de poder que repercutem nas escolhas alimentares. E por último, realizamos uma discussão sobre o acesso aos alimentos, noção que pensamos ser mais abrangente daquela tratada do ponto de vista dos ambientes alimentares e da noção de desertos alimentares, em um cenário de um país bastante desigual como o Brasil.

⁷ Reportagem “Brasileiro consome 1,8 kg de salgadinho por ano, e é pouco, diz Pepsico”, de Mariana Desidério, pode ser acessada em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/02/27/entrevista-pepsico.htm>

2.1 O que entendemos como sistema alimentar hegemônico

Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), um sistema alimentar é entendido como atividades, elementos, atores envolvidos desde a produção, processamento, distribuição, consumo e descarte de produtos alimentícios (FAO, 2018). Entre as características, apontam o fato de ser cada vez mais globalizado, com interações que exigem ações tomadas por diversos atores e em diversas escalas.

Castro Júnior (2018) chama a atenção para constante interação entre os atores e os elementos que compõem o sistema alimentar com outros sistemas, como o de transporte, o de energia e de saúde, sendo operados em dados contextos em que estão situados, sejam eles ambientais, sociais, políticos e econômicos.

Os estudos sobre o sistema alimentar global possuem como uma das principais características, a interdisciplinaridade. Dentre as áreas de estudo que mais se destacam em questão de produção bibliográfica estão a nutrição e a saúde pública que, sobremaneira, refletem sobre os impactos nas escolhas alimentares e, por conseguinte, a repercussão na saúde das populações.

O sistema alimentar global pode ser chamado de *sistema agroindustrial altamente especializado* ou de *sistema alimentar hegemônico*, que carrega em sua estrutura a concentração e a expansão. Filardi (2022) é enfático ao afirmar que, primeiramente, não daria o adjetivo de “alimentar” ao sistema, porque, para ele, não está concebido para produzir alimentos, senão para produzir dinheiro e concentrá-lo em poucas mãos.

Neste contexto o setor agroalimentar pode ainda ser nomeado de *agronegócio transgênico* (FILARDI, 2022) ou *agronegócio globalizado* (ELIAS, 2021), que reflete a estrutura do sistema alimentar hegemônico na sua base, conseguindo desenvolver etapas que respondem a todo o processo produtivo e que repercute no poder de decisão do que as populações comem cotidianamente.

A começar pela produção propriamente dita, que tem como alicerce a agricultura científica de grande escala e que se utiliza de ampla porção do espaço produtivo disponível. Posteriormente, se dá o escoamento da produção, a sua transformação e criação de produtos com a atuação da agroindústria e na sequência

podemos perceber o poderio das corporações supermercadistas na venda.

Neste movimento, há ainda a expansão dos alimentos ultraprocessados por meio da indução (CASTRO JUNIOR, 2018), isto é, o deslocamento do consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados para processados e ultraprocessados sob a égide de uma comunicação eficiente, mediante *marketing* e atuação de lobby político, nos institutos de pesquisa e nos órgãos de regulação.

O sistema alimentar global é uma verdadeira rede complexa na qual os países são *nós*, com seus próprios sistemas de produção e consumo de alimentos, onde o comércio internacional conecta os *nós* e atua como uma fonte de bastante resiliência.

Seekel et al. (2017) tentaram medir a sua resiliência a partir de três indicadores, sendo eles: o acesso socioeconômico aos alimentos pelos mais pobres, em meio a alta dos preços; a capacidade biofísica para intensificar ou diminuir a produção de alimentos e a diversidade da produção de alimentos relacionada à capacidade dos países de atender, de forma confiável, a produção doméstica. Os autores constataram que muitos países têm valores, exclusivamente, altos e baixos para as três dimensões, enfatizando a heterogeneidade e complexidade do sistema global.

Acerca das discussões mencionadas, o colunista do *The Guardian*, George Monbiot (2022) alertou que o sistema alimentar global apresentou características parecidas ao sistema financeiro mundial, em meados da crise financeira de 2008. Um sistema complexo que se desenvolve a partir de muitas interações, neste cerne, possui como atributo ser contraintuitivo, sendo, portanto, resiliente apenas sob certas condições. Todavia, em cenário de estresse, que pode acontecer em cadeias e em redes, poderia ocasionar um colapso sem precedentes.

Caracterizado como resiliente ou fraco, o sistema é formado com uma malha de *nós* e linhas que os conectam. No sistema alimentar, os *nós* seriam, por exemplo, as corporações do ramo agroalimentar e os portos que permitem a circulação da produção. Já as linhas seriam as relações comerciais e institucionais que ligam os *nós*.

Se os *nós* têm certo comportamento, e suas linhas forem “fracas”, o sistema provavelmente seria resiliente. Agora, se os *nós* se tornassem dominantes,

estando fortemente concentrados, o sistema seria fraco, daí os indícios parecidos com os grandes bancos, haja vista que as estratégias são semelhantes, além da forma de gerir a crise, pois o lucro é o principal objetivo na reprodução social do capital.

Como signo do atual momento, como no sistema financeiro nos anos 2000, há a concentração dos *nós*, assim suas linhas de conexão estão mais pressionadas, e com o auxílio do setor financeiro, essa densidade tem se dado em rede, o que o torna mais suscetível a efeito cascata.

Filardi (2022) aponta que a condição do capital nos conduzirá a uma crise de distribuição de alimentos em escala mundial e, certamente, o aumento da fome, especialmente em países que já estão sofrendo com esse fenômeno. Podemos notar, hoje, o constante aumento de preços, embora visto erroneamente somente como resultado da combinação da pandemia e da guerra da Rússia-Ucrânia, tendo em vista que esses fatos só agravaram um movimento que já acontecia.

O autor ainda menciona, que em algum momento as grandes empresas capitalistas que dominam o mercado mundial de distribuição de alimentos, como uma forma de pressionar os preços, promoveram uma forma de bloqueio dessa distribuição interferindo no mercado, na distribuição e no preço, em favor do lucro (FILARDI, 2022).

Portanto, entender como o alimento foi deixado à mercê da lei da oferta e demanda das economias capitalistas, acompanhando como ele passou de valor de uso para valor de troca pode ser uma das explicações para a atual ampliação da situação ou risco de fome das populações, uma das maiores contradição, inclusive, deste sistema alimentar hegemônico.

Temos acompanhado a produção agrícola em alguns países como Brasil que alcança recordes e, paralelamente, a fome assola a classe mais empobrecida. Neste sentido, o capital segue acarretando transformações nos hábitos alimentares das populações, bem como nos padrões de produção e consumo dos alimentos (ELIAS, 2021).

No caso do Brasil, como mostra os dados de produção agrícola municipal, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre a substituição do plantio de culturas básicas da alimentação brasileira, podemos inferir

a partir de um mercado internacionalizado com intercâmbio mediado por moeda internacional valorizada, com incentivos e investimento desiguais, sobretudo por parte do Estado, a soja e o milho ganham destaque no espaço produtivo brasileiro como culturas nobres para o agronegócio.

O *agro+negócio* (ELIAS, 2017) tem como objetivo a obtenção de lucro e renda da terra, a partir da expressão de relações econômicas de agrocombustíveis e de *commodities* que reduziram distâncias e o ligaram às redes mundiais de consumo. Poderia ser um caminho para uma política global de segurança alimentar, todavia configura-se aos moldes da *globalização perversa* que vê a alimentação como mercadoria.

Soma-se a isso a concentração na agroindústria que molda os padrões de consumo por meio da uniformização e homogeneização. Filardi (2022) chama atenção à ilusão de diversidade de ultraprocessados que inundam os mercados com as mesmas marcas tanto na Ásia, na Europa como também na América Latina. Conforme Elias (2021), no Brasil cerca de 60 a 70% das compras de uma família são produzidas por somente 10 corporações.

Acrescenta-se a este cenário o poderio do modelo supermercadista, responsável pela comercialização dos alimentos, sobretudo nas metrópoles. Sendo estes um dos atores que lucram cada vez mais por meio da intermediação. Segundo ranking feito pela Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) (2022) com base no faturamento bruto, nota-se a concentração de faturamento em três grandes grupos: o Carrefour Brasil, com faturamento de R\$ 81,1 bilhões, por meio de 548 unidades em operação. Destaca-se o principal negócio da companhia, a aposta no formato de atacarejo, cuja receita no ano de 2021 superou os R\$ 58 bilhões. Em seguida a rede Assaí Atacadista, no mesmo formato de atacarejo, com receita de R\$ 45,5 bilhões por meio de 212 unidades. E em terceiro o conglomerado de marcas GPA, a partir de 809 unidades obteve receita de R\$ 29 bilhões.

Com esse poder concentrador há a expansão da influência para outras áreas que devem ser investigadas, como o caso da habilidade de atuação política das multinacionais mediante as agências reguladoras, além de influência sobre os

institutos de pesquisa, os meios de comunicação e os poderes do Estado⁸.

De modo geral, Castro (2015) reconhece as seguintes características como os princípios do sistema hegemônico que prevalece no contexto brasileiro:

(a) estão pautados em premissas que não são mais aplicáveis, a saber: clima estável, água abundante, energia barata; (b) têm como produto alimentos com componentes não alimentares, como agrotóxicos, antibióticos, conservantes e realçadores de sabor, que têm efeitos nefastos para a saúde; (c) geram a degradação de ecossistemas sustentáveis em função de seus métodos de produção, armazenamento, transporte e comercialização dos alimentos; (d) reproduzem e aprofundam as desigualdades sociais no acesso à terra, água, energia e renda; (e) apesar de apresentarem sucessivos recordes de safra, apresentam ineficiência na produção, transporte, armazenamento, distribuição e manuseio doméstico, gerando desperdício e aumento do preço final dos produtos; (f) são marcados pela concentração de etapas da cadeia alimentar em grandes corporações transnacionais, como as de insumos e sementes, as indústrias de alimentos e as mega redes varejistas; (g) por meio de diversos mecanismos (econômicos, tecnológicos e de propaganda e marketing), promovem o deslocamento do consumo de alimentos in natura e minimamente processados para o de produtos prontos para consumo ultraprocessados (PPCUP), cujos atributos são, entre outros: composição nutricional desequilibrada (altos teores de gordura e/ou açúcar e/ou sal, baixo teor de fibras, alta densidade energética), hiperpalatabilidade e grande durabilidade, levando à deterioração de culturas alimentares tradicionais e à diminuição da diversidade alimentar (CASTRO, 2015, p. 8 e 9).

Neste cerne, os dados sobre a fome no Brasil mostram as contradições do sistema alimentar em um “país em desenvolvimento”, que tem a desigualdade socioespacial, como característica fundante.

Acrescenta-se às condições estruturais históricas, uma série de escolhas políticas no âmbito nacional: esvaziamento de políticas públicas de distribuição de renda, desvalorização salarial, alta da inflação, sucateamento dos conselhos de nutrição e segurança alimentar e do fomento de pesquisas etc., além do esvaziamento dos estoques de alimentos que de certa forma mantém os preços dos alimentos consumidos culturalmente, entre outros inúmeros elementos.

No cenário recente, soma-se às consequências da pandemia da covid-19, iniciada em 2020, que com o acirramento da crise econômica, culminou nos alarmantes dados apresentados recentemente pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). A cada dez

⁸ Por exemplo, o De Olho nos Ruralistas (2019) mostrou que empresas do setor, de relevância na economia, ligadas a associações que beneficiam a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

domicílios, apenas quatro conseguem manter o acesso pleno à alimentação, e os outros seis lares se dividem na escala dos que permanecem preocupados com a possibilidade da falta de alimentos no futuro até os lares que estão em situação de fome. Totalizando, em números absolutos são 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança alimentar.

2.2 O espaço do sistema alimentar hegemônico

Uma leitura geográfica dos sistemas alimentares é bastante necessária pela sua dimensão socioespacial, sobretudo a partir da dialética da escala, das dinâmicas e das interações dos atores no espaço mundial. Sendo assim, consideramos essa perspectiva de análise fundamental para o entendimento do sistema alimentar.

Debruçamos-nos sobre bibliografia produzida acerca do sistema alimentar para compreender a lógica que atravessa o século XXI a partir da Geografia (e) política da alimentação na atualidade.

Como grafia Santos (1994), o geógrafo está fadado ao erro se considerar o lugar pelo lugar, já que as relações e os objetos se dão de forma dialética, carregados de contradições. Portanto, o geógrafo tem que se atentar às pessoas, aos objetos, aos fluxos e fixos, ao conjunto de relações que os cercam, bem como a suas construções históricas.

Josué de Castro, ainda na década de 1930, ressaltava a importância do método geográfico ao estudo sobre alimentação:

Prosseguindo no estudo do problema, e cada vez mais, convencidos de sua vultosa importância, chegamos à evidência de quanto seria interessante trata-lo não mais em seus aspectos parciais, mas em seu conjunto, o que só se poderia conseguir com um estudo baseado nos métodos e princípios da geografia humana, capaz de permitir uma visão total do assunto, com as várias perspectivas que ele encerra. [...] (CASTRO, 1937, p. 13 *apud* RIBEIRO JUNIOR, 2008)

É primordial entender espaço e tempo nas bases do período histórico vigente. Tendo como base o capital, o processo de acumulação necessita do espaço

para manter a circulação entre a produção e a realização, num esforço permanente de superação das barreiras espaciais e da tentativa de anulação do espaço pelo tempo (HARVEY, 2005). No capitalismo, portanto, a produção expande-se espacial e socialmente, de modo a tornar o espaço uma mercadoria.

Essa expansão se dá pela circulação que, segundo Harvey (2005), possui dois aspectos: o seu movimento físico, real, de transferência do lugar de produção ao lugar do consumo, e o custo real ou implícito desse processo, ligado ao tempo consumido e às mediações sociais, a exemplo da cadeia de atacadistas, varejistas etc.

Na lógica do capitalismo, tendo a busca do lucro como seu primordial objetivo, o capital é espacialmente seletivo, tendo os *lugares do mandar* e o *do fazer*, isto é, a hierarquia de lugares que os atores hegemônicos criam para controlarem a distância (COSTA, 2014).

Essa expansão geográfica para novas regiões, de modo seletivo, incrementa “o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou ‘o mercado mundial’”. (HARVEY, 2005, p. 46). Castillo e Frederico (2010) afirmam que uma das principais características do atual período histórico se encontra no aumento exponencial dos fluxos materiais e imateriais, decorrentes da mundialização da produção.

A globalização emergente em meados da década de 1970, não seria possível, segundo os autores, sem uma base geográfica, composta de base material e normativa, constituída na esfera mundial. Tendo como parte dessa base material, a expansão e a modernização do sistema de telecomunicações e dos transportes (HARVEY, 2005) e, enquanto base normativa, por sua vez, o conjunto de regras estabelecidas para regular, técnica e politicamente, os mercados internacionalizados (CASTILLO E FREDERICO, 2010).

Segundo Olivier Dolfus (1991) a universalização do mundo pode ser constatada pelos fatos. A partir da universalização da produção, das trocas, do capital, da mercadoria, dos preços, do dinheiro, das finanças, das dívidas, das técnicas, do trabalho, do ambiente das firmas e das economias, dos gostos, costumes, do espaço e da sociedade. Ainda segundo o autor, o que não é mundializado é condição de mundialização.

Com a globalização o espaço geográfico é mundializado e carrega novos significados, sendo visto como forma produtiva, mudando assim sua natureza. Criam-se seletividades e hierarquias para sua utilização (SANTOS, 1994). Para Santos (1994), quanto mais os lugares se mundializam, mais estes são singulares e específicos, “únicos”, devido às especializações dos elementos contidos no espaço. Especializações produtivas que abrem possibilidades com o amparo dos transportes e da comunicação, de se pensar nas relações de produção alienadas no espaço, acessando os lugares mais longínquos de produção aos lugares de realização do consumo.

Neste sentido, Valença e Gomes (2002) corroboram ao afirmarem que o local e o global, para eles, são o *aqui* e o *agora!* Ou seja, o território do global é o mesmo do local, pois o global é notado como um *estado de coisas* que se materializa por meio de uma rede, formada de pontos que difundem processos. Assim, o local é quase sempre um desses pontos. Neste ínterim, a globalização “refere-se a processos múltiplos, com variadas dimensões e escalas, que se manifestam e/ou atuam sobre o local, mas que têm determinações não locais” (VALENÇA; GOMES, 2002, p.9).

Assim sendo, uma interessante definição de sistema alimentar está em Rastoin & Gherzi (2010), traduzido por Castro Júnior (2018, p. 30), que afirma ser um sistema alimentar entendido “como redes interdependentes de atores (organizações públicas e privadas, instituições financeiras, indústrias), localizadas em uma determinada área geográfica seja ela local, regional, nacional, global)”.

Neste movimento encontram-se as contradições do interno, referente ao local, e ao externo, atinente ao exógeno, pois com o processo de internacionalização do capital a partir do processo de territorialização de multinacionais, por exemplo, as especificidades são carregadas para o local, mudando em parte, suas estruturas. Neste bojo se dá a reestruturação do espaço, entendida como a coexistência de estruturas novas e velhas, uma mescla de mudanças espaciais, sociais, tecnológicas e organizacionais (GOMES, 2011).

Vale salientar que essas modificações que se dão no espaço, enquanto configuração territorial que se altera com o tempo, não seriam possíveis sem a sua dimensão social, já que o espaço é materialidade social. Definida como condição,

meio e produto da ação humana (CARLOS, 2011a). Portanto, o espaço geográfico irá reproduzir a estrutura, bem como a sua dinâmica social (ABREU, 1994).

Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem: de outro lado, o que dá vida a esses objetos, princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em dado momento. (SANTOS, 1992, p. 1-2)

E como afirma Carlos (2011b), num determinado momento da história, o processo de reprodução da sociedade, realiza-se na produção do espaço, neste momento, sob o comando do capital.

A reprodução do espaço se orienta pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço como condição da produção, revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento (CARLOS, 2011b, p. 65)

Pensando nessa racionalidade técnica, signo desse processo de acumulação, Baker e Friel (2016) ao analisarem o sistema alimentar asiático, frisam que para compreendê-lo é preciso levar em consideração todos os elementos utilizados nos processos de produção, comercialização e consumo de alimentos.

Assim sendo, esse entendimento corrobora com os domínios particulares dos impérios alimentares, formulado por Ploeg (2008). São eles: a constante industrialização da agricultura; o mercado global como o principal ordenador da produção e comercialização agrícola; a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e das cadeiras de supermercados.

Isso tudo nos suscita algumas indagações quanto aos impactos nos territórios sujeitos a esta lógica. O caso do agronegócio é bastante emblemático, pois os países dependentes de *commodities*, especialmente os menos desenvolvidos, enfrentam maior pressão das indústrias devido aos acordos

comerciais das multinacionais, bem como vivenciam condições bastante precárias quanto à questão dos direitos trabalhistas.

O Estado tem um papel significativo nesse processo, sobretudo por meio das políticas de liberalização e desregulamentação que corroboram para a ascensão das indústrias alimentícias. Ademais, os agentes envolvidos nesses domínios dos impérios alimentares têm representantes ligados à política mediante os *lobbies* alimentares, representados nas diversas bancadas montadas junto ao parlamento.

Por fim, Santos (1992, p. 7) acrescenta à discussão o fato do poder de criação de normas pelas grandes corporações intervir de maneira massiva na vida cotidiana, redefinindo os territórios e a prática socioespacial limitada pela norma imposta, garantindo acessos diferenciados aos sujeitos (CARLOS, 2011a). A compreensão desses elementos, nos ajudará sobremaneira para que possamos pensar no poder do sistema alimentar e seus respectivos impactos nos territórios e no cotidiano dos cidadãos.

Ademais, pensar o ambiente alimentar pode nos ser um bom ponto de partida para nos aproximar da discussão do território a partir da discussão da questão alimentar, haja vista que ele foi definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação, por meio de painel de especialistas que discutem Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE) (MENDES et. al 2022), como “pontos de entrada de alimentos”.

O ambiente construído que permite o acesso aos alimentos, além dos determinantes das escolhas alimentares das pessoas (renda, educação, valores etc.) e a normas políticas, sociais e culturais que envolvem a alimentação nesta interação.

Dessa maneira, o ambiente alimentar refere-se ao contexto físico, econômico, político e sociocultural em que os consumidores **interagem com o sistema alimentar** para adquirir, preparar e consumir alimentos (MENDES et. al 2022, p. 4, grifos nossos)

2.3 Do global ao local: o território como mediador entre o sistema alimentar e o ambiente alimentar

A tipologia do sistema alimentar criada pelo Painel de Especialistas da ONU que discutem Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE) (2017), com foco na alimentação e nutrição, é constituída por três elementos-chave: as cadeias de abastecimento de alimentos, o comportamento do consumidor e os ambientes alimentares.

Nesse sentido, compreender o ambiente alimentar tem sido fundamental para entendermos a repercussão das decisões tomadas enquanto sistema alimentar nos territórios, já que são entendidos, por sua vez, como espaços onde encontram-se as ações e as interações com os consumidores e seus lugares de moradia, de estudo, de trabalho, ou seja, onde os indivíduos exercem relações sociais que podem, portanto, influenciar nas decisões sobre aquisição, preparo e consumo de alimentos (HLPE, 2017).

A priori, definiremos brevemente os ambientes alimentares. Por meio da preocupação em se criar ambientes favoráveis à saúde, a Carta de Ottawa de 1986, reforçada por outras questões, sinaliza para estudos cujo objetivo seria compreender a relação entre o ambiente e o processo saúde-doença, tendo como ponto de partida a Epidemiologia e a Saúde Pública (MENDES et. al 2022).

Isso porque as explicações das doenças no âmbito individual não eram mais suficientes para se entender o processo, sendo necessário, apreender os contextos e as influências do ambiente no qual os indivíduos estavam inseridos. O termo é advindo da Ecologia, numa teoria socioecológica, na qual o ambiente alimentar passa a ser referido ao ambiente construído pelas sociedades, bem como suas características de vizinhança, suas particularidades e noções dos contextos institucionais envolvidos.

Atualmente, temos estudos que buscam, por meio de modelos conceituais, compreender padrões de consumo alimentar com seus fatores determinantes que podem servir de risco ao desenvolvimento de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs). Assim sendo, esses modelos sustentam ferramentas para pesquisa e intervenção de forma interdisciplinar, pois englobam variáveis da

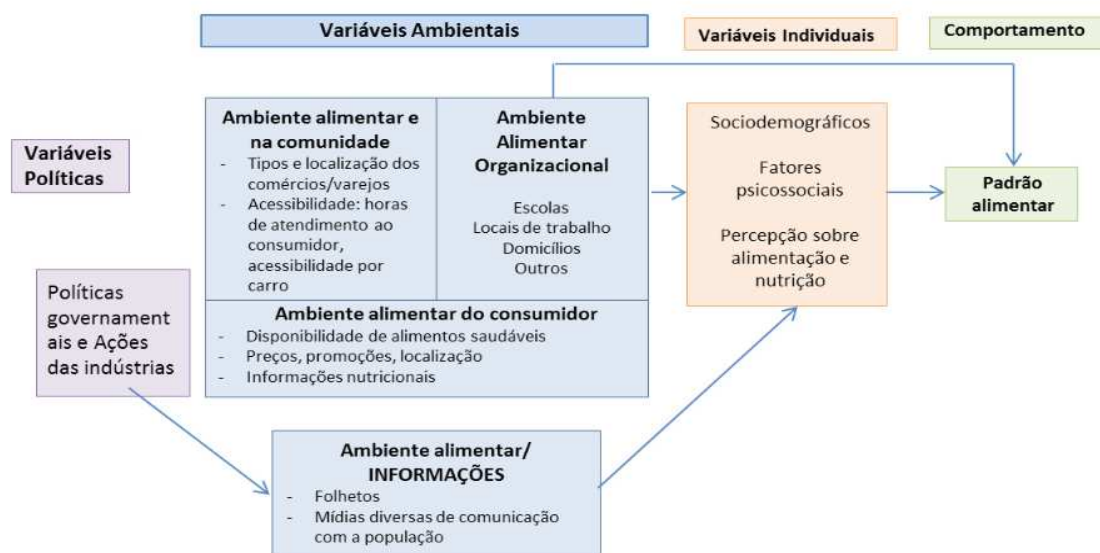
saúde pública, da nutrição, do planejamento urbano e entre outros.

Um dos primeiros modelos referidos com uma sólida base conceitual foi desenvolvido por Glanz *et. al* (2005) (Figura 3) que, além de identificar, buscou entender o ambiente que o indivíduo está inserido e seu padrão alimentar. Os autores dividiram o componente alimentar em quatro subambientes:

- 1) Urbano ou comunitário;
- 2) Organizacional;
- 3) Do consumidor;
- 4) Das informações.

O ambiente alimentar comunitário está centrado na identificação e caracterização dos estabelecimentos comerciais, tendo como variáveis o número, tipo, localização, funcionamento entre outros. Isto é, está alicerçado nas dimensões do acesso: disponibilidade e acessibilidade, podendo ambas ser alteradas de acordo com fatores socioeconômicos da vizinhança.

Figura 3 - Modelo conceitual de Ambiente Alimentar



Fonte: SCACIOTA *et al.* 2020 adaptado de Glanz *et. al*, 2005

Embora tenhamos feito uma investigação sobre o entendimento das dimensões do acesso aos alimentos no próximo tópico, vale pontuar aqui o que na

literatura compreende-se por disponibilidade no sentido do ambiente alimentar. Para Pessoa *et. al* (2022) a disponibilidade está associada à densidade dos estabelecimentos comerciais de alimentos em determinada área de interesse. Já a acessibilidade diz respeito à localização e a proximidade dos estabelecimentos comerciais de alimentos.

As autoras apontam para o fato de diferentes estudos mostrarem que vizinhanças socioeconomicamente favorecidas apresentam maior presença de supermercados, sacolões e feiras livres. Já as vizinhanças com baixo nível socioeconômico, apresentam maior número de pequenos comércios e lojas de conveniências que oferecem menor variedade e qualidade alimentar, e preços mais altos.

O ambiente alimentar organizacional percebido em uma menor escala, apresenta os locais específicos de consumo dos alimentos. Isto é, “equivale a espaços que se constituem em fontes de alimentos para grupos específicos, entre eles: ambientes de trabalho, escolas, unidades de saúde, igreja e domicílios” (DE CASTRO *et. al* 2022, p. 100).

O ambiente alimentar do consumidor refere-se aos alimentos e bebidas que os consumidores encontram dentro ou ao redor de um estabelecimento comercial de alimentos, assim, esses estabelecimentos apresentam características que podem influenciar o consumidor no ato da compra. Podemos citar: a qualidade nutricional, o preço, as promoções, as informações de rótulo entre outros. Soma-se a isso às características do espaço físico em si dentro do estabelecimento, como a forma de localização das prateleiras, a forma de exposição de alimentos, propagandas, o marketing etc. (BORGES; JAIME, 2022).

O último ambiente alimentar é o de informação: marketing e publicidade de alimentos. Como o nome sugere, diz respeito à exposição do indivíduo à publicidade de alimentos (alguns não saudáveis), bem como sua influência no consumo alimentar e as perspectivas de regulação desse ambiente. Nesta discussão, destacam-se três atores: a sociedade civil, a universidade e os gestores públicos (HORTA *et. al*, 2022).

Com base na literatura pesquisada, há um apontamento da relação do acesso à alimentação considerada saudável e sua influência no ambiente alimentar

em geral com a repercussão na dieta e, conseqüentemente, na saúde dos indivíduos envolvidos (DURAN, 2013).

Embora entendamos que seja uma discussão relevante, que trouxe bons resultados para se pensar como o sistema alimentar hegemônico se expande em diferentes escalas, incluindo aquela mais próxima do consumidor final, ainda uma possível desigualdade na geolocalização dos estabelecimentos que contribui para os estudos sobre segregação na escala da cidade, cabe pontuar alguns equívocos na natureza deste tipo de estudo.

A começar podemos discutir o “ambiente” advindo de caminhos teórico-metodológicos da Ecologia. De acordo o dicionário Aurélio a palavra “ambiente” é aquilo que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas, ou o conjunto de condições materiais e morais que envolve alguém, atmosfera. Ao aplicar ao contexto alimentar, localizamos a definição dada por Castro Júnior (2018) ao ambiente alimentar: está intrinsecamente ligado ao espaço onde os alimentos são comprados ou adquiridos, além da infraestrutura e recursos presentes nesse ambiente social e construído e seus aspectos individuais, políticos, sociais e culturais que permitem o acesso aos alimentos.

Podemos mencionar uma contradição inicial na tentativa de aproximar o ambiente apenas da ecologia: neste caso, o ambiente estaria enquadrado como palco da realização da vida social, sendo o indivíduo um ator passivo deste contexto. Há um certo determinismo que vê o ambiente como palco da realização da vida que “esconde” a atuação de diversos agentes e atores envolvidos.

Nota-se também que não há uma crítica concreta ao alicerce fundante das desigualdades alimentares: o capitalismo. Mas tentativas de intervenção ao problema-fim do processo. Nisso, algumas outras ciências podem incrementar o debate articulando uma melhor a crítica.

Outro ponto, diz respeito à ênfase dada a uma alimentação considerada saudável, já que a noção foi criada para discutir o processo saúde-doença e sua relação com a alimentação. Schubert e Portilho (2023) trazem um apontamento importante em texto que aborda o ativismo alimentar e o consumo político que podem trazer importante reflexão à temática.

[...] mobilizações em torno da alimentação sustentável e saudável podem negligenciar questões de justiça social, pobreza, exclusão e democracia, levando ao encarecimento e à elitização de alguns alimentos. Este é o caso, por exemplo, das críticas à “convencionalização dos orgânicos”, que apontam que tais alimentos, embora mais saudáveis e ecológicos, acabam acessíveis apenas por uma elite, podendo ser produzidos e comercializados por grandes corporações, o que gera mais concentração de renda e poucas oportunidades de autonomia e melhoria de vida para os camponeses (GUTHMAN, 2004; FRIEDMANN, 2005; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013; BASTIAN; WAQUIL, 2020 *apud* SCHUBERT E PORTILHO, 2023, p. 21).

As realidades socioeconômicas particulares devem ser investigadas de maneira relacional, mas sobretudo individualmente, já que em países onde se tem renda média e baixa, o poder de compra é decisivo para as escolhas alimentares, e devemos evitar a culpabilização individual. Segundo o Atlas das situações alimentares no Brasil (RIBEIRO JUNIOR et. al, 2021), os domicílios mais vulneráveis à privação de alimentos, com menos disponibilidade e variedade alimentar, participam em grande parcela no consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados.

Neste sentido, outro ponto a ser debatido é o destaque ao espaço físico neste tipo de estudo. Notou-se uma maior parcela de estudos sobre o ambiente alimentar comunitário com essa base metodológica. A definição dada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (2019) ao ambiente alimentar valida essa afirmação, para eles o ambiente alimentar é o espaço a ser definido por meio do acesso geográfico aos alimentos, levando em consideração a acessibilidade física. Este argumento limita a análise sobre as nuances que atravessam a discussão.

Pontuamos, no entanto, a existência de estudos que avançam para uma discussão de ambiente alimentar mais próximo da realidade vivida no país, a exemplo do modelo conceitual de Espinoza et. al (2018) a partir do Chile. Os autores apresentam um modelo que engloba o sistema alimentar e os fatores culturais, bem como determinantes sociais. Além disso, apontam a indústria alimentícia e as políticas de alimentação e nutrição com maior influência nos ambientes alimentares (MENDES et. al 2022).

O modelo sugere que os ambientes alimentares são locais que os indivíduos e o coletivo usam para produzir, comprar, armazenar, preparar,

comer e descartar alimentos de diferentes formas. Esses ambientes são indiretamente condicionados por fatores estruturais de vários níveis, que operam na grande maioria dos países e são reconhecidos por organizações internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a FAO (sistema alimentar; cultura alimentar; contexto socioeconômico, ecológico e político; posição social; indústria de alimentos; políticas públicas de alimentos e sistema de saúde). Esses fatores condicionantes do ambiente alimentar estão relacionados entre si por meio do estilo de vida de indivíduos e grupos que vivem em um território geográfico e administrativo comum. Segundo os autores, o modelo ainda destaca a necessidade do trabalho multidisciplinar e intersetorial no estudo do ambiente alimentar para encontrar estratégias destinadas a melhorar esses ambientes, considerando a heterogeneidade do país (MENDES et. al 2022, p. 4).

A partir do que já foi exposto acerca do sistema alimentar hegemônico, bem como sobre os ambientes alimentares, podemos avançar para uma discussão sobre o território. De início, destacamos nosso entendimento do território a partir da conceituação de Gondim e Monken (2017, p. 22), isto é, como um “espaço delimitado, produzido pela sociedade, no qual existem múltiplos objetos geográficos (naturais e construídos), atores sociais – pessoas (indivíduos e grupos) e instituições –, relações (fluxos) e poderes diversos”.

O território pode ser analisado por escalas diferentes. Desde aquela do cotidiano e pessoal por meio de relações e vivências individualizadas à escala mais abrangente, político-administrativa, escala de Estados. Como pontuou Tonucci Filho (2013, p.47), com base em Haesbaert (2012), também a partir do espaço articulado, em redes, em múltiplas escalas.

No território, as relações de poder se estabelecem por meio de trocas, de diálogos, de negociações, de pactuações ou de conflitos entre diferentes pessoas e grupos que, em dado momento, propõem implementar projetos ou intervenções para toda a população. Como essência das relações sociais, poder é, portanto, central para o entendimento de território, principalmente para estabelecer relações, definir códigos, signos e normas necessários à sociedade a fim de organizar, reproduzir e assegurar a vida às gerações futuras (GONDIM; MONKEN, 2017, p. 28).

Neste contexto, Santos e Fontão (2022) veem o território a partir da ótica da territorialização geográfica, ou seja, um espaço delimitado que apresenta relações de poder, onde se estabelece a identidade, o pertencimento e os vínculos. Assim sendo, os autores pontuam o território como “palco permanente de embates pela soberania alimentar e consequentemente a garantia de disposição espacial

justa de acesso às políticas de saúde” (SANTOS; FONTÃO, 2022, p. 40).

Logo, a alimentação é vista como um elemento em disputa no território, na opinião dos autores, entre os grandes grupos alimentares hegemônicos, com visão puramente econômica, e os grupos de resistência, ligados a uma outra lógica de produção.

Temos os exemplos de uma rede de *fast foods* no território, ou ainda da centralização e concentração da comercialização em redes de supermercados ou o caso já mencionado na reportagem do New York Times (2017), na comercialização realizada de porta em porta, além de ações mais indiretas como a indução a aquisição de alimentos ultraprocessados (CASTRO JÚNIOR, 2018), a partir da prática do marketing, no incremento do formato visual e no barateamento de alimentos ultraprocessados. Esses são somente alguns exemplos que poderiam inferir nas escolhas alimentares da sociedade inserida em determinado território.

Neste sentido, Santos e Fontão (2022) afirmam que em termos práticos, essa disputa promove espaços urbanos como os de desertos e pântanos alimentares⁹, como uma demonstração desta influência da hegemonia e sua perpetuação nas práticas alimentares nos territórios.

Em suma, aqui entendemos que uma reflexão sobre a questão alimentar a partir do território, e não do ambiente, aprofunda a discussão, pois o território está em constante construção, não podendo ser considerado simplesmente um palco. Além disso, os seus agentes e atores são considerados, e do mesmo modo, as dinâmicas, os objetos geográficos, os atores e instituições e, neste movimento, as contradições inerentes do próprio território.

Para além da discussão sobre *alimentos saudáveis x alimentos não saudáveis*, a abordagem a partir do território pode contribuir no entendimento da insegurança alimentar e nutricional - particularmente a fome - que avança sobre os territórios dentro das cidades brasileiras. Podendo apreender as estruturas de opressão, desigualdades socioespaciais, a vulnerabilidade socioeconômica e as

⁹ Essa discussão é relevante, todavia, há questões a serem melhor trabalhadas no contexto de sua conceituação e, ainda, de metodologias que precisam ser revistas quando consideramos o acesso aos alimentos a partir de diferentes realidades.

faltas de oportunidades dentro do mosaico da cidade, além de mostrar potencialidades e as formas de resistências dentro dos territórios pelos seus habitantes.

Como afirma Haesbaert (2016): uma questão ou problema bem colocado é aquele que já indica ou traz embutida a sua própria resposta. Neste sentido, sabendo que o território é construído pela ação daqueles que o constituem, sendo mediadores, os territórios podem ser considerados pontos-chaves de contribuição para transformações para um outro sistema alimentar? Seria possível pensá-lo a partir da democracia alimentar que carrega como norte uma alimentação inclusiva, cidadã, para um bem coletivo? Quais as estratégias coletivas de resistência dentro dos territórios para o acesso aos alimentos pleno, suficiente e com qualidade?

Com estes questionamentos adentraremos no próximo tópico para refletirmos sobre o entendimento acerca do acesso aos alimentos, propondo uma discussão para um cenário aproximado da realidade vivenciada nas periferias brasileiras.

2.4 Por uma outra leitura do acesso aos alimentos

Reconhecemos a importância de se discutir os desafios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Constata-se que há distintas escalas de análise na manifestação da questão alimentar, a saber: o sistema alimentar global, como já exploramos, e ainda o local, que pode responder a dinâmicas, agentes e fluxos sociais, econômicos e políticos diferentes. Logo, torna-se fundamental discutir os principais circuitos que permeiam as esferas de SAN que são: a produção, distribuição, comercialização, o acesso, o consumo e a utilização biológica dos alimentos (BURLANDY et. al, 2015).

Desse modo, destacamos aqui a dimensão do acesso aos alimentos como uma escolha conceitual e metodológica e como possibilidade de avançar no debate desta dimensão de SAN, em uma escala menor, de modo a pensarmos o contexto brasileiro marcado pela desigualdade.

Pensando nisso, em nossa investigação e leitura crítica acerca da temática, pontuamos usos e limitações gerais encontradas nos estudos realizados

desta natureza, seja na ordem da construção do conceito, como na dos métodos e metodologia, para que possamos contribuir na construção de um outro entendimento acerca do acesso aos alimentos fundamentado na realidade encontrada nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Segundo o dicionário Aurélio a palavra “acesso” significa ingresso ou entrada, aproximação, passagem ou alcance de coisa elevada ou longínqua. É um termo amplamente utilizado pelo senso comum, bem como assume conotações diferentes se levar em consideração o sentido do seu uso em campos de estudo diferentes, podendo receber adjetivos com o intuito de melhor qualificar o tipo de acesso correspondente descrito.

O artigo de Penchansky e Thomas (1981) foi uma das primeiras referências sobre a questão, e segue sendo uma das principais ao adentrar na temática do acesso. Neste estudo os autores tiveram como objetivo principal propor e testar uma definição taxonômica de acesso, embora voltada ao campo da saúde pública.

Interessante pontuar que já na década de 1980, os autores identificaram o uso do termo acesso como sinônimo de termos como acessibilidade e disponibilidade, introduzindo ali um debate na problemática da conceituação. Notaram também o fato do termo ser mais empregado como uma ideia política do que de forma operacional. Portanto, os autores desagregaram o conceito amplo e ambíguo em um conjunto de dimensões que poderiam receber definições mais específicas e, assim, obter um tratamento mais operacional.

Por se tratar de um estudo da saúde pública, Penchansky e Thomas (1981) ajustaram a definição de acesso como uma adequação entre o paciente e o sistema de saúde. O estudo serviu como arcabouço para estudos posteriores, agora, mais voltado à alimentação e nutrição.

As áreas específicas das dimensões de acesso foram: disponibilidade, acessibilidade, modicidade, aceitabilidade e acomodação. Com o intuito de explicar cada uma das dimensões e suas metodologias gerais utilizaremos estudos mais atuais. No âmbito internacional trazemos Caspi et al. (2012) e D'acosta (2015), já em nível nacional o estudo de Kansiski (2020) que adaptou cinco dimensões para a temática do acesso à alimentação.

Entende-se o acesso como *disponibilidade* a adequação da oferta de alimentos saudáveis em uma determinada área geográfica, podendo ser medida por meio de trabalho de campo, auditoria em estabelecimentos e utilização de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Neste ponto a unidade de análise é um *buffer*, setor censitário ou uma área delimitada. Como resultado, temos a densidade de determinados tipos de estabelecimentos neste recorte espacial escolhido.

A segunda dimensão é a *acessibilidade*. Esta, como pontuam os autores, é essencialmente geográfica, pelo conjunto das localizações dos estabelecimentos com a facilidade de chegar ao local de comercialização. Podendo ser avaliado pelo tempo e pela distância de viagem, daí o termo proximidade. Ao fim, poderá saber a prevalência do tipo de estabelecimento, o tempo de deslocamento percorrido a pé, de bicicleta, moto, carro ou transporte público.

A *modicidade* é a terceira dimensão. Refere-se ao preço e a percepção dos consumidores sobre o valor dos alimentos em um determinado recorte geográfico. Sua avaliação se dá por meio de auditoria dos alimentos escolhidos e pesquisa de preços médios.

A quarta dimensão é a *aceitabilidade*, que diz respeito à percepção sobre os atributos do ambiente alimentar local, se eles respondem ao padrão de consumo da população, como exemplo temos a aceitação da qualidade dos alimentos ou os alimentos para um público que necessita de produtos especializados. A aferição pode ser feita mediante pesquisa de campo, com aplicação de entrevista e questionário.

A quinta e última dimensão corresponde à *acomodação*, no qual busca-se entender se os estabelecimentos estão adaptados às necessidades e realidade dos consumidores. Pode ser aferido os horários de funcionamento, meios de pagamento aceitos e entre outros.

Para Kansiski (2020, p.27), um estudo ideal sobre o acesso deveria ser associado ao conjunto das cinco dimensões, a partir de uma metodologia que seja conduzida pela utilização do SIG e de pesquisas qualitativas “de forma a descrever o acesso espacial e social à alimentação saudável”. Todavia os estudos se concentram sobretudo na pesquisa da disponibilidade e, em seguida, na acessibilidade.

Posto isto, relembramos que anteriormente abordamos a noção de ambiente alimentar que permeia a discussão do acesso aos alimentos em meio ao movimento do global e do local, ou como pontuamos, a importância de se discutir o território como abordagem teórico-metodológico mais efetiva.

O ambiente alimentar como um importante componente dos sistemas alimentares pode ser classificado em subambientes. Todavia, vale mencionar que a partir de investigações notou-se uma maior quantidade de estudos centrados na discussão do ambiente alimentar comunitário que, de forma geral, é visto intrinsecamente ligado ao espaço onde os alimentos são comprados ou adquiridos. Somado a determinantes de ordem social, política, econômica e cultural (CASTRO JÚNIOR, 2018) permitem o acesso que se estabelece por meio da acessibilidade, disponibilidade e adequação dos alimentos em um determinado recorte geográfico.

Essa sinalização em termos de acesso geográfico aos alimentos enfatiza a acessibilidade física, a infraestrutura e os recursos do ambiente construído, e por vezes, é subentendido como um pleonasmo na construção geral do conceito de ambiente alimentar, bem como no sentido geral da palavra acesso, como apontamos anteriormente.

Exemplos podem ser vistos em diversos estudos, como aquele realizado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) nacional (2019, p. 6), que afirma o seguinte:

A questão da acessibilidade física é algo complexo quando se tenta explicar os determinantes de uma dieta pobre em alimentos saudáveis. **O ambiente alimentar** é um fator decisivo para definir as escolhas alimentares saudáveis, principalmente na população pobre. A questão do acesso é fundamental para a mudança de hábitos alimentares. (grifos nosso)

Bem como interpretado por Kansiski (2020, p.13) que, também realizou uma breve discussão dos outros subambientes alimentares, e que em suma ressalta o seguinte:

O ambiente alimentar pode ser definido em termos de acesso geográfico aos alimentos. Ele é determinado levando-se em consideração a proximidade dos habitantes de uma dada área geográfica aos diferentes tipos de estabelecimentos alimentares ou, ainda, a densidade e variedade

(tipos) destes estabelecimentos na mesma área.

Destacado este ponto, deve-se mencionar que surgiram alguns termos com a finalidade de classificar os ambientes alimentares a partir dos estudos da área da saúde e da nutrição da população. Neste sentido, estes trabalhos apresentaram alguns termos, ou melhor, metáforas que ganharam destaque a partir da classificação do formato, característica e disposição, sobretudo dos estabelecimentos, no ambiente alimentar comunitário selecionado. São eles: “desertos alimentares”, “pântanos alimentares”, “oásis alimentares”, entre outras terminologias.

O “acesso” torna-se o “pontapé” na discussão sobre este tipo de classificação que surge a partir de estudos em modelos ecológicos, por isso o nome/substantivo que designa o tipo de ambiente faz referência. Para Ramos Truchero (2023), o habitat é considerado um fator gerador de desigualdades alimentares, assim, as características e a configuração de uma área territorial definem o acesso à alimentação.

Como uma dimensão que se sobressai, agora, abordando o acesso aos alimentos quase que exclusivamente como sinônimo de acesso físico, existe uma influência na denotação conceitual e metodológica dos estudos. A exemplo do que nos coloca os autores Spears, Powell e Yang (2014) para descrever em poucas palavras a analogia de deserto alimentar: “se um deserto é um lugar onde a água é difícil de encontrar, um deserto alimentar é uma área onde há dificuldade de conseguir alimentos saudáveis” (tradução nossa).

Existem inconsistências quanto à definição do termo deserto alimentar, a depender do estudo e da sua metodologia empregada, todavia, os estudos apresentam algumas características semelhantes para o definir (D'ACOSTA, 2015).

Os trabalhos de Beulac, Kristjanssin e Cummins (2009), Walker, Keane e Burke (2010) e Ramos Truchero (2015b, 2023) trouxeram revisão do termo deserto alimentar ao longo dos anos. Embora o termo pronuncie-se como uma discussão recente, tem sua aparição um pouco mais antiga.

Apesar da sua primeira manifestação tenha sido realizada em meados dos anos 1990 na Escócia, a partir de um estudo elaborado por um grupo de

trabalho do governo daquele país, Ramos Truchero (2015a) nos chama atenção que a autoria da expressão foi atribuída a um residente de uma cidade naquele país, que denunciou na televisão o desabastecimento de estabelecimentos comerciais de alimentos onde vivia.

Sem embargo, na sua origem, o termo desertos alimentares foram utilizados para descrever zonas vulneráveis, que tinham um acesso limitado ao que considerava uma alimentação saudável e economicamente acessível, devido a ausência de canais comerciais e de distribuição adequados (TRUCHERO, 2015b, p. 89, tradução nossa).

Nota-se o esforço na construção do conceito a partir da percepção do fenômeno como um problema da falta de logística para a distribuição de alimentos. Após anos de discussão, a definição se apresentou mais robusta, sendo incorporados na discussão aspectos sociais e econômicos, como mostra a definição de Jenny Ha (2015, p. 18, tradução nossa):

Uma área é considerada um “deserto alimentar” quando a falta de locais e recursos limita a disponibilidade de alimentos nutritivos e acessíveis para a comunidade. [...] Isso inclui comunidades de baixa renda, raciais, étnicas e comunidades carentes estão ligadas a questões de justiça social em termos de custo e oportunidades de sistemas e recursos alimentares em uma área.

De maneira geral, Honório et al. (2022a) apontam que os desertos alimentares hoje, são definidos como vizinhanças socialmente vulneráveis com pouco ou nenhum acesso aos alimentos saudáveis.

A interdisciplinaridade da temática pressupõe que ela seja tratada tanto pelo meio acadêmico, por meio da nutrição, da saúde pública, das ciências sociais, da geografia, do planejamento urbano e outras áreas de estudo, como especialmente pelo poder público. Grande parte dos estudos documentados sobre os desertos alimentares foram desenvolvidos nos Estados Unidos, seguidos pelo Canadá, Austrália e Nova Zelândia, todavia encontramos estudos no México e Espanha, mesmo que em menor quantidade.

Destacamos os estudos realizados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA – United States Department of Agriculture) durante a década de 2010, nos quais desenvolveram o conceito, bem como metodologia específica. Foram desenvolvidos estudos para intervenções em áreas selecionadas, tal como

para entender as características associadas a essas áreas, a exemplo da pesquisa realizada por Dutko, Ploeg e Farrigan (2012).

Para o USDA, os desertos alimentares são entendidos como vizinhanças com taxa de pobreza igual ou superior a 20%, e com pelo menos 500 pessoas residindo a uma distância de mais de 1600 metros em área urbana ou 16 km em área rural de um supermercado (HONÓRIO, 2022b).

Ramos Truchero (2023) enfatiza que nos Estados Unidos foi onde mais se percebeu a escassez de comércio de alimentos em áreas com populações desfavorecidas e a necessidade de tratar a temática como problema de saúde pública.

Já no Brasil, foram realizados estudos em escala nacional, como o mapeamento realizado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) nacional, bem como em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e alguns outros municípios do país, sobretudo na Região Sudeste.

A CAISAN lançou em 2018 um estudo de mapeamento de desertos alimentares no Brasil. A pesquisa se propôs a entender como estão distribuídos espacialmente os estabelecimentos que comercializam alimentos, como aponta, de uma perspectiva territorial, de forma a analisar o acesso físico da população aos estabelecimentos, ou seja, “a dimensão física do acesso, relacionada à proximidade entre domicílios e estabelecimentos nos quais é possível adquirir alimentos saudáveis”.

Dessa forma, criaram uma metodologia que classificaria os estabelecimentos em três categorias a partir de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Assim, realizaram uma análise do que a população adquire em cada categoria de estabelecimento, podendo alterar esta classificação de uma unidade federativa para outra, sendo, portanto, divididos em: i) estabelecimentos de aquisição de *in natura*; ii) estabelecimentos de aquisição de ultraprocessados e iii) estabelecimentos mistos. Podemos visualizar as informações de maneira mais pormenorizada no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Tipos de estabelecimentos que comercializam alimentos, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)

I) Estabelecimentos de aquisição <i>in natura</i>	Estabelecimentos onde a aquisição de alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados representa mais de 50% da aquisição total, ou seja, nestes estabelecimentos há uma predominância de aquisição de produtos saudáveis.
II) Estabelecimentos de aquisição de ultraprocessados	Estabelecimentos onde a aquisição de alimentos ultraprocessados representa mais de 50% da aquisição total, ou seja, nestes estabelecimentos há uma predominância de aquisição de produtos não saudáveis.
III) Estabelecimento mistos	Estabelecimentos onde há predominância de aquisição de preparações culinárias ou alimentos processados ou onde não há predominância de aquisição de alimentos <i>in natura</i> /minimamente processados nem de alimentos ultraprocessados

Fonte: CAISAN (2019). Organizado pelo autor.

Levando em consideração o cálculo de densidade, a CAISAN então mediu a quantidade de estabelecimentos de aquisição *in natura* e estabelecimentos mistos pela população de 10 mil habitantes. Agora, para ser classificada como um deserto alimentar, as localidades deveriam corresponder ao grupo de percentil 25, como traço de locais com pior acesso a alimentos saudáveis.

Para a CAISAN, a metodologia possui limitações no sentido da construção da base de dados, utilizando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para localizar os estabelecimentos pré-selecionados na base de dados de estabelecimentos formais, além da localização precisa (latitude e longitude) e atualizada.

Para além disso, podemos pontuar a escala de análise que se utiliza de municípios e de subdistritos de algumas capitais, o que, de certa forma, não traz detalhes que são importantes ao se discutir alimentação. Neste sentido, como o Brasil é um país diverso, a cultura alimentar responde a essa dimensão de forma complexa.

Destacamos ainda a dimensão urbana que não é abordada no estudo. Um importante ponto, visto que determinadas áreas de uma cidade podem proporcionar ou servir mais como uma barreira à alimentação saudável e adequada, podendo evidenciar exclusão (COLLAÇO, 2018), visto que as práticas urbanas não são homogêneas.

Salientamos ainda outros dois estudos que compararam métodos e metodologias empregadas internacionalmente “ajustadas” para a realidade brasileira, no caso para a capital São Paulo e Belo Horizonte. Kasinski (2020) buscou identificar os desertos alimentares em São Paulo a partir de três métodos comumente utilizados na literatura, trabalho similar ao produzido por D’Acosta (2015) em Phoenix-Mesa, nos Estados Unidos. O autor aplicou os métodos de proximidade, densidade e de competição a partir de dados do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) com o uso de SIG para identificar e classificar desertos alimentares no município.

O método de proximidade, amplamente utilizado, consiste na aferição de estabelecimentos comerciais selecionados numa distância que, razoavelmente, possa ser percorrida a pé. Logo, a distância foi medida pelo centróide de um setor censitário e o estabelecimento mais próximo. Para ser considerado deserto alimentar, o autor empregou como parâmetro, um raio teórico de 1,93 km além de que os setores censitários selecionados tivessem renda nominal inferior a 60% da mediana da distribuição das médias de renda dos setores censitários do município, e cujo centróide não esteja coberto pelo círculo teórico.

Já com o método de densidade pode ser aferida a densidade de estabelecimentos comerciais que atendem determinados setores censitários. No caso, refletiu-se a contagem da quantidade de estabelecimentos cuja suas coordenadas geográficas encontram-se dentro da circunscrição. Repetindo o mesmo parâmetro de renda: inferior a 60% da renda mediana percebida no município.

Posteriormente, calculou-se o quociente resultante da contagem acima e da densidade populacional nos setores censitários. Assim sendo, os setores censitários tiveram seus quocientes separados em quartis, logo, aqueles com menor *quantum* de estabelecimentos por moradores por km², foram considerados desertos alimentares.

O terceiro e último método corresponde ao de competição, como já sugere o termo, diz respeito a predominância de estabelecimentos comerciais que ofertam gêneros alimentares com alta densidade energética *versus* estabelecimentos que comercializam ingredientes ideais para uma dieta saudável. Usou-se a distância do centróide do setor censitário aos tipos de estabelecimentos em menor trajeto a ser percorrido a pé. Com o quociente calculado, revelou-se se correspondia a desertos, pântanos alimentares ou não.

Se compararmos os três métodos empregados, nota-se a disparidade de resultados. A título de exemplo, o método de proximidade apontou somente dez setores censitários atingidos, em segundo lugar o de competição com 209 e o de densidade obteve um número bem relevante: 1.121 setores censitários. Essas disparidades se assemelham com o de área (km²) e de população afetadas. Em relação à área (km²) impactada pelo fenômeno, o método proximidade correspondeu a 23,96, método de competição a 5,23 e de densidade a 123,08 km², já em população acontece a maior diferença: método de proximidade 978 pessoas, competição 115.339 e método de densidade correspondeu a 559.384 pessoas.

Em relação às limitações da pesquisa, o autor aponta que a base cadastral de CNPJ poderia estar desatualizada, fazendo com que houvesse ficções jurídicas que não correspondem à realidade. Somado a isso o Censo Demográfico que foi basilar para a pesquisa, que corresponde ao ano de 2010.

Logo, são pontos importantes para se refletir já que a metodologia foi exclusivamente pautada na disposição geoespacial dos estabelecimentos comerciais pelo município, não levando em consideração variáveis qualitativas. Além do mais, ao contrário do esforço realizado pelo estudo realizado pela CAISAN para classificar estabelecimentos a partir da análise do que a população adquire em cada categoria de estabelecimento, com base em dados da POF, a pesquisa centrou-se em pesquisas internacionais para relacioná-los como “saudáveis” ou

“não-saudáveis”, desconsiderando a cultura alimentar da população local.

Continuando nossa pesquisa sobre estudos nacionais realizados sobre desertos alimentares, seguimos com o estudo de Honório et al (2022b) que avaliaram o ambiente alimentar comunitário, desertos e pântanos alimentares de uma metrópole brasileira, no caso Belo Horizonte, por meio de quatro conceitos e métodos diferentes, tendo a renda per capita como variável explicativa.

Os autores utilizaram para o primeiro método, o índice de desertos alimentares elaborado por Gordon e colaboradores (2011) para a cidade de Nova York, Estados Unidos, que classificou os estabelecimentos disponíveis em três tipos (supermercados, armazéns saudáveis e restaurantes de fast-food). Poderiam receber nota de um a três pontos, assim, caso a vizinhança atingisse três pontos no somatório seria, portanto, considerado deserto alimentar.

O segundo método partiu do estudo de análise realizado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças - Centers for Disease Control and Prevention (CDC) (2011) para os Estados Unidos, que utilizou como métrica o índice modificado de varejo no ambiente alimentar (modified Retail Food Environment Index/ mRFEI) que tem como unidade de análise o setor censitário e o *buffer* de 800m, podendo classificar como deserto alimentar a vizinhança que tiver índice igual a zero.

O terceiro método partiu de Luan et. al (2015) que utilizou do mRFEI para Waterloo, no Canadá, com *buffer* de 4 km do centróide do setor censitário. Os autores classificaram os estabelecimentos em duas categorias, saudáveis (supermercados e hipermercados) e não saudáveis (lojas de conveniência e restaurantes tipo fast foods).

O quarto e último método utilizado por Honório et al (2022b) foi o feito pela CAISAN (2019), como já abordamos, utilizando-se, portanto, da densidade de estabelecimentos saudáveis e mistos por 10 mil habitantes que classifica como deserto alimentar aqueles que estavam no percentil 25.

Vale mencionar que os autores tiveram que readequar as classificações, haja vista que foram feitas para outras realidades, neste processo outras metodologias poderiam ser incorporadas ao estudo, mas tiveram que ser excluídas por variáveis que não são mensuradas no Brasil, como dados de mobilidade específicas e de posse de carro.

As limitações dizem respeito ao uso de dados secundários que de certa forma, às vezes, necessitam de verificação *in loco*, e por conta da extensão territorial e elevada população da metrópole de Belo Horizonte, tiveram que ser excluídos. Outro ponto relevante foi a não avaliação do poder de compra, que segundo pesquisas já realizadas em países em que a população possui renda média ou baixa, o acesso físico por si só não se explica.

Neste sentido, agora traremos reflexões suscitadas ao longo da nossa pesquisa que surgiram durante as participações nos colóquios de pesquisa, em disciplinas e leituras. Após o exposto, constata-se a complexidade na conceituação de desertos alimentares. Visto a variedade de estudos já realizados, com diferentes realidades e, por assim dizer, métodos e metodologias de estudos divergentes para identificá-los e qualificá-los, o termo/noção acaba sendo um recurso para compreensão do acesso aos alimentos.

Todavia, verificou-se uma série de pontos questionáveis ao considerar o modelo de deserto alimentar para se discutir acesso aos alimentos, sobretudo em uma periferia de uma grande cidade do país. Como o termo/noção se dá a partir do entendimento de ambiente alimentar, que surgiu como forma de compreender a relação saúde-doença, chama-nos atenção de como os estudos desta natureza tem como arcabouço teórico-metodológico a Ecologia.

Podemos relembrar do texto basilar para as discussões feito por Penchansky e Thomas (1981) que tinha como objetivo realizar uma definição taxonômica conceitual, dividindo o acesso em dimensões. Taxonomia é uma área da Biologia responsável por identificar, nomear e classificar os "seres vivos". E neste sentido podemos nos ater a nomenclatura empregada aos termos, como "ambiente" referente ao meio ou habitat que o indivíduo está inserido, por isso a ênfase no "acesso", infraestrutura", "recursos disponíveis"; e como uma outra classificação desse ambiente, os "desertos", "pântanos", "oasis" entre outros.

Deve-se refletir a conotação que o sentido das palavras faz, como se o meio no qual estão inseridos os indivíduos e, nesta área, a sua alimentação está posta, ali, inerte. Pelo contrário, entendemos a alimentação como uma dimensão da sociedade que foi e é construída pelos sujeitos e agentes em diferentes escalas, senão sujeitamo-nos à falácia determinista que ver a alimentação como

consequência direta ao meio, retirando a participação e construção social deste processo.

Identifica-se a semelhança aos estudos da Escola de Chicago ou Ecologia Humana que, segundo Marafon (1996), tentou transpor os princípios da Ecologia aos estudos da sociedade a partir da relação do homem com o meio, descrevendo aspectos sociais de adaptação, além da forma e organização das relações com esse meio.

Como trata-se aqui de uma discussão geográfica, consideramos trazer as reflexões feitas ainda no início da década de 1990, por Abreu (1994), ao se debruçar sobre o estudo das cidades na História do Pensamento Geográfico Brasileiro. Assim, ele mostrou algumas preocupações acerca de uma geografia dita neopositivista, sobre determinação de padrões espaciais. Portanto, não incorporar qualquer teor determinista, relação de causa/efeito para os fenômenos é essencial, deste modo, ao contrário, deve-se levar em consideração a produção do espaço como um processo ao mesmo tempo histórico e social que se dá no plano da vida cotidiana (CARLOS, 2011).

Em relação ao arcabouço teórico-metodológico de deserto alimentar já é possível identificar estudos que contestam o uso do conceito, sobretudo a dificuldade de explicar a relação do comportamento alimentar e saúde das pessoas em um recorte geográfico, exclusivamente de indicadores geográficos de distribuição comercial (RAMOS TRUCHERO, 2023).

Além disso, concordamos com as críticas pontuadas por Widener (2018). Para ele, o uso da palavra deserto é apelativo, ligada de forma direta a uma condição espacial, de inacessibilidade alimentar, evocando uma paisagem árida, desprovida de comida.

No que se refere à metodologia adotada nestes estudos, a priori, podemos apontar que os estudos partem da premissa que os moradores realizam a aquisição de gêneros alimentícios próximo a residência, ou seja, no setor censitário estabelecido. No entanto, sabe-se que não é necessariamente assim que ocorre, pois há variáveis que interferem na realização de compras além da distância, como o preço dos produtos, qualidade, forma de pagamento, e em cenário vivenciado em cidades como Fortaleza, inclusive, onde os grandes hipermercados do tipo atacarejo

que estão localizados nas principais vias e acumulam preços mais baratos, mais formas de pagamento, em detrimento dos pequenos estabelecimentos próximos às residências.

Ademais, não podemos esquecer de pontuar, na realidade da capital do Ceará, os territórios de violência que influenciam diretamente neste acesso às áreas onde os moradores podem se locomover.

Em outras palavras, a disponibilidade de comércios de alimentos proporciona mais oportunidades de aquisição de alimentos variados e saudáveis, mas não determina o comportamento do consumidor nem sua mudança de hábitos alimentares (SHAW, 2012 *apud* RAMOS TRUCHERO, 2023, p. 142).

Nota-se um sentido de “tudo ou nada”, designando pessoas dentro de setores censitários e números absolutos e relativos de estabelecimentos comerciais com critérios especificados. Neste sentido, encontram-se duas outras limitações: a não avaliação do poder de compra dos moradores, haja vista que a renda interfere diretamente no acesso de uma família, e que na periferia a aquisição de alimentos não se dá exclusivamente em estabelecimentos formais com cadastros regulares nos bancos de dados. Os pequenos e informais estabelecimentos são primordiais para a realização da compra da cesta básica do mês, que, por ora, pode ser feita de forma fragmentada e com forma de pagamento diferenciada.

Em suma, os dados dos estudos já realizados são importantes e necessários, todavia ao considerar somente o acesso espacial ou físico outras variáveis são “mascaradas”. Portanto, para Widener (2018) é essencial remover a metáfora de deserto alimentar, e considerar o acesso físico como um dos componentes de uma estrutura de acessibilidade mais holística, sem dependência excessiva de medidas baseadas no SIG, que não levam em conta variáveis não espaciais.

Não obstante, como reflete Ramos Truchero (2023), os estudos das desigualdades alimentares associadas a um determinado território, ainda são um importante campo para desenvolvimento de pesquisas, a refletir, por exemplo, a concentração de capital e a geração de lugares “periféricos e marginais”, e quais os impactos desta questão alimentar sobre a população.

No mais, como ainda expõe a autora (Ramos Truchero, 2015), o deserto alimentar é uma problemática multidimensional, onde se entrelaçam diversos fatores. Assim sendo, a autora apontou caminhos de pesquisas, levando em consideração a heterogeneidade dos grupos, isto é, suas características individuais e familiares. Necessitando de “[...] uma abordagem sociocultural que atentasse à capacidade e às estratégias de aprovisionamento alimentar por parte dos habitantes” (RAMOS TRUCHERO, 2023, p. 142).

A partir do exposto temos que estabelecer os marcadores teóricos-metodológicos que nos guiaram na dissertação. Aqui se estabelece o termo “acesso aos alimentos/alimentar” como uma discussão central da importante dimensão da sociedade. Desse modo, vislumbra-se uma visão direcionada ao entendimento do território a partir dos sujeitos inseridos nos seus contextos específicos.

Como a alimentação é mais uma das dimensões que se entrelaçam sobre o território, acreditamos, portanto, que quem melhor conhece o território são seus moradores. Como o indivíduo é participante do espaço que é construído, está inserido nas dinâmicas que o cercam. Assim sendo, sabe quais são as lutas e as dificuldades enfrentadas por ele e por seus vizinhos no dia a dia que impactam no acesso aos alimentos. Na luta, encontram-se na resistência dentro dos territórios contra as formas de opressão que perfuram as escalas do sistema alimentar hegemônico, de cima para baixo, de modo vertical.

Desse modo, nos pautamos em realizar uma pesquisa a partir da participação social, pois entendemos que com a percepção e o conhecimento popular “instrumentalizado” pela ciência, melhor responderemos às perguntas norteadoras da pesquisa, bem como às questões que ultrapassam esse limite.

Isso posto, como forma de operacionalizar o nosso entendimento de acesso aos alimentos, o estudo realizado por Schattschneider et al (2018) nos ajudou bastante. Os autores realizaram um estudo com o objetivo de analisar como se deu o acesso aos alimentos em um território, no caso, a partir de uma Unidade de Saúde inserida na periferia de Porto Alegre, a qual apresenta como particularidades a vulnerabilidade socioeconômica, distância de diversos estabelecimentos de comercialização de alimentos, redes de supermercados e feiras.

A partir de uma proposta do campo da Saúde Coletiva de acesso à saúde, os autores ajustaram para “acesso aos alimentos”, operacionalizando a análise qualitativamente, e, assim, dividiram o acesso aos alimentos em quatro dimensões, a saber, dimensões: econômica, técnica, política e simbólica. Subtende-se que são condições para o acesso aos alimentos a partir de uma concepção mais ampla, não recaindo na crítica que já submetemos aqui, a qual tem a sua ênfase estritamente no acesso físico.

Portanto, com a *dimensão econômica* se pode analisar a relação entre a oferta e a demanda de alimentos, sendo discutido o poder de compra nesse ínterim. Este seria caracterizado pela capacidade dos indivíduos em adquirir “[...] alimentos em quantidade suficiente, qualidade nutricional adequada, aceitabilidade cultural e obtidos de maneira socialmente aceitável” (SCHATTSCHNEIDER et al., 2018, p. 697).

Já a *dimensão técnica* “[...] compreende uma distribuição universal, equânime e integral dos serviços/equipamentos de SAN, que viabilizem, aos indivíduos, o consumo adequado de alimentos saudáveis” (SCHATTSCHNEIDER et al., 2018, p. 697). Esta dimensão se assemelha à discussão do acesso físico, portanto, a chamamos de *dimensão física*, já que podemos apreender as problemáticas do acesso físico dentro do território, somado à discussão de proximidade.

Do mesmo modo, pudemos identificar dificuldades de transporte e deslocamento, territorialização da violência, bem como, entender a dinâmica da aquisição de alimentos dentro do território, de modo a refletir também a garantia efetiva do acesso ao alimento, seja através da comercialização de alimentos, seja com a presença de equipamentos promotores de SAN no território.

A *dimensão política* diz respeito ao reconhecimento da alimentação adequada enquanto um direito humano, “[...] bem como a realização de políticas agrícolas, ambientais, econômicas, sociais e assistenciais e de sistemas político-econômicos que reconheçam e estabeleçam a SAN como direito humano” (SCHATTSCHNEIDER et al., 2018, p. 697). Os autores destacam as políticas de distribuição de renda que, de certa forma, são garantidoras de SAN e do DHAA no território, além disso, podemos pontuar as vias diretas e indiretas que se dão por

meio de subsídios fiscais que garantem auxílio à sustentação de equipamentos de SAN, bem como políticas mais estruturais, envolta do conceito de justiça social. Ademais, na micro escala, destacamos a construção do acesso por meio da participação social e pelo controle social em espaços decisórios, tal como as redes de apoio e de solidariedade no cotidiano.

A *dimensão simbólica* corresponde a intersubjetividade, isto é, a percepção das concepções dos indivíduos no conjunto de suas relações sociais sobre a alimentação. Podendo ser debatido o acesso aos alimentos junto às escolhas alimentares, de acordo com os hábitos culturais (SCHATTSCHNEIDER et al, 2018), revelando características gerais dos modos de vida, bem como seus limites, possibilidades e estratégias de resistência.

Neste caminho de marcadores teórico-metodológicos que utilizamos como norte, destacamos também o estudo referência denominado de “Mapa participativo de enfrentamento à fome no Grande Bom Jardim” (MACHADO et al. 2022). Os autores elaboraram uma série de mapas interessantes a partir da participação social que serviram como base para alguns dos presentes no nosso trabalho final. Além disso, os autores formularam e executaram ações, bem como apontaram políticas públicas de SAN em um território periférico de Fortaleza.

A pesquisa destacou a força política do movimento popular-comunitário do Grande Bom Jardim, a partir das cozinhas comunitárias e das lideranças ativas que vivenciam o enfrentamento imediato e emergencial à fome no território, revelando, portanto, o seu caráter estratégico.

O Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do GBJ dá voz a sujeitos que vivenciam diretamente o fenômeno, atuando na linha de frente, em um cenário em que comunidades e famílias possuem incertezas ou dificuldades para acessar alimentos, o que nos leva a afirmar que estão em dependência direta das cozinhas comunitárias, das campanhas de solidariedade e/ou de apoio variados (MACHADO et al. 2022).

Em suma, o acesso alimentar entendido aqui é pautado em um enfoque multidimensional participativo, com o intuito de se contribuir para uma perspectiva sistêmica dos desafios para uma SAN frente às contradições inerentes do sistema alimentar em uma escala menor, no território. Contribuindo também para o

entendimento do acesso alimentar das periferias brasileiras e, assim, corroborar para a discussão da insegurança alimentar e nutricional e a fome que estão cada vez mais presentes nos grandes centros urbanos brasileiros.

Por fim, recapitulamos que o presente capítulo até aqui exposto nos permitiu mostrar o desafio de se pensar, enquanto sociedade, a alimentação no século XXI. Em um sistema alimentar global marcado por um conjunto de signos do presente período histórico, com bases da mundialização da produção que se expande pelos territórios alimentares.

Foram ressaltados tópicos que são basilares para não dissociar a discussão da alimentação das suas escalas de análise, ademais que assim são primordiais para entender qual o papel do Brasil neste nexos. Somado às suas particularidades sócio-históricas, buscaremos apreender as relações que permeiam as situações alimentares das populações no próximo capítulo.

3 A INTRINCADA RELAÇÃO DA DESIGUALDADE, POBREZA E FOME NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ACESSO DESIGUAL AOS ALIMENTOS

Antes de adentrar ao território estudado a partir da perspectiva do acesso alimentar se faz necessário contextualizar a discussão sobre temas e conceitos que cercam a temática alimentar a partir da realidade brasileira. Sabendo que, embora o Brasil tenha como marca o seu amplo território diverso geograficamente e com vasta diversidade de recursos naturais e culturais, se manifestam disparidades socioeconômicas decorrentes do processo de produção social do capital que afetam milhões de pessoas.

Neste íterim destacamos a triste realidade vivenciada por famílias que convivem com a fome, uma das faces desta desigualdade socioeconômica e espacial que combina oportunidades para diferentes grupos sobre o território.

Este capítulo propõe compreender e analisar a alimentação a partir das situações sociais nos diferentes cenários da sociedade brasileira, explorando a intrincada relação entre a desigualdade social, a pobreza e a fome.

Nossa escolha parte da premissa lançada por Villaça (2011, p. 37) que *“nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser explicada/compreendida se não considerar a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade”*. E neste sentido, como justificativa partimos da afirmação de Ribeiro Junior *et al.* (2021) que apontam que a alimentação é um meio privilegiado de explicar as condições de vida existentes em uma sociedade.

Com este plano esperamos contribuir de alguma forma com as complexas discussões da questão alimentar neste país, além de compreender a extensão do problema e, mais que isso, trazer uma base de ordem contextual sobre as nuances que atravessam a alimentação no contexto urbano das periferias, especialmente a da cidade de Fortaleza, a fim de evitar o preconceito, no seu sentido literal, que culpabiliza o indivíduo sobre suas escolhas alimentares.

Assim sendo, dividimos o capítulo em três partes, permitindo, de forma gradual e crítica, fundamentar a discussão para uma leitura dos dados disponíveis

sobre a fome e suas manifestações em seus diferentes contextos na sociedade brasileira. Na primeira parte, nos dedicamos à discussão de temas e conceitos que permeiam a intrincada relação. Nesse sentido, utilizamos também dados com o propósito de contextualizar a realidade brasileira.

Já na segunda parte do capítulo, exploramos indicadores para a análise dos determinantes sociais na leitura sobre a fome no Brasil, assim sendo, direcionamos tanto dados de escala nacional quanto para a Região Nordeste.

Por fim, na terceira parte, encerramos nossa discussão ao abordar situações alimentares, consumo e disponibilidade de alimentos nos domicílios através de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE para diferentes realidades socioeconômicas. Reforçando, assim, a contextualização iniciada anteriormente com as informações discutidas nesta parte.

3.1 A complexa teia entre Desigualdade, Pobreza e Fome no Brasil

Ao pensar nos desafios contemporâneos enfrentados pela sociedade emergem preocupações sobre a questão alimentar e, neste contexto, a asseguuração do direito à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos povos. Já que a SAN pode ser entendida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (LOSAN, 2006).

Reforçando esta preocupação, o Brasil assumiu internacionalmente compromissos contidos na Agenda 2030 por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁰ e das suas respectivas metas. Entre essas metas se destaca a erradicação da fome e da pobreza, bem como suas dimensões.

Analisar essa temática à luz da realidade brasileira demanda uma reflexão crítica da intrincada relação entre desigualdade, pobreza e fome. Esses não são

¹⁰ A alimentação está diretamente ligada aos ODS, destacamos o objetivo 2 que se propõe “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”.

temas recentes, longe disso, são injustiças de ordem estruturais, características da formação socioterritorial do país, que acabam por moldar a relação das pessoas com as oportunidades ao acesso alimentar pleno e de qualidade.

Neste sentido, recuperaremos a discussão de um tema iniciado no capítulo anterior que é inquietante e que, por vezes, é invisibilizado, mas que cerca diariamente a vida de milhões de brasileiros: a fome. Sob esta perspectiva, progrediremos por meio do entendimento dos temas tendo a fome como fio condutor da discussão.

Para além de números, torna-se crucial abordar a questão da fome sem ser dissociada da vida humana e da sua experiência, respeitando e buscando uma (re)sensibilização em relação a esta realidade. A fome não deve ser naturalizada como um componente da paisagem social brasileira (FRUTUOSO; VIANA, 2021; CAMPELLO; BORTOLETTO, 2022).

A fome é expressão da violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que, embora esteja como norma desde 2010 entre os direitos sociais na Constituição Federal brasileira, por meio da Emenda Constitucional nº 64, está longe da sua concretude nas relações sociais, no cotidiano (ALMEIDA, 2019), se estabelecendo longe do que é considerado SAN.

Apesar de estarmos cientes dos avanços significativos da experiência brasileira que retirou o país do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014, é fundamental que reconheçamos que “o fato da fome se tornar recorrente no debate político indica que as soluções encontradas não foram suficientes” (BRITO; BAPTISTA, 2021, p. 2).

A persistência de certas privações de direitos humanos básicos se deve menos à escassez absoluta ou relativa de recursos e mais ao elevado grau de desigualdades na sua distribuição (DE JESUS; HOFFMAN, 2023). A acumulação representa uma das características vitais de uma sociedade capitalista, que se sustenta mediante o detrimento de certos indivíduos. Neste contexto, o acesso a bens, serviços e até mesmo atividades que proporcionam algum tipo de bem-estar social, está estreitamente ligada à capacidade de aquisição de uma pessoa ou um grupo mediante transações comerciais utilizando a moeda vigente.

Neste íterim, embora o Estado brasileiro assegure, mesmo que

frequentemente com qualidade precária ou insuficiente, o acesso a serviços básicos como saúde e educação, o acesso à alimentação permanece, essencialmente, dependente do poder aquisitivo dos indivíduos. Diante disso, entendemos que ao adentrar ao estudo do acesso alimentar, sobretudo, das periferias brasileiras, compreendemos que a análise da desigualdade socioeconômica e espacial brasileira - e não só isso - acaba sendo um caminho de contextualização de situações sociais e alimentares contemporâneas.

3.1.1 Radiografia da Desigualdade Social no Brasil

Conforme a perspectiva de Rousseau (2008 *apud* MOTTA, 2017), a desigualdade social emerge como resultado da evolução da sociedade humana, relacionada à criação da propriedade privada e das instituições políticas, sendo, neste contexto, a posse da terra uma fonte central de poder e dominação.

Assim sendo, a sociedade teria se hierarquizado mediante o poder econômico/político a partir dos grupos sociais e das suas distintas características, como o trabalho, a propriedade, educação e direitos (ROUSSEAU, 2008). De maneira convergente, Marx e Engels (1998 *apud* MOTTA, 2017) orientam suas teorias neste sentido, destacando o poder de dominação de uma classe sobre a outra por meio da detenção dos meios de produção.

O debate sobre as desigualdades é amplo e pode ser visto por diversas perspectivas, sejam elas a de renda, de oportunidades, de direitos, de gênero e de raça e entre outros. Neste sentido, ao considerarmos a realidade brasileira, entende-se que, torna-se fundamental ampliar o escopo do debate para abranger as relações que se estabelecem desde a pobreza, a vulnerabilidade social e entre outras negações de dignidade (CARAVACA, 2022).

Além disso, é relevante pontuarmos que nossa discussão se guiará a partir dos princípios da justiça social, os quais sugerem que uma sociedade justa e livre têm sua cidadania e seus direitos assegurados, todavia, ao pensar a nossa realidade, percebemos que tal justiça está distante e sujeita a disputa pelos atores, logo, falar em injustiça social se torna mais apropriado.

Mesmo estando sob um Estado Democrático de Direito, com direitos

sociais assegurados pela Constituição Federal, não se tem uma redução contínua das desigualdades sociais, pois esta está mais relacionada a uma desigual distribuição de poder que necessariamente a uma má distribuição econômica, logo, “não é por falta de leis, não é por falta de planos e nem de conhecimento técnico que as cidades se encontram na situação em que estão. [...] O embate se dá especialmente na esfera política” (MOTTA, 2017, p. 21).

A desigualdade [...] trata-se de um artifício, de uma máquina, de um produto de cultura que resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes. (HENRIQUES, 2000, p. 2 e 3)

Sabendo disso, interessa-nos agora nos atentar a uma série de dados com o objetivo de nos situar sobre a situação brasileira. Salientamos que nosso intuito não é examinar de forma minuciosa as bases de “construção” dessas desigualdades, mas fornecer um sucinto panorama da realidade brasileira que marginaliza e priva, particularmente, a classe mais empobrecida de acessos a oportunidades e recursos. Isso os coloca diante de uma das consequências mais abjetas: a privação de alimentos, a fome.

Inicialmente, o índice de Gini surge como uma ferramenta interessante para nos revelar dados relacionados à desigualdade socioeconômica. Este indicador mensura o nível de concentração de renda em uma sociedade, ao extrair informações sobre os rendimentos de sua população, cuja síntese se situa numa escala de zero a um. À medida que essa soma se aproxima de um, se evidencia a acentuação da disparidade de renda.

Conforme as informações divulgadas pelo sumário de indicadores sociais do IBGE (2022), com base nos critérios estabelecidos pelo Banco Mundial (BIRD), o Brasil figura atualmente entre os dez países mais marcados pela desigualdade em todo o mundo.

O referido estudo descreve a trajetória do índice de Gini no Brasil entre 2012 e 2021 (Gráfico 1, a seguir). Em 2012, este índice assinalava 0,540 indicando uma desigualdade relativamente alta. Nos anos subsequentes se nota um declínio até 2015, quando alcançou o ponto mais baixo na série histórica, marcando 0,524.

Essa queda sugere uma melhoria na distribuição que pode ter sido resultado de uma série de políticas públicas, programas sociais etc. deste período.

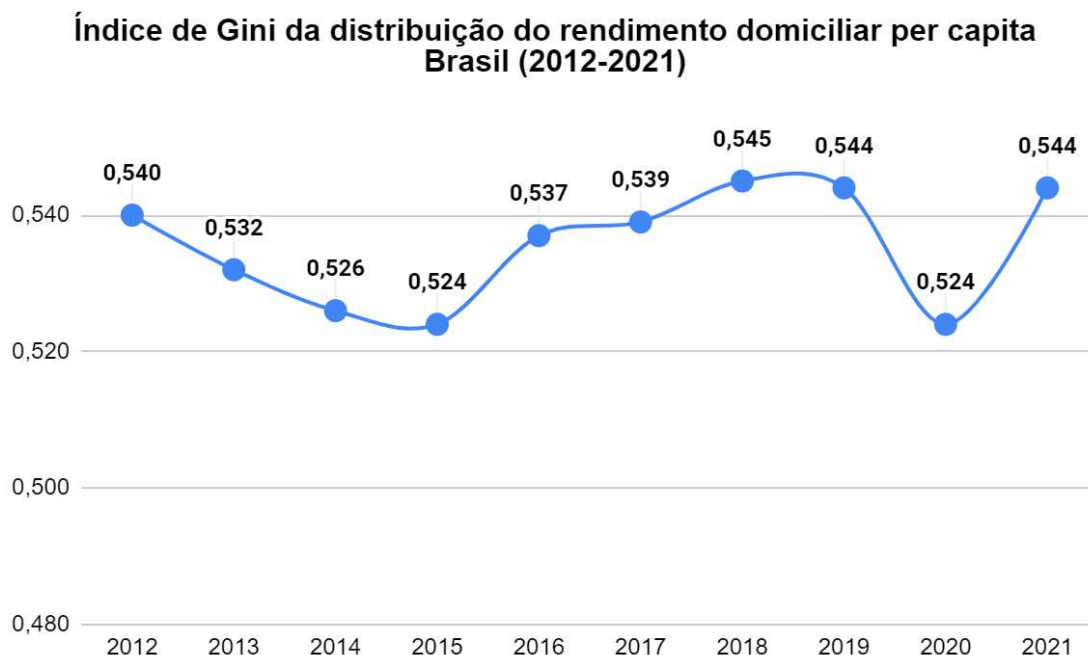
Entretanto, um ponto de inflexão pode ser notado após o golpe político de 2016 que destituiu a presidente Dilma Rousseff e na esteira da ascensão do presidente interino Michel Temer uma série de ataques foram feitos a partir da implementação de políticas de austeridade fiscal e início de significativos desmontes na área social. Como consequência houve uma mudança na tendência de declínio do indicador, na verdade se observou um crescimento estável entre 2018 e 2019, culminando em um índice de 0,544.

Com a emergência de uma pandemia global da Covid-19, após pressão da sociedade civil, houve a introdução dos auxílios emergenciais de transferência de renda em 2020. Neste contexto o índice regrediu para 0,524, o mesmo valor de 2015. Em seguida, em 2021, com a redução gradual dos benefícios emergenciais, o índice retomou ao patamar de 2019, ou seja, 0,544.

Esses dados mostram o cenário desafiador ao lidar com a desigualdade socioeconômica no Brasil e, além disso, nos apresenta a complexa teia de fatores políticos, econômicos e sociais que podem influenciar nas tendências.

Esses dados corroboram com o relatório sobre as desigualdades mundiais elaborado pelo Laboratório Mundial de Desigualdades (World Inequality Lab) (CHANCEL *et al.*, 2022) o qual revelou que os 10% mais ricos do Brasil detêm cerca de 58,6% da renda total do país, enquanto a metade da população de menor renda representou apenas 10%.

De acordo com a lista da Forbes, o Brasil tem aproximadamente 54 bilionários distribuídos pelos mais diversos setores da economia - sendo muitos deles participantes de setores do sistema alimentar -, colocando o país entre os 10 países com maior quantidade de bilionários no mundo. Em relação a isto, o relatório produzido pela Oxfam (2020), acrescenta que, mesmo durante a pandemia da Covid-19, estes, aqui no país, aumentaram sua fortuna em até US\$34 bilhões.

Gráfico 1 - Série histórica do Índice de Gini do Brasil (2012-2021)

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021. Adaptado pelo autor.

Por outro lado, as informações fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome sobre o Cadastro Único expõem a dolorosa realidade da desigualdade no Brasil: cerca de 42 milhões de famílias estão registradas no referido cadastro, sendo que 45% desse total se encontra em situação de extrema pobreza. Isso equivale a um número absoluto de 95 milhões de pessoas cadastradas, dentre as quais 4 milhões estão vivendo em condições de extrema pobreza.

No contexto contrastante, o Produto Interno Bruto (PIB), que reflete o valor dos bens e serviços produzidos pelo país ao longo do último ano (2022), alcançou aproximadamente 9,9 trilhões de reais (IBGE, 2023). Embora entendamos que o PIB per capita nos fornece uma visão geral do nível de desenvolvimento econômico de um país, ele pode servir para expor o abismo desigual da distribuição da riqueza de uma nação. Segundo o IBGE, o PIB per capita no Brasil em 2020 correspondeu a aproximadamente 36 mil reais por habitante, fato que está bem longe da realidade.

Considerando a abordagem em questão, Motta (2017) soma ao enfatizar que essa desigualdade não é apenas de natureza estrutural, mas também é funcional para determinados grupos. Diante disto, é possível identificar a atuação do próprio Estado nesse cenário ao examinar o sistema tributário, que repercute de maneira desproporcional nos estratos de menor renda.

Conforme apontado em um estudo conduzido pela Receita Federal (2021), aproximadamente 44% da arrecadação tributária se origina da tributação sobre bens e serviços, enquanto sobre a propriedade é de apenas 4,87%, e sobre a renda é de 23,92%. Uma análise comparativa desses dados sobre a origem dos tributos no Brasil com os de outros 36 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), à qual o Brasil pertence, revela que a tributação sobre renda, lucro e ganho de capital corresponde a 6,9% do PIB, destoando com a média de 10,6% dos países da OCDE. Essa constatação posiciona o Brasil entre os seis países com a menor média nesse aspecto dentro da OCDE.

Essas desigualdades também se apresentam pelas diferentes regiões do país. A Tabela 1, a seguir, aponta que dos 45,5 milhões de pessoas que sobrevivem com rendimento médio de até 2 salários mínimos no Brasil, a região Nordeste desponta na concentração desta população (37%), muito acima da média nacional (22%), seguida do Norte (36%), Sudeste e Centro-Oeste (ambos com 14%) e Sul (12%). Essa tendência de distribuição segue até a faixa de 2 a 3 Salários mínimos (22%, 21%, 16%, 16% e 15% respectivamente).

Ao analisar o outro extremo, o dos mais de 13,3 milhões de pessoas com rendimento médio mensal acima de 15 salários mínimos, notamos que, embora, a região Sudeste concentre em números absolutos a maior parcela no seu território (7,1 milhões, representando 8% do total), a região Centro-Oeste, em valores relativos à sua população total, se destaca (11%), seguido do Sul, com 7% e as regiões Norte e Nordeste (ambas com 3% da sua população total). Essas informações denotam a não uniformidade desta desigualdade pelo ao longo do território brasileiro. Não podemos deixar de mencionar que ao se observar essas variáveis em escala menor, de municípios ou mesmo por bairros de uma cidade, pode-se ter uma noção da complexidade por trás desta temática, a partir da

realidade brasileira.

Tabela 1: População absoluta e relativa segundo as classes de rendimento médio mensal familiar - Brasil (2020)

Região/ Salário Mínimo (SM)	Brasil		Norte		Nordeste		Centro-oeste		Sudeste		Sul	
	Total (milhão)	%	Total (milhão)	%	Total (milhão)	%	Total (milhão)	%	Total (milhão)	%	Total (milhão)	%
Até 2 SM	45,5	22	6,5	36	20,9	37	2,2	14	12,3	14	3,6	12
2-3 SM	37	18	3,7	21	12,4	22	2,6	16	14,1	16	4,3	15
3-6 SM	66,8	32	4,8	27	15	27	5,6	35	30,8	35	10,6	36
6-10 SM	31,1	15	1,7	10	4,6	10	2,6	17	15,9	18	6,2	21
10-15 SM	13,4	6	0,579	3	1,9	3	1,1	7	7,1	8	2,7	9
Mais de 15 SM	13,3	6	0,513	3	1,7	3	1,7	11	7,1	8	2,2	7

Fonte: IBGE (2020) apresentado por Ribeiro Junior *et al.* (2021) e adaptado pelo autor.

Em suma, a desigualdade social tem raízes que remontam períodos anteriores da nossa história enquanto nação, como bem enfatizou Josué de Castro em meados dos anos de 1950 ao denunciar estar no passado - colonial e escravocrata - as raízes da desigualdade que se estende até os dias atuais. Não sendo o Brasil uma nação pobre, mas injusta com os mais pobres (HENRIQUES, 2000).

3.1.2 Pobreza: uma das faces da Desigualdade

Ao analisarmos a temática da pobreza notamos que ela não tem uma única definição, e muito menos somente uma forma de mensuração. O conceito de pobreza varia a partir do tipo de abordagem que o objeto de estudo deseja alcançar. Os estudos mais tradicionais, ligados a um viés mais econômico a abordam por meio da insuficiência em relação à renda, medida por "linhas" que verificam se os

indivíduos são ou não pertencentes a este grupo, ao mesmo tempo que estudos mais sociais e políticos a relacionam, de forma mais ampla, à privação e à negação de direitos essenciais.

É uma divergência de caráter mundial, a exemplo:

(...) no Reino Unido e em alguns outros países europeus, famílias pobres são geralmente definidas como aquelas em que a renda equivalente é menor do que 40% da renda média. Por outro lado, famílias pobres nos Estados Unidos são identificadas usando o custo da cesta de bens e serviços básicos e um coeficiente de Engel (FERREIRA; LITCHFIELD, 2000, p. 64 *apud* DOS SANTOS, 2009, p.17).

Na literatura é possível se defrontar com duas ideais de pobreza, a relativa e a absoluta, sendo a primeira entendida como aquela que enfatiza o sentido de comparação situacional do indivíduo em relação a sua posição na sociedade, levando em consideração o seu padrão de vida, sendo o pobre aquele que se situa na camada inferior da distribuição de renda em relação aos demais indivíduos nessa distribuição.

Já a pobreza absoluta se concentra na falta de recursos mínimos para atender necessidades básicas de sobrevivência, sendo medida com base em um limiar fixo de renda ou consumo, isto é, seria uma privação insuficiente que pode resultar na privação de certas condições de vida – moradia digna, lazer, alimentação suficiente e de qualidade entre outros – que impactam no desenvolvimento do ser e das suas relações na sociedade. Um outro ponto desta abordagem é o apontamento da situação do indivíduo abaixo das pessoas consideradas pobres (ROMÃO, 2000).

Por vezes o conceito de pobreza pode ser confundido com o de desigualdade. Embora tenha uma forte interdependência, o conceito de pobreza é muito diferente de desigualdade. Essa “confusão” de caráter conceitual pode ser explicada pela razão do entendimento de uma das perspectivas da desigualdade, a econômica, que se explica pela lacuna na equidade e a existência de grupos em condições diferentes em relação ao poder aquisitivo necessário. Para se realizar uma análise desta perspectiva com mais precisão, se utiliza uma das categorias de pobreza, a relativa (CARAVACA, 2022).

Retornando, a partir destas diferentes abordagens, o conceito de pobreza foi destacado a partir de três concepções no decorrer do século XX, sendo elas: a de

sobrevivência, a de necessidades básicas e a privação relativa.

A primeira abordagem, de enfoque mais restritivo, predominou ao longo dos séculos XIX e XX, estendendo-se até a década de 1950. Essa perspectiva emergiu a partir dos estudos de nutricionistas da Inglaterra, os quais destacaram que a renda dos estratos mais pobres era insuficiente para sustentar a manutenção do rendimento físico do indivíduo. Originada dessa análise, essa concepção exerceu uma ampla influência na Europa e, posteriormente, foi adotada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), servindo de base para modelos de proteção social. As críticas a esta abordagem foram feitas ao seu uso para justificar baixos índices de assistência aos mais pobres, restando valores para a sobrevivência do indivíduo. “Seus verdadeiros objetivos seriam limitar as demandas por reformas sociais e, ao mesmo tempo, preservar a ênfase no individualismo compatível com o ideário liberal” (CRESPO;GUROVITZ, 2002, p. 4).

Ao passar do tempo, em meados de 1970, o conceito de pobreza evolui a uma abordagem ligada às necessidades básicas, ou seja, assumia aí uma conotação mais ampla para além do indivíduo. Esta concepção passou a ser adotada por órgãos internacionais, sobremaneira aqueles ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). A partir de 1980, por meio da introdução de um novo enfoque proposto por Amartya Sen, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa que introduz variáveis amplas, ressaltando o fato das pessoas sofrerem privações que extrapolam em outras esferas da vida, além da material. No entanto, como bem destacado por Crespo e Gurovitz (2002), essa abordagem apesar de ser mais ampla, apresenta problemáticas em relação a dificuldade de extensão e gravidade das privações enfrentadas pelos indivíduos.

Sen (2010) define a pobreza como a privação de capacidades básicas de um indivíduo, além de somente considerar o baixo nível de renda, embora este ponto seja um dos indícios da pobreza, esta capacidade está ligada à liberdade para ter estilos de vida diversos.

Como lembra Caravaca (2022), este tipo de abordagem foi assumida no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que estabeleceu uma série de critérios para a satisfação das necessidades básicas, tais como a esperança de vida, a escolaridade, o rendimento etc. que serviram de base para o

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Agora, em relação às suas formas de mensuração, podemos dizer que também houveram alterações ao longo do tempo, em muitos casos, com divergências até mesmo no mesmo período, a depender do interesse do pesquisador. Dos Santos (2009) nos lembra o caso brasileiro nos anos 2002/2003 durante a passagem de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto o primeiro defendia haver cerca de 10 milhões de carentes, o segundo afirmava ter mais de 40 milhões de pobres naquele período. Desconsiderando os interesses políticos por trás desta polêmica, esse fato ilustra a problemática na quantificação da pobreza.

Os quantificadores mais usuais nos estudos sociais e estatísticos são conhecidos como linha de pobreza e a linha de indigência (extrema pobreza)¹¹ que utilizam indicadores de renda e de consumo em uma sociedade para definir situações econômicas e sociais. Tais “linhas” podem estar baseadas no Salário Mínimo ou pela métrica da Paridade de Poder de Compra (PPC)¹².

A partir da primeira, um indivíduo pobre é aquele cujo rendimento familiar per capita é de meio salário mínimo, já a condição de indigente está atrelada a uma renda igual ou inferior a um quarto desta mesma referência. A segunda métrica, a partir da metodologia adotada pelo Banco Mundial e pelo PNUD, em cenário mundial, um pobre é considerado aquele que vive com até dois dólares ao dia e extremamente pobre quem sobrevive com menos de um dólar ao dia. Todavia, estando o Brasil entre os países com rendimento do tipo médio-alto, existe a sugestão da linha estar entre cinco e seis dólares.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais realizada pelo IBGE (2022), considerando a medida PPP, o Brasil, em 2021, apresentou mais de 62 milhões de pobres e pessoas em condição de extrema pobreza, um contingente entre 10,0

¹¹ A extrema pobreza ou indigência tem como sinônimo a miséria, no qual pode ser definida como a situação em que um indivíduo não consegue ter acesso à cesta básica que fornece calorias suficientes em um dia para viver. Os indicadores da indigência podem ser confundidos com o dimensionamento de fome, mas não representam a mesma coisa. Em uma situação hipotética, uma pessoa pode não ter recursos financeiros para se suprir de suas necessidades alimentares, todavia tem acesso a recursos não monetários que a impedem de estar em situação de fome.

¹² “Purchasing power parity” (PPP) é medida em dólares correntes internacionais que, em princípio, tem o mesmo poder de compra nos Estados Unidos. É escolhido como alternativa às mudanças da taxa de câmbio, isto é, elimina diferenças no custo de vida entre os países.

milhões e 28,4 milhões de pessoas nesta condição. Esses dados expõem também as desigualdades regionais, visto que, mesmo o Nordeste detendo 27% do total populacional do Brasil, 44,8% das pessoas eram consideradas extremamente pobres.

Esses dados alarmantes lançam luz nas fraturas expostas da atual fase do capitalismo que priva, incapacita e exclui aqueles que não participam de alguma forma do processo produtivo do capital que, contrariamente, se reproduz a partir da própria pobreza. Como marca do seu cinismo, “deixa de oferecer às massas qualquer esperança humana, na melhor das hipóteses, oferece-lhes a sobrevivência animal, que é a única coisa que um dólar ao dia permite” (BOLTVINIK, 2011 *apud* CARAVACA, 2022, p.70).

De modo geral a partir do que foi exposto nesta seção, podemos constatar que dentre tais concepções e abordagens, compreendemos que o debate sobre a pobreza, [...] refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 22)

É inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões - agora e no futuro - serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país. Além do que, um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição da pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual ele pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social (SANTOS, 1978, p. 10).

Neste sentido, compreendemos que a pobreza é uma realidade multifacetada, caracterizada por sua natureza multidimensional e interrelacional que varia segundo os contextos individuais e sociais. Ela está intimamente vinculada à injustiça social que permeia o cotidiano das pessoas, se manifestando na negação de direitos que implica desde o modo de habitar até ao acesso a oportunidades, a saúde, qualidade de vida entre outros. Esse debate não pode ser reduzido à “[...] noção de precariedade de renda; é complexo e abrangente, está relacionada a vários tipos de desigualdades - de raça, gênero, território, idade, etnia, classe,

participação, poder” (CAMPELLO; BORTOLETTO, 2022, p. 162).

Como pontua Deepa Narayan (2000) citado por Crespo e Gurovitz (2002), ao trazer o pobre para definir a pobreza:

Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade.

3.1.3 A Fome como fenômeno social

Historicamente, observa-se uma série de significados atribuídos para o uso da palavra fome, sua intensidade de ênfase no debate público e na política, bem como suas diferentes formas de mensurá-la. Nem mesmo os diferentes campos do conhecimento chegaram a um consenso para defini-la, são explicações que variam desde a fome ligada ao sentido puramente biológico da insaciedade e de sensações que podem ser sentidas no corpo, da discussão meramente econômica e, até mesmo, populacional, assim como, relacionada à privação de direitos básicos e caráter de injustiça social.

Como bem destacou Valente (2003), Urban Jonsson que há mais de 20 anos em um artigo já apontava essas diferentes perspectivas de abordagem a partir do olhar de cada profissional para a fome:

O profissional da saúde “enxerga” desnutrição e doença e propõe vacinação, saneamento, aleitamento materno, etc. O agrônomo “diagnostica” falta de alimentos e propõe maior produção de alimentos, ajuda alimentar, etc. O educador vê “ignorância e hábitos alimentares inadequados” e propõe educação alimentar. Os economistas clássicos “identificam” má distribuição de alimentos e propõem uma melhor política fiscal, geração de emprego e renda, etc. Os planejadores diagnosticam “falta de coordenação” e propõem a criação de conselhos de alimentação e nutrição e capacitação. (VALENTE, 2003, p. 52)

Esta não consonância no entendimento da fome nos diz, de antemão, que é um tema em disputa de narrativas e, essa discordância serve, inclusive, para viabilizar projetos políticos ou mesmo para ocultar o tema. Assim sendo, nos interessa uma breve contextualização histórica dos sentidos que a fome foi tendo ao

longo dos anos para os atores que se interessaram por este tema.

Como reflete Freitas (2003), os conceitos e mitos atribuídos à fome coletiva, historicamente, são predominantemente centrados a partir de pensamentos de setores hegemônicos das sociedades. Toda definição traz consigo um posicionamento teórico e política da realidade (RIBEIRO JUNIOR, 2015). Por isso, se pensar na invisibilização da temática não é e nunca foi por acaso.

A exemplo, nas sociedades pré-industriais o ato de ignorar a fome ou mesmo sua negação serviu como estratégia para um exército industrial de reserva e para a garantia da reprodução do capital (FREITAS, 2003). Como formas de controle político-ideológico, surgiram teorias para explicá-la. Durante o século XIX, as teorias naturalistas obtiveram destaque, estando ligadas a uma doutrina de ordem fisiológica: o comer era pensado para dar sentido aos processos orgânicos. Sendo o homem produto do que comia, a natureza era vista como determinante na sua existência. Neste sentido, a mortalidade provocada por deficiências e carências alimentares eram explicadas por leis naturais (FREITAS, 2003).

Neste bojo o sociólogo Thomas Robert Malthus, em 1798, ganhou importância com sua teoria naturalista que foi utilizada (e por vezes até atualmente) para interpretar e mistificar a fome. Malthus, seguindo o viés do pensamento econômico conservador da Escola Clássica, que se fundamenta por meio da teoria da “mão invisível” e do valor-trabalho, desenhou proposições morais de cunho religioso para uma teoria malthusiana para a população. Para este, a capacidade de crescimento populacional era mais elevada do que a capacidade da terra produzir, o que se findava na fome. Isto é, tinha ali a culpabilização dos mais pobres por suas situações como justificativa da sua própria “irresponsável” reprodução biológica. A fome e a miséria eram resultado do enfrentamento à lei natural da vida, uma escolha pessoal, como a base da teoria da escola clássica.

A teoria malthusiana teve força até a Segunda Guerra Mundial, com o cenário que contribuiu para a discussão e provocação das primeiras articulações internacionais, daí a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 1964 (FRUTUOSO; VIANA, 2021), em um primeiro momento, tendo como preocupação exclusiva a ideia de disponibilidade e oferta de alimentos.

A teoria foi desmistificada por infelizes acontecimentos no século XX,

como bem lembrou Raymer (1975 *apud* FREITAS, 2003). Em Bangladesh, no ano de 1974, milhões de pessoas vieram a morrer por fome severa, a contradição foi posta, pois se observou no mesmo ano a mais alta safra de arroz da história do país. Outro fato importante, que soa contraditório, no mesmo ano, foi o acontecimento da Conferência Mundial de Alimentos que proclamou a alimentação como um direito inalienável de todo ser humano.

Mesmo nos dias atuais, este tipo de argumento é difundido, mas logo sua validação pode ser refutada. Este paradoxo pode ser ilustrado a partir do sistema alimentar predominante no Brasil. Como delineado anteriormente, ao mesmo tempo que se tem o aumento significativo da produção alimentar focada, principalmente, para a exportação, em contrapartida existe a manutenção de situações de fome. Por vezes, essa coexistência pode ser encontrada em uma escala local, a partir de cidades nas quais o agronegócio tem certo poderio econômico. Por isso é importante entender que a fome não depende exclusivamente da existência de alimentos, mas dos determinantes da sua distribuição.

Continuando na incursão histórica de pontos relevantes, em meados de 1980 a discussão da fome perpassa pelo apontamento da preocupação do acesso aos alimentos, agora em um nível doméstico e individual, e não mais em uma escala nacional ou regional. A ênfase, portanto, passa a ser pelo poder de compra. Sen (1981) foi um dos intelectuais que contribuíram neste sentido ao definir a fome como uma falta de disponibilidade e de acesso ao alimento em quantidade e qualidade que atenda às necessidades nutricionais.

O autor é reconhecido por sua vasta produção na discussão de fome, pobreza e certos determinantes sociais, tendo contribuído para um entendimento sobre a conexão da capacidade econômica individual e o seu acesso alimentar. Foi um avanço significativo ao considerar a fome como fruto da pobreza, rompendo, dessa maneira, com aquela concepção da escassez de alimentos. Contudo, não podemos deixar de mencionar a crítica que se tem a esse tipo de abordagem que apontam as falhas no funcionamento do sistema capitalista, ao invés de apresentar a fome como produto deste sistema (RIBEIRO JUNIOR, 2015). Portanto, a erradicação da fome não pode ser alcançada mediante decretos e leis, em vez disso, requerem mudanças nas estruturas sociais que a sustentam.

Freitas (2003) diz que a construção de uma noção de analisar a fome a partir de uma lente social se deu ao passo do desenvolvimento das forças produtivas onde se teve uma redefinição deste acesso alimentar. Há que se destacar as críticas fundamentadas ao capital e suas formas de exploração e daí uma organização política em torno do entendimento das relações sociais as quais entende que a erradicação da fome implica, necessariamente, em transformações sociais.

A determinação social da fome será a explicação para os processos nutricionais socialmente diferenciados, ou um dos modos de se compreender a sobrevivência dos grupos desfavorecidos na esteira da desigualdade social, com a interferência de diferentes formas de culturas para manter a existência. (FREITAS, 2003, p.30)

Sobressaem, portanto, duas linhas gerais na literatura contemporânea acerca da fome, tanto aqui no Brasil, como em outros países: a primeira ressalta e reduz a discussão sobre a fome à conceitos clínicos, ligados em geral à condição biológica; e a segunda como resultado das condições sociais e econômicas.

Destaca-se que a produção do conhecimento que rompe com a lógica já mencionada teve grande contribuição da experiência brasileira por meio das ideias do médico e geógrafo humano Josué de Castro, no qual descreveu a fome “como um conceito múltiplo, com gradientes de gravidade, intensidade, magnitude e cronicidade” (FRUTUOSO; VIANA, 2021, p. 3).

Para Josué de Castro era inaceitável tratar a fome como um fenômeno natural ou inevitável, nem como sendo resultado da seca ou da índole do pobre (CAMPELLO; BORTOLETTO, 2022). Para ele, a fome é vista mais como um produto de fatores socioculturais e de ordem econômica do que como fatores de natureza geográfica. Um pensamento crítico e revolucionário à época. O referido autor colocou o fenômeno na literatura pela primeira vez como produto direto do subdesenvolvimento econômico e social¹³ em meados de 1950 e rompeu tabus ao denunciar que no Brasil existia fome.

Vale destacar que neste período no Brasil ainda se tinha uma forte

¹³ “O que caracteriza por excelência o subdesenvolvimento é o desnível, a disparidade entre os níveis de produção, de renda e de capacidade de consumo entre diferentes camadas sociais e entre diferentes regiões que compõem o espaço sociogeográfico da nação” (CASTRO, 1968 *apud* NASCIMENTO, 2022, p. 46)

influência das concepções naturalistas, tanto no campo acadêmico, na formação dos profissionais de saúde, como no âmbito político, o qual, com o enfrentamento de causas imprecisas ou mesmo incoerentes, torna a fome uma questão estrutural como consequência de injustiças sociais históricas.

O Estado autoritário e assistencialista da época passou a atuar por meio de diversos programas de combate à desnutrição - que passou a ser considerada um problema de saúde. Neste contexto, os famintos foram desfocados no sentido de colocar a situação como algo emergencial (FREITAS, 2003). Mesmo sendo a fome um problema crônico, o discurso da época era de constatação de calamidade social, ao compreender a fome como algo transitório, um acidente em passagem pelo território.

Ao avançar um pouco mais no tempo histórico, observando os últimos 30 anos dos sentidos da fome no debate político, Brito e Baptista (2021, p. 12) afirmam que “a fome surgiu como retórica importante em momentos-chave da história brasileira, em especial para a crítica às ações de governo e como pressão social para mudanças nos rumos da política de Estado”.

As autoras repararam que em um primeiro momento (1986-1994), a retórica da fome mobilizou o debate político e social ao sinalizar problemas estruturais, todavia, o foco ainda estava no acesso alimentar e nas carências nutricionais. Já em um segundo momento (1995-2002), se teve um enfrentamento mais claro do projeto de Estado e da perspectiva de desenvolvimento, o qual apontou as desigualdades como questão central. Por meio de movimentos sociais e de partidos políticos, se tem a denúncia de um modelo que reforça a exclusão e injustiça social, o qual marcou no início da década de 2000 uma mudança no direcionamento da política brasileira para a temática.

No terceiro momento (2003-2010) é iniciado a estratégia de combate à fome como eixo central, daí uma série de avanços ao associar a temática à segurança alimentar e nutricional, por meio de políticas “estruturais” e emergenciais. Existe uma série de bibliografias que discutem os planos, programas e projetos deste período. Em meados de 2006 e 2010 a retórica da fome não é mais mobilizada nas campanhas presidenciais, apresentando a substituição do termo insegurança alimentar à fome. As trocas de termos podem mascarar algumas

realidades e retirar a sua sensibilização social.

No quarto momento (2011-2015), como extensão, a fome já não é mais acionada no debate político, uma vez que o país “saiu” do Mapa da Fome da ONU. De fato, existiu um avanço significativo resultante do período anterior, mas algumas bases se mantiveram e foram fortalecidas em um jogo contraditório, como aquelas do sistema alimentar hegemônico.

Mediante o golpe político em 2016, a fome retornou ao debate político perante um cenário de crise e de políticas neoliberais que atacaram diretamente direitos sociais básicos, a soberania alimentar e, neste percurso, o sentido de DHAA. Em 2019 existe uma continuação do projeto político que chegou a negar nominalmente a existência de fome no país. Para além do simbolismo desta grave afirmação, houve um trabalho intenso de desmonte nas pautas atinentes à questão alimentar e de controle social. Assim sendo, a retórica da fome foi mobilizada por acadêmicos, movimentos sociais e determinados partidos políticos.

Ademais, se tem a alarmante confirmação da pandemia da COVID-19 que marcou um momento delicado do ponto de vista sanitário e social para a sociedade brasileira. Com as incontáveis denúncias da sociedade civil, somado a divulgação dos Inquéritos da Rede PENSSAN, tristes imagens de pessoas buscando alimentos em lixo na mídia nacional, bem como pessoas brigando em fila de osso (G1, 2021)¹⁴. A atuação do Estado, todavia, neste período beirou o abandono e a negligência.

Estamos acompanhando desde o início de 2023 a fome retornar ao cenário político, por meio do retorno do diálogo com a sociedade civil e a reestruturação de equipamentos e políticas que foram desmontadas no período anterior. O discurso é de “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”. Iremos acompanhar.

Embora não seja nosso intuito aqui examinar o porquê das mudanças desses sentidos da fome no cenário político, ficamos inquietados e com muitas perguntas. Enquanto as ações não forem de ordem estrutural, os cenários podem ter pequenas mudanças, avanços e descontinuações, mas as raízes continuam. Não

¹⁴Disonível

em:
<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghml>

importando se optamos por falar mais ou apenas fingir que ela não exista, a fome durará.

Em suma, compreendemos a fome como uma totalidade que engloba uma complexa interação de aspectos, marcando-a, assim, como uma problemática de ordem interdisciplinar que não é recente, isto quer dizer que é crônico, é estrutural e que portanto não pode ser abordada como um problema isolado, mas como um fenômeno de ordem sistêmica (CASTRO, 1947; FREITAS, 2003; FRUTUOSA; VIANA, 2021; CAMPELLO; BORTOLETTO, 2022).

Historicamente entra e sai do debate político, seja como prioridade ou não, seja com nomenclaturas diversas, a verdade é que continua impactando cenários e desfechos na sociedade. Os versos de Carolina de Jesus em “Quarto de Despejo” escritos em meados de 1950 parecem ser cada vez mais atuais, sendo escritos todos os dias nos mais diversos lugares - mas em nem todos - do Brasil.

Como pensar em entender a fome em um país com características e dimensões continentais? Sendo a fome um fenômeno, pode ser passível de mensuração? Existem diversos métodos de aferição da dimensão do problema, a fim de realizar comparações internacionais.

Antes de realizar uma breve exposição disso e dos últimos resultados para o país, temos que considerar as indagações feitas por Valente (2003). Para o autor, o debate sobre a fome no Brasil tem certas problemáticas: 1) as diferentes abordagens conceituais já que existe uma enorme variedade de situações; 2) a dificuldade na seleção de indicadores e metodologias para mensurar um problema tão complexo; 3) dados insuficientes; e 4) diversidades de dimensões devido às especificidades locais e regionais.

Esta afirmação contextualiza e dialoga com o que trazemos do ponto de vista conceitual, se já é complexo buscar uma definição, as metodologias e os métodos seguem o mesmo caminho já que devem partir do entendimento e formulação de um conceito “pontapé”, para, enfim, servir de um sentido mais prática deste conceito, isto é, tornar o conceito operativo, que pode resultar em ações e em políticas para enfrentamento e erradicação.

De acordo com Ribeiro Junior (2015), a primeira medida de fome, em escala internacional, surgiu somente no início dos anos 1970. O indicador de

Prevalência de Desnutrição, utilizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). A métrica estava no consumo e na necessidade de energia por parte da população no período de 12 meses. Como a ênfase se pautava nas teorias naturalistas, se considerava apenas a ingestão de calorias.

Ainda segundo o autor, na década seguinte, em 1980, com o avanço da política neoliberal promovida por Ronald Reagan nos Estados Unidos, o país se encontrou em um aumento significativo da fome. O contexto fez emergir o debate sobre a questão liderado pelas pesquisadoras Kathy Radimer e Cheryl Wehler. Rompendo o sentido das pesquisas anteriores, Radimer se diferenciou ao trazer a fome além de termos clínicos e nutricionais, por meio dos relatos de experiências de fome vivenciadas por mulheres. Ela constatou que se tem no início o componente psicológico, posteriormente o componente qualitativo, depois o quantitativo, até chegar ao componente social.

No mesmo período, o Departamento de Agricultura dos EUA designou um grupo de trabalho para elaborar uma "medida de Insegurança Alimentar e Fome", daí se nota o aparecimento do termo Insegurança Alimentar (IA), um exemplo claro se deu no Relatório do Banco Mundial "Pobreza e Fome" de 1986, onde se vê a substituição de conceitos (RIBEIRO JUNIOR, 2015). A fome, portanto, passou a ser definida como um estágio ou nível grave de IA. Com o passar dos anos se tem o aprimoramento da testagem e confiabilidade dos instrumentos, os quais convergiram para um único instrumento de medição da prevalência da IA em escala nacional nos EUA.

No Brasil se utiliza a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para estudos desta natureza no território. Como um instrumento que capta o grau de severidade da incerteza ao acesso alimentar de adultos e crianças, leva em consideração aspectos quantitativos e qualitativos de consumo.

Esta escala, aqui no Brasil, foi desenvolvida a partir da tradução da escala original do USDA. A partir de estudos de validação e adaptações realizados entre 2003 e 2004, os especialistas recomendaram levar em consideração contextos socioculturais nas modificações (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

A versão atual do questionário é formada por quatorze perguntas: sendo oito perguntas a famílias que não possuem integrantes menores de idade e as

demais a famílias com presença de menores. O questionário é respondido com sim/não a respeito da alimentação domiciliar dos últimos três meses. A partir do somatório das respostas positivas é feita a classificação do domicílio que pode estar em: 1) segurança alimentar; 2) insegurança alimentar leve; 3) insegurança alimentar moderada; e 4) insegurança alimentar grave. O Quadro 3, a seguir, explica o que é cada uma das situações.

Quadro 3 - Classificação de Segurança e Insegurança Alimentar

Classificação	Características
Segurança Alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança Alimentar Leve	Quando existe preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, portanto a qualidade da dieta dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos está presente e existe o risco para a sustentabilidade da família.
Insegurança Alimentar Moderada	Quando aparecem reduções quantitativas de alimentos entre os adultos e/ou rupturas nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos.
Insegurança Alimentar Grave	Quando há redução quantitativa de alimentos, tanto para a alimentação de adultos como para a criança que reside no domicílio. Nesta situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

Adaptado de Salles-Costa *et al.*, 2022.

3.2 “Onde e quem?”: compreendendo os dados de fome no Brasil

Não nos interessa aqui discutir os dados sobre a fome em cenário mundial, para isto se tem uma publicação recente da FAO (2023) denominada “Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022”, mas nos interessa contextualizar o país neste cenário, ainda mais em um cenário pandêmico. A fome para a FAO e, portanto, para este relatório é uma sensação desconfortável ou dolorosa causada pela energia insuficiente da dieta, logo, ela é medida pela prevalência de subalimentação (PoU).

A publicação estimou que entre 691 e 783 milhões de pessoas passaram fome no mundo no ano de 2022. Pensando na pandemia de COVID-19, isto representa 122 milhões de pessoas a mais que passaram fome desde o seu início. Fazendo um recorte espacial, as desigualdades são expressivas, a insegurança alimentar afeta mais pessoas que vivem em áreas rurais, correspondendo a 33% em comparação com as áreas urbanas, 26%. Em relação a um recorte de gênero, os dados mostram que as mulheres são as mais impactadas, em 2021, por exemplo, cerca de 31,9% das mulheres do mundo enfrentavam IA moderada ou grave, os homens correspondiam a 27,6% nesta situação. Os dados para um recorte de raça ou cor de pele não foram disponibilizados.

Para discutir o Brasil neste plano partiremos do estudo mais atual realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) que acumula uma série histórica dos dados sobre IA a partir da aplicação da EBIA¹⁵. Em consonância com outros resultados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a Rede PENSSAN se propôs a realizar uma pesquisa com a finalidade de compreender o cenário de fome na pandemia, assim sendo, realizou dois inquéritos (2020 e 2022).

Os dados a seguir nos dão sentido ao problema da fome nos lares

¹⁵ Deve-se mencionar que a pesquisa realizada pela Rede PENSSAN utiliza uma amostra probabilística menor que a utilizada pelo IBGE na POF e na PNAD. Além disso, os autores utilizaram a EBIA com 8, ao invés de 14 itens, como a original. Esses apontamentos impedem a comparação, uma vez que tiveram validação dos dados.

brasileiros. O Gráfico 2 corresponde à porcentagem de SAN e IA de acordo com o total de brasileiros a partir do ano 2004. Vale ressaltar que a população total do Brasil neste ano era de aproximadamente 184,7 milhões de pessoas.

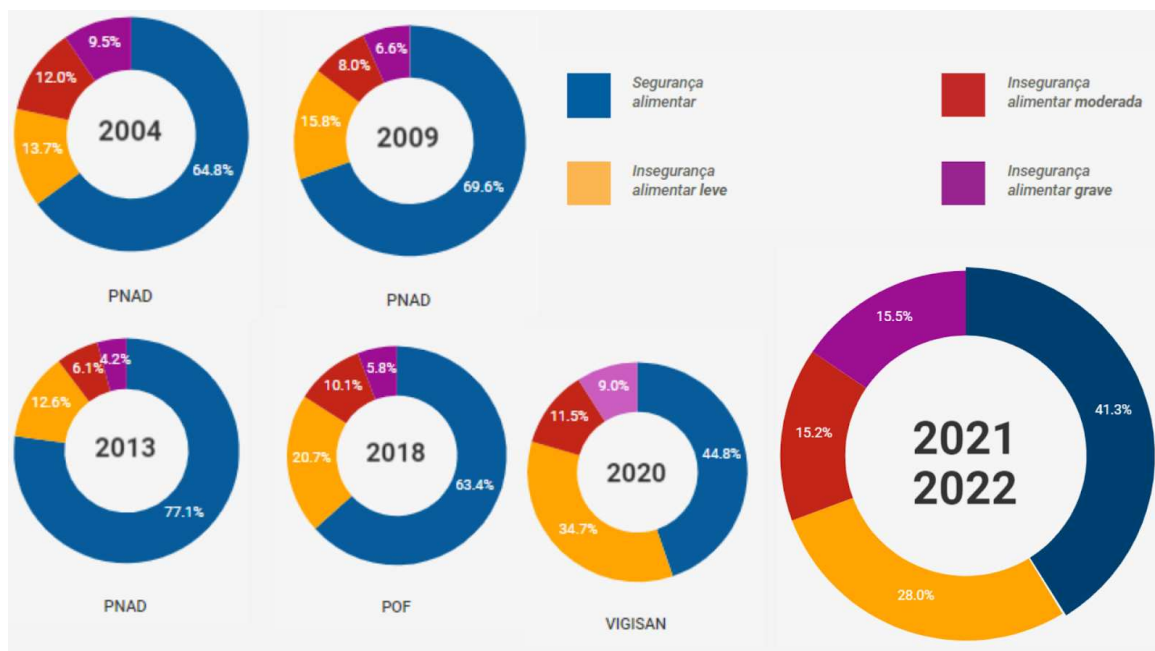
Percebe-se uma tendência de queda nos números da fome durante o período de 2004 a 2013, decorrente de um conjunto de políticas e programas sociais liderados pelo governo federal nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2014). Esse conjunto de ações agiram, de alguma forma, em estruturas que causam a fome, produzindo resultados consideráveis, todavia, devemos salientar que a fome não pode ser encarada como um problema que pode ser resolvido por meio de decretos e leis, já que as raízes são mantidas e, neste sentido, se pensarmos nas relações sociais, está mais distante ainda.

Como já discutido, neste período a fome ganhou notoriedade no debate público, aparecendo como retórica política e, assim, ganhou espaço no orçamento. Existiu um esforço em ações de geração e valorização de empregos e salários, como o programa do governo Fome Zero e o Bolsa Família, além do fortalecimento da agricultura familiar, questões de reforma agrária, e também programas de incentivos em tecnologias sociais.

No campo alimentar, a SAN foi articulada por meio da participação intersetorial e de controle social a partir do conjunto integrado da sociedade civil e governantes na formulação de políticas para a área alimentar e nutricional. Como ocorreu com a recriação dos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA's), promoção das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar, a idealização da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e formulação de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no qual ampliou as dimensões do conceito de SAN, estando este mais direcionado ao DHAA; além das discussões acerca de Soberania Alimentar, do avanço jurídico importante a partir da inserção do direito à alimentação entre os direitos básicos da Constituição Federal; entre outros.

Certamente esses programas, políticas e ações influenciaram para a saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU, todavia, como não foram suficientes e nem tratados como política de Estado, logo houve uma inflexão a partir de 2016.

Gráfico 2 - Dados de Segurança e Insegurança Alimentar no Brasil (2004-2022)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares e I e II VIGISAN. Adaptado de II VIGISAN pelo autor (2023).

Dado o início a um projeto político neoliberal, algumas ações foram incrementadas pelo presidente interino Michel Temer e o Congresso Nacional, como a criação de um teto de gastos públicos a partir da Emenda Constitucional de nº 95 de 2016 que limitou a promoção de gastos sociais pelos seguintes vinte anos, somado a isso, o congelamento salarial e a precarização do trabalho mediante a Reforma Trabalhista; entre outros.

Este projeto político foi reafirmado pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, o mesmo que nominalmente negou a existência de fome no país. Prosseguindo com o desmonte, em um dos seus primeiros atos ao assumir o cargo em 2019, foi romper com o diálogo com a sociedade civil ao extinguir o CONSEA nacional. Este ato mobilizou os estados e municípios a se responsabilizarem pela recriação dos conselhos em suas respectivas jurisdições.

Ademais, escolhas políticas feitas por este governo ocorreram em detrimento de grupos já desfavorecidos historicamente, um exemplo que podemos pontuar aconteceu com o fortalecimento do agronegócio que age com práticas conservadoras não sustentáveis que repercutem na produção, distribuição e

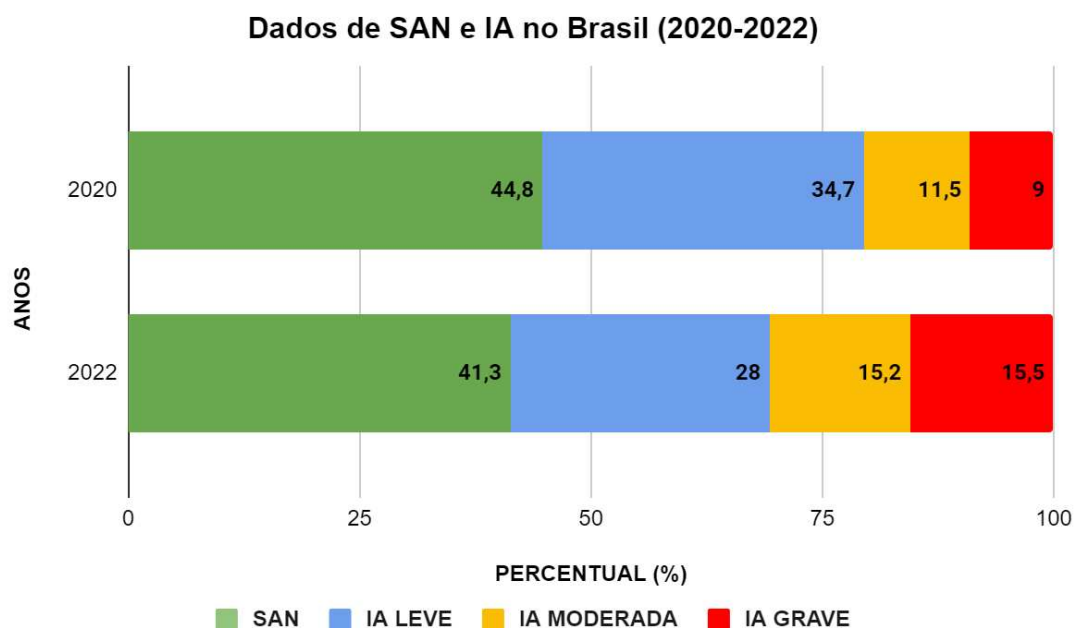
abastecimento alimentar dos povos.

Com o exposto, pudemos notar no Gráfico 2 uma inflexão nos dados de SAN e, concomitante, o avanço da fome no período pós-2016, que repercutiu diretamente na volta do país ao Mapa da Fome. Ao comparar os dados de 2013 e 2018, houve uma redução de 13,7% dos domicílios em situação de SAN, em contrapartida houve um aumento significativo sobretudo de pessoas em insegurança moderada e grave (fome) ao partir de 6,1% moderada e 4,2% grave em 2013 para 10,1% e 5,8% respectivamente em 2018.

Com a pandemia da COVID-19 o problema foi agravado, todavia este fenômeno não pode ser reduzido somente à pandemia, mas às estruturas de injustiças sociais que se mantiveram e que saíram fortalecidas deste período. Ao observar os dados mais atuais disponibilizados pelos Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no Contexto de Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede PENSSAN, no gráfico a seguir, notamos um interessante ponto.

Embora se tenha uma pequena redução de domicílios em SAN em comparação dos dois anos (44,8% para 41,3%), há uma mudança pertinente nos de IA: existiu uma diminuição nos domicílios em IA leve (34,7% para 28%) no qual os lançou a IA moderada ou grave, correspondendo a uma variação de domicílios que saíram de 11,5% e 9% em 2020 para 15,2% e 15,5% respectivamente em 2022. Em números absolutos, em 2020, esses dados correspondiam a 19,1 milhões de pessoas nesta situação, com o aumento expressivo, esse número de brasileiros saltou para 33,1 milhões, representando um aumento de 14 milhões de pessoas sem ter o que comer em pouco mais de um ano.

Gráfico 3 - Percentual de domicílios em situação de SAN e IA no Brasil (2020 e 2022)

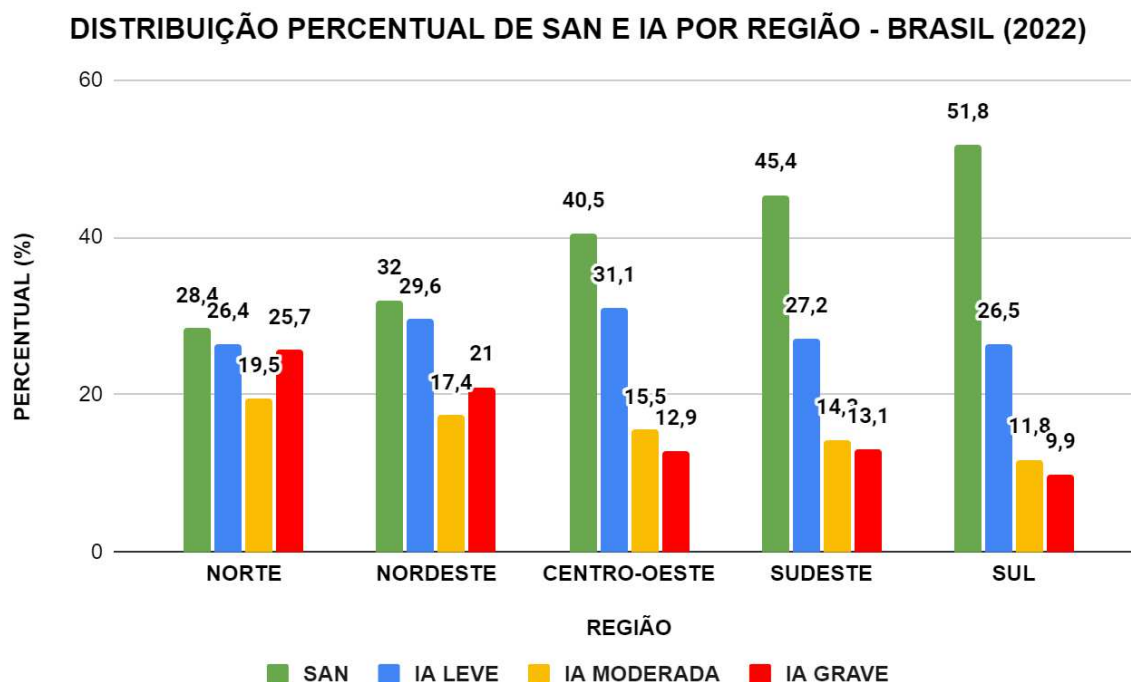


Fonte: VIGISAN I e II (2020; 2022). Adaptado por autor.

Analisando de forma transversal os dados dos Inquéritos encontramos alguns pontos significativos que devem ser pontuados. A começar pela disposição dos dados de SAN e IA por regiões, segundo Gráfico 4, as regiões Sul e Sudeste têm mais domicílios em SAN, ao passo que as regiões Norte e Nordeste enfrentam a grave situação de insegurança alimentar, seja ela no seu tipo moderado ou grave (45,2% e 38,4% respectivamente).

Segundo o relatório, em média, 4 em cada 10 famílias das regiões Norte e Nordeste, 3 em cada 10 nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, e 2 em cada 10 na região Sul obtiveram uma redução considerável ou severa no consumo de alimentos.

Esses dados refletem as desigualdades regionais históricas que remontam a formação sócio territorial do país, impulsionadas pelo modelo econômico desde o período colonial e que foram perpetuadas ao longo das décadas.

Gráfico 4 - Distribuição percentual de SAN e IA por Região - Brasil (2022)

Fonte: VIGISAN II (2022). Adaptado por autor.

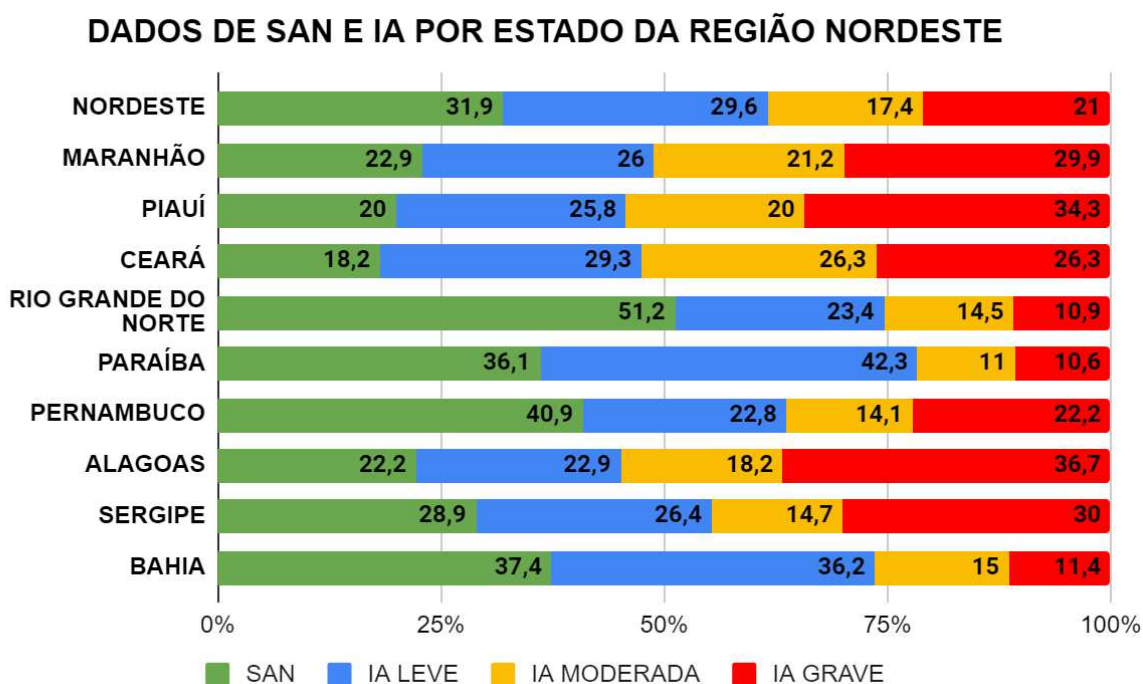
Além das desigualdades regionais apontadas no gráfico anterior, agora, ao adentrar a análise a uma região específica, como veremos no Gráfico 5, a seguir - e aqui escolhemos a região Nordeste por se tratar o nosso recorte territorial - podemos observar diferenças substanciais entre os estados. Ao mesmo tempo que no Rio Grande do Norte mais da metade da população está em segurança alimentar e nutricional (51,2%), o estado do Ceará tem a menor percentagem de domicílios em SAN (18,2%), estando Alagoas com maior proporção de domicílios no seu estado mais severo de insegurança alimentar (36,7%).

Retornando aos dados nacionais, pode-se perceber discrepâncias em relação à disposição dos dados de SAN e IA para áreas urbanas e rurais. Os dados para 2022 apontam que, sobremaneira, a fome está mais presente nos domicílios rurais.

O Gráfico 6 nos mostra que enquanto os domicílios em SAN somam 42,2% no urbano, no rural esse número cai para 36,2%. Essa diferença de IA se expande nos tipos leve, moderado e grave. Ao somar IA moderada e grave, o

resultado é de 29,9% dos domicílios localizados no urbano, enquanto nos domicílios localizados no rural somam 35,5%, estando no estado mais grave em maior quantidade.

Gráfico 5 - Distribuição percentual de SAN e IA por Estados da Região Nordeste (2022)

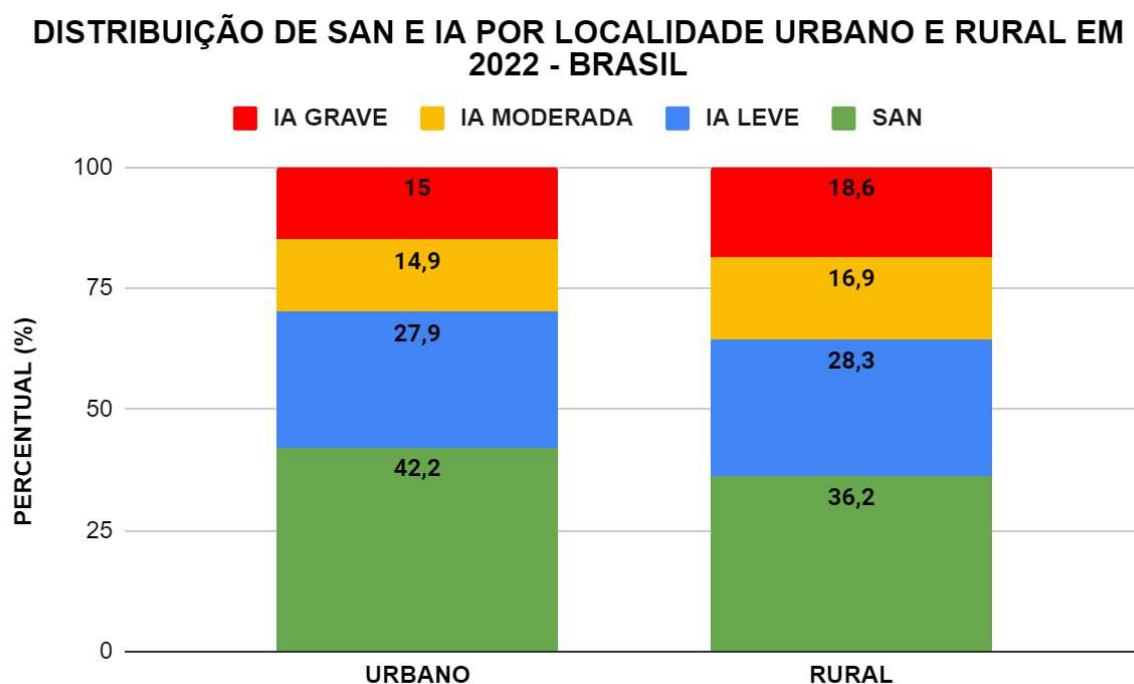


Fonte: VIGISAN II (2022). Adaptado por autor.

Como refletir esses dados para uma realidade onde as terras agricultáveis estão, sobremaneira, localizadas nessas áreas? Aqui não cabe aprofundar esta contradição, até porque existem bibliografias que discutem isso, mas este ponto já nos mostra o quão complexo e desigual é esse sistema alimentar brasileiro.

Agora, parando para analisar percentualmente esses dados nos dizem que os moradores de áreas rurais estão em uma grave situação, mas se pensar em números absolutos, o contingente populacional localizado em área urbana é alarmante e escancara a dura realidade vivenciada nas cidades brasileiras. Segundo o II VIGISAN, cerca de 27 milhões de pessoas convivem nesta situação.

Gráfico 6 - Distribuição dos dados de SAN e IA por localidade (urbano e rural) no Brasil (2022)



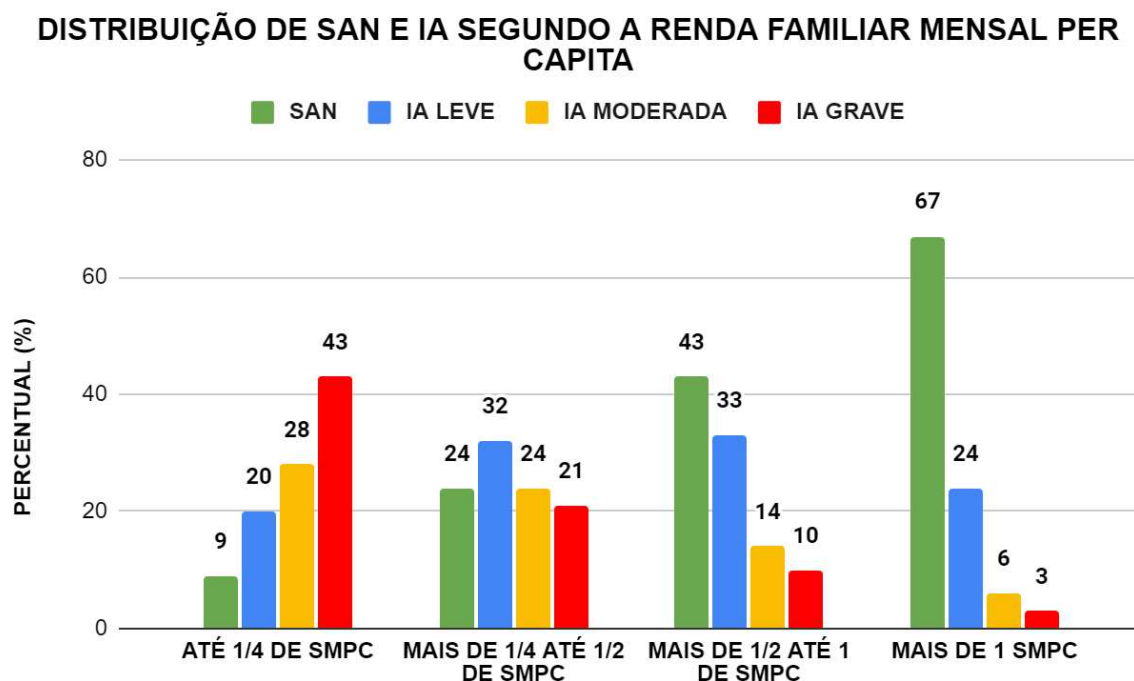
Fonte: VIGISAN I e II (2020; 2022). Adaptado por autor.

Diante dessa complexa teia que perpassa a fome e seus contextos se torna necessário adentrar por alguns determinantes sociais que permeiam essa questão, uma vez que os indicadores nos apresentam um panorama mais detalhado das situações vivenciadas por diferentes grupos. Ao reconhecer o contexto socioeconômico em que vivemos, achamos primordial considerar, a priori, um indicador chave, a renda, visto que esse indicador está relacionado aos acessos que os indivíduos podem ter em uma sociedade tão desigual como a nossa.

Não é difícil encontrar estudos que inferem que a renda tem uma relação inversa com a presença de insegurança alimentar nos domicílios. Os dados apresentados pelo II Inquérito pelo VIGISAN, contidos no Gráfico 7, a seguir, reforçam essa relação: ao considerarmos o soma dos percentuais dos domicílios cuja renda seja inferior a $\frac{1}{4}$ do Salário Mínimo Per Capita (SMPC), e que ao mesmo tempo apresentaram algum grau de insegurança alimentar, nos deparamos com impressionante número de 91%, sendo 43% deste total na sua forma mais severa.

Em contrapartida, se mostrando uma realidade completamente diferente, nos domicílios cuja renda é maior do que um salário mínimo, a SAN se situa em 67% destes.

Gráfico 7 - Distribuição dos dados de SAN e IA segundo a Renda Familiar per Capita no Brasil (2022)



Fonte: VIGISAN II (2022). Adaptado por autor.

Outro ponto que merece destaque é a discussão dos dados de SAN e IA por raça/cor da pele. Para Moreira (2021), uma leitura analítica da interseccionalidade nas situações de insegurança alimentar e nutricional expõe o racismo estrutural da sociedade brasileira. É alarmante saber que 56% da população brasileira é composta por pessoas autodeclaradas pardas ou pretas (IBGE, 2022), e são os mais afetados por injustiças sociais (IBGE, 2022).

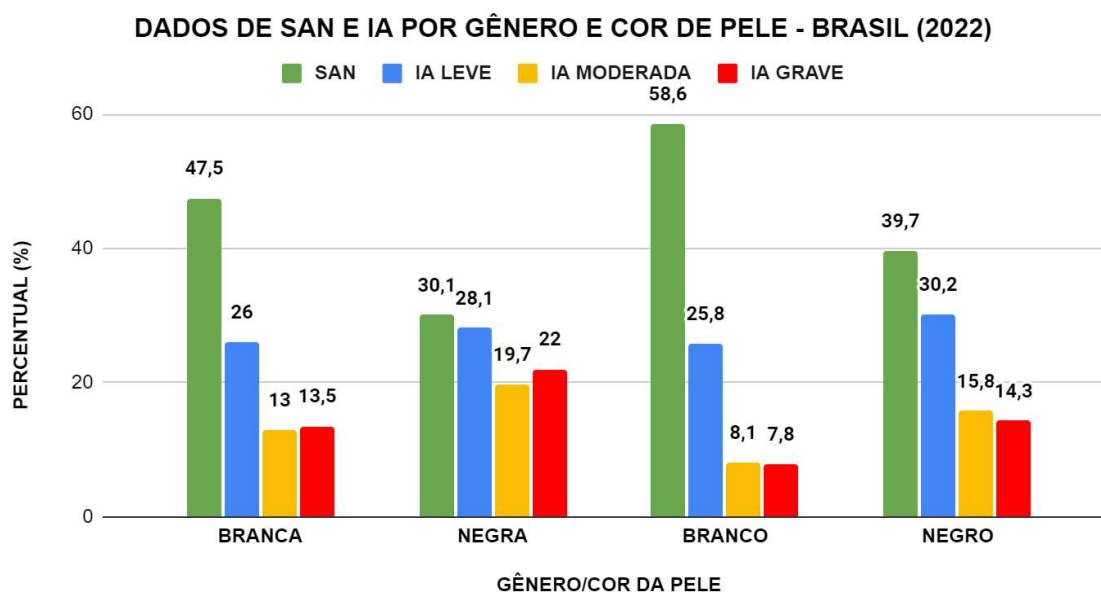
Em 2021, considerando a linha da pobreza monetária proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres era quase que o dobro entre os pretos e pardos (34,5% e 38,4%) em relação aos brancos (18,6%). Ao refletir sobre as taxas de desocupação e informalidade, existe também esta tendência: a taxa de desocupação era de cerca de 11,3% composta por brancos, 16,5% e 16,2% eram

respectivamente para pretos e pardos. Em relação a taxa de informalidade da população, que era de 40,1%, sendo 32,7% para os brancos, 43,4% de negros e 47% para pardos.

E como comer, infelizmente, acaba sendo um privilégio de classe e de raça no Brasil, devemos salientar a importância de refletir os dados de SAN e IA a partir da lente interseccional. Segundo o Suplemento do II VIGISAN, 2022, 6 em cada 10 domicílios com responsáveis autodeclaradas(os) negras(os) apresentaram algum nível de IA durante o período da pesquisa, fato semelhante aos domicílios onde as mulheres eram responsáveis pelo o domicílio (REDE PENSSAN, 2022).

Ao averiguar o Gráfico 8, a seguir, sobre tais recortes sociais, podemos notar que os domicílios chefiados por homens e mulheres brancos estão na grande maioria em segurança alimentar (58,6% e 47,5%), ao mesmo tempo que os domicílios chefiados por homens negros e, sobretudo, chefiados por mulheres negras estão em insegurança alimentar leve, moderada e grave (soma totaliza 60,3% e 69,8% respectivamente).

Gráfico 8 - Distribuição dos dados de SAN e IA por gênero e cor da pele no Brasil (2022)



Fonte: II Suplemento do II VIGISAN (2022). Adaptado pelo autor.

Os dados soam como uma denúncia da dupla violação que perpassa pelo gênero e pela raça/cor da pele que coloca a mulher negra vulnerável à combinação de discriminações, que podem repercutir em exclusões de acessos básicos, inclusive o alimentar.

3.3 Brasis: situações alimentares, consumo e disponibilidade alimentar nos domicílios

Campello e Bortoletto 2022) dizem que a desigualdade, a pobreza e a fome são *filhas da mesma agonia*, isto implica dizer que há uma certa interligação entre os três temas, sobretudo, ao se refletir a realidade brasileira. Não podemos deixar de mencionar que a fome não necessariamente equivale à pobreza, até porque existem países que têm pessoas pobres, mas essas não são famintas (JONSSON, 2021). O que não corresponde ao situar o Brasil neste debate, visto o peso da brutal desigualdade socioeconômica e a necessidade vital do poder de compra para as trocas e os devidos acessos que este poder pode proporcionar aos indivíduos desta sociedade.

Essa condição está diretamente ligada à insegurança alimentar e às vivências de fome, uma vez que com a limitação nos recursos torna desafiante garantir uma alimentação suficiente, nutritiva e variada. Como observado, a fome aqui está mais presente nos domicílios com menos rendimentos, sobremaneira, naqueles localizados em área rural (sem deixar de notar a complexidade do contexto urbano), e frequentemente chefiados por mulheres pretas.

Outrossim, notamos com as definições da EBIA, que ocorre um movimento sequencial que se inicia com a *preocupação* com a falta de alimentos, posteriormente a estratégia que resulta na *diminuição da qualidade* dos alimentos, em seguida, a *redução na quantidade* de alimentos. Traços característicos que evidenciam a experiência de *fome*.

Esse percurso revela a complexidade da fome como um fenômeno multifacetado que varia em relação à sua gravidade e intensidade, e que tem raízes nas desigualdades sociais e econômicas. Neste cerne, reconhecemos como

importante complementar a discussão trazida neste capítulo ao considerar neste tópico os desiguais dados acerca das situações alimentares, por meio dos padrões de consumo e da disponibilidade de alimentos nos diferentes domicílios brasileiros.

A alimentação desempenha um papel fundamental na compreensão das condições de vida de uma sociedade (RODRIGUES JR. *et al.* 2021). Isso ocorre porque as práticas alimentares estão relacionadas com as práticas em outros aspectos da vida social e que são reveladoras da estrutura da sociedade, bem como a posição relativa que cada indivíduo ocupa dentro dela (BERTONCELO, 2019).

Embora não seja nosso intuito adentrar nas razões para os cenários que serão mencionados, até porque já discutimos, mesmo que brevemente, é importante destacar alguns apontamentos que contribuem para a discussão central deste capítulo e que estão alinhados com o objetivo que pretendemos explorar neste tópico.

Analisando os dados disponibilizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) a partir da Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos (PNCBA)¹⁶, se torna explícito a disparidade entre o salário mínimo nominal e o necessário ao considerar o valor da cesta básica. Por exemplo, em julho de 2023, o salário mínimo nominal era de R\$ 1.320, enquanto o montante necessário para uma família suprir suas necessidades era de R\$ 6.528, isto é, equivalente a cinco vezes o salário nominal. Esses números evidenciam a discrepância entre a remuneração e o custo real de vida que os mais pobres estão submetidos.

Outro tópico é a constante alta da inflação sobre os alimentos. Mesmo o país sendo um dos principais produtores agrícolas do mundo, existe certa limitação à capacidade de proteção aos consumidores internos¹⁷. Enquanto o índice geral de preços ao consumidor brasileiro subiu 21,7% entre 2019 e 2022, os preços dos alimentos, no mesmo período subiram 37% (IBARRA; VALE, 2023)¹⁸.

¹⁶ A pesquisa é realizada mensalmente pelo DIEESE em 17 capitais do país. É acompanhado a evolução de preço de treze produtos alimentares, assim como o gasto mensal feito pelo trabalhador ao comprá-los. Mais detalhes em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>

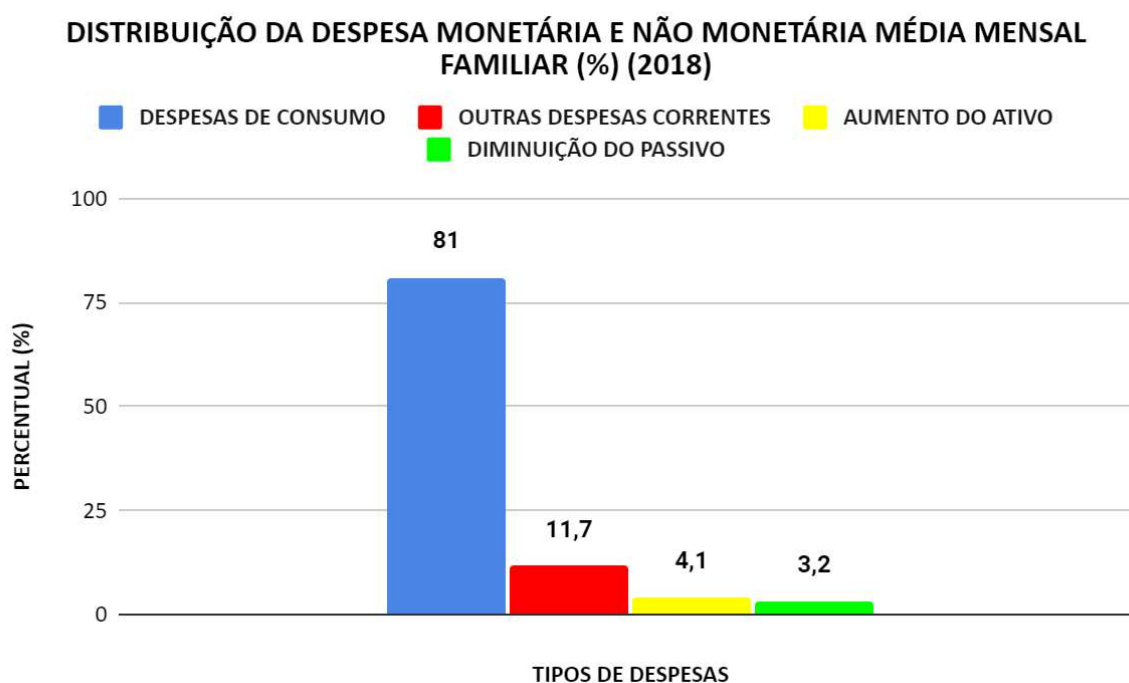
¹⁷ A ver, por exemplo, a redução dos estoques públicos nos últimos anos; e a substituição de culturas alimentares nas áreas agricultáveis, como o arroz e o feijão, por commodities, como o milho e a soja.

¹⁸ Disponível em formato de notícia no site do Banco Mundial (2023): <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-food-insecurity-and-food-inflation#:~:text=>

A alta dos preços dos alimentos impacta diretamente o custo de vida dos indivíduos em uma sociedade, especialmente quando se considera a proporção dos gastos com alimentação no orçamento das famílias com menos recursos. Esse cenário é mais severo com aqueles que já se encontram em grau moderado ou grave de insegurança alimentar, uma vez que esta elevação dos preços pode influenciar nas escolhas no momento da aquisição de alimentos.

Para refletir sobre esta constatação utilizaremos do conjunto de dados disponibilizados pela POF (2018) sobre a distribuição dos tipos de despesas pela renda média mensal familiar. Ao interpretar o Gráfico 9, a seguir, podemos inferir que as famílias no Brasil gastam em média 81% dos seus orçamentos em despesas de consumo.

Gráfico 9 - Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar no Brasil (2018)



Fonte: IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares. Adaptado pelo autor.

=Enquanto o índice geral de inflação e da insegurança alimentar.

Agora, ao relacionarmos esses valores com o rendimento médio familiar (Tabela 2, a seguir), a brutal desigualdade é exposta: os domicílios com menos rendimentos, de até 2 salários mínimos em 2018 (equivalente a R\$ 1908 na época) destinavam cerca de 92,5% do seu rendimento total para despesas de consumo, dos quais 22% eram destinados para a alimentação, correspondendo em uma média de R\$ 329,84. No outro extremo, as famílias que viviam com 25 salários mínimos ou mais (equivalente a R\$ 23.850), a média destinada para a alimentação girava em torno de R\$ 2.105, representando somente 7,6% do total das despesas em consumo.

Tabela 2 - Distribuição de valores e percentual segundo os tipos de despesas de consumo (Brasil)

Tipos de despesas	Média nacional		Até 2 SM		Mais de 25 SM	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Alimentação	658,23	14,2	329,84	22	2.105,91	7,6
Habitação	1.377,14	29,6	585,91	39	6.312,01	22,7
Vestuário	160,25	3,4	63,46	4,2	655,96	2,4
Transporte	679,76	14,6	142,33	9,5	4.136,09	14,8
Higiene e cuidados pessoais	136,82	2,9	75,40	5	288,29	1
Assistência à saúde	302,06	6,5	88,66	5,9	1.563,41	5,6
Educação	175,60	3,8	29,02	1,9	1.418,41	5,1
Recreação e cultura	96,16	2,1	25,79	1,7	642,21	2,3
Fumo	17,40	0,4	10,37	0,7	25,08	0,1
Serviços pessoais	48,55	1	14,42	1	231,20	0,8
Despesas diversas	112,53	2,4	23,19	1,5	986,10	3,5
Total - Despesas com consumo	3.764,51	81	1.388,29	92,5	18.364,67	65,9

Fonte: IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares. SIDRA. Adaptado pelo autor.

Isso significa que, tomando as classes extremas de rendimento estabelecidas pelo IBGE, a despesa com alimentação dos domicílios mais ricos era 6,3 vezes maior do que a dos domicílios mais pobres nesse período. Ao mesmo tempo, os domicílios mais pobres comprometiam uma parte aproximadamente 3 vezes maior do seu orçamento com os alimentos. Em suma, mesmo tendo despesas menores com a aquisição de alimentos, quanto mais pobre o domicílio, maior é o comprometimento de seu orçamento com a alimentação (RODRIGUES JR, 2021, p, 16).

Ao considerar as mesmas variáveis para o Nordeste (Tabela 3), a situação parece ser mais desigual. As famílias com até 2 salários mínimos destinavam em média R\$ 587,11 para a alimentação mensalmente, no qual correspondia a 18,5% do seu rendimento total. Em contrapartida, as famílias com mais de 25 salários mínimos, essa média correspondia a R\$ 2.309,27, isto é, 9,5% do seu rendimento total. Ao pensar o estado do Ceará neste contexto, se observa que as famílias com até 2 salários mínimos destinavam mais que a média regional, isto é, 26,4% (R\$ 339,64) para a alimentação, e com mais de 25 salários mínimos, menos, 7,1% (R\$ 1.588,62).

Tabela 3 - Distribuição de valores e percentual segundo os tipos de despesas de consumo - Nordeste

Tipos de despesas	Médi a Nordeste		Até 2 SM		Mais de 25 SM	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Alimentação	587,11	18,5	351,07	25,9	2.309,27	9,5
Habitação	863,63	27,3	463,98	34,2	5.217,73	21,5
Vestuário	137,31	4,3	61,05	4,5	674,24	2,8
Transporte	432,55	13,7	128,54	9,5	3.815,20	15,7
Higiene e cuidados pessoais	134,57	4,3	76,15	5,6	357,70	1,5
Assistência à saúde	212,94	6,7	80,49	5,9	1.711,72	7
Educação	124,26	3,9	33,14	2,4	1.100,46	4,5
Recreação e cultura	67,38	2,1	21,86	1,6	655,97	2,7
Fumo	9,71	0,3	6,97	0,5	14,92	0,1
Serviços pessoais	34,85	1,1	12,9	1	210,71	0,9
Despesas diversas	64,07	2	21,49	1,6	828,13	3,4
Total - Despesas com consumo	2.668,36	84,3	1.257,66	92,80	16.896,04	69,50

Fonte: IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares. SIDRA. Adaptado pelo autor.

É prudente ressaltar que esses dados, apesar de considerar as médias em âmbito nacional e regional, ainda não apreendem a complexidade das desigualdades existentes, assim sendo, seria ainda necessário ampliar essa escala de análise para níveis municipais ou mesmo de bairros para se compreender a

extensão do problema.

Ao abordar a questão da disponibilidade alimentar através da aquisição domiciliar de alimentos, é relevante trazer algumas considerações apresentadas pelo Atlas de Situações Alimentares (RODRIGUES JR *et al*, 2021) a partir dos dados da POF para os anos referentes a 2002-2003 a 2008-2009 e 2008-2009 a 2017-2108.

Os autores selecionaram os seguintes 17 alimentos ou grupos de alimentos para a análise: arroz; feijão; hortaliças folhosas e florais; hortaliças frutosas, tuberosas e outras; frutas; farinhas e féculas; massas; panificados; carnes bovinas; carnes suínas; pescados; aves; ovos; laticínios; açúcares, doces e produtos de confeitaria; refrigerantes; alimentos preparados e misturas industriais.

Em consonância com o que trouxemos acima, acerca das despesas com alimentação, as informações sobre aquisição alimentar domiciliar também refletem a intensa desigualdade.

Considerando-se as classes extremas de rendimento, somente em 4 grupos de alimentos, a aquisição alimentar per capita anual dos domicílios pertencentes à classe de menor rendimento (até 2 salários-mínimos) é superior à aquisição média e à aquisição dos domicílios pertencentes a classe de maior rendimento (mais de 15 salários-mínimos). Por sua vez, os domicílios pertencentes à classe de maior rendimento apresentam aquisição alimentar domiciliar acima da média nacional em 13 dos 17 grupos de alimentos (RODRIGUES JR *et al*, 2021, p. 28)

Discriminando esses resultados, os autores apontam que o arroz, feijão e as farinhas e féculas despontam como os alimentos adquiridos em maior quantidade nos domicílios de menor rendimento. Por outro lado, nos domicílios com maior rendimento, se observa a maior quantidade de alimentos preparados e misturas industriais; frutas; hortaliças folhosas e florais; hortaliças frutosas, tuberosas e outras; laticínios; e refrigerantes. Essa diferença na aquisição dos domicílios reflete que os domicílios com maior rendimento adquirem aproximadamente 2,5 vezes mais alimentos que os domicílios com menor rendimento.

Os autores trouxeram uma contribuição valiosa para a discussão ao analisar a desigualdade na aquisição de alimentos em relação tanto à localização dos domicílios no território nacional, quanto à classe de rendimento a que pertencem

os domicílios (conforme ilustra o quadro 4).

Neste bojo, eles notaram que, por um lado, nos domicílios de menor rendimento, a disponibilidade de alimentos é limitada e pouco variada. Nesses domicílios, o arroz e o feijão ocupam posição de destaque nas refeições, isto aponta que a disposição de alimentos *in natura* é significativamente superior à de alimentos ultraprocessados. Por outro lado, em menores proporções, nos domicílios com maior rendimento, a prevalência de alimentos é farta e variada. Já nesses lares, frutas, hortaliças, laticínios, assim como alimentos preparados e industriais e refrigerantes são expressivos. Além disso, os autores observaram que:

Entre 2002 e 2018, os dados trazidos pela POF permitem constatar que houve, em relação ao total de calorias, uma queda na participação dos alimentos *in natura* e minimamente processados e dos ingredientes culinários processados, bem como um aumento da participação dos alimentos processados e ultraprocessados (RODRIGUES JR *et al.* 2021, p. 75).

Quadro 4 - Desigualdade na aquisição de alimentos em função da classe de rendimento ou à localização dos domicílios no território nacional

Maior desigualdade de aquisição relacionada à classe de maior rendimento	Maior desigualdade de aquisição relacionada à localização dos domicílios no território nacional
Alimentos preparados e misturas industriais;	Laticínios;
Hortaliças folhosas e florais;	Farinhas e féculas;
Refrigerantes;	Carnes suínas;
Hortaliças frutosas, tuberosas e outras;	Massas;
Frutas;	Aves;
Ovos;	Feijão;
Panificados;	Arroz.
Carnes bovinas;	
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	

Fonte: IBGE - POF, dados analisados por Rodrigues Jr *et al.*, 2018 de IBGE. Adaptado pelo autor.

Com base nas análises e dados abordados ao longo deste capítulo, fomos expostos ao perverso problema social que se sobrepõe no território brasileiro. Ao apreender a complexidade e amplitude da inter relação entre a desigualdade, pobreza e a fome nos diferentes cenários sociais, encerramos este capítulo destacando, para além de números e conceitos, a realidade dura e crua daqueles

que sobrevivem em condições de injustiça social nas grandes cidades, principalmente nas periferias urbanas.

A vida e os versos escritos por Carolina Maria de Jesus nos fornecem um tocante retrato dessas realidades ao vislumbrar as condições dos moradores das periferias urbanas. Negra, mãe, catadora de materiais recicláveis, a autora nos apresenta a sua vivência de dupla jornada ao conciliar a maternidade com a luta do seu trabalho para sobreviver.

Embora tenham sido escritos na década de 1960, a realidade da autora pode ser vista ainda hoje. Ao passo que estamos escrevendo este capítulo presenciamos em um dos sinais de trânsito que marcam a entrada no bairro Jangurussu, uma senhora junto aos seus filhos repartindo arroz com as mãos. E alguns metros à frente, em outro sinal, um senhor com um cartaz “nos ajude, estamos com fome”. Enfim, estes cenários nos convidam à reflexão para além das estatísticas, ao perceber as vidas reais que são moldadas à luz das desigualdades sociais.

4 DESAFIOS DO ACESSO ALIMENTAR NA PERIFERIA: A POBREZA E A FOME NO JANGURUSSU E NO CONJUNTO PALMEIRAS

O presente capítulo se desdobra em cinco partes essenciais para a compreensão e análise do território em questão. Inicialmente, refletiremos sobre a teoria e prática da pesquisa, ressaltando sua importância. Em seguida, apreenderemos sobre a evolução do trabalho de campo para a ciência geográfica ao longo dos anos. Em seguida detalharemos a estruturação do trabalho de campo, tendo como destaque as entrevistas e o mapeamento participativo.

Na segunda parte, abordaremos a formação socioespacial do território, destacando o mosaico heterogêneo que o caracteriza em sua atualidade, destacando a heterogeneidade da periferia urbana, com centralidades e periferias dentro deste espaço. Na terceira parte, adentraremos na leitura das dimensões do acesso alimentar: econômica, física, política e simbólica. Nesse contexto, exploraremos também as diferentes situações alimentares das comunidades dentro da análise.

Na quarta parte conduziremos à reflexão sobre as formas de resistência e resiliência nas comunidades, frente aos desafios discutidos anteriormente. Ao final desta parte, analisaremos a distribuição espacial dos pontos de apoio pelo território.

Por fim, na quinta parte, destacaremos a importância do mapeamento participativo como uma ferramenta para a compreensão do território a partir da percepção de seus atores sociais. Como resultado desse esforço conjunto, apresentaremos um mapa detalhado das áreas críticas com risco de fome dentro do território.

4.1 A pesquisa é pensada e construída para (e por) quem?

Na condição de pesquisador, especialmente quando tratamos de temas tão duros e caros à sociedade, e ao considerar nossa vivência e experiências pelo território, somos envolvidos na luta e imersos em um compromisso cidadão e de denúncia. Esses elementos são repercutidos na pesquisa (ação), pois não existe

neutralidade, afinal, o conhecimento está sendo produzido para quê? e para quem?

Neste sentido, corroborando ao pensamento, Timo Bartholl (2015) é crítico ao dizer que “um pensar desvinculado das práticas de luta, que não se identifica com elas, não está em diálogo com elas de forma contínua e que não transborda os limites do mundo acadêmico acabam gerando conhecimento vazio” (BARTHOLL, 2015, p. 61).

Logo, o saber acadêmico e o fazer prático necessitam ser pensados criticamente na pesquisa. Silva (2004) acrescenta que:

O movimento entre a teoria e a prática envolve uma militância do pesquisador, mas não só no que diz respeito ao engajamento em movimentos sociais, e sim no que diz respeito ao rompimento com escolas de pensamento que se tornam insuficientes para o pensamento crítico da disciplina e da sociedade (SILVA, 2004, p. 140-141).

Com este cerne, entendemos que o saber acadêmico deve ser construído em uma relação horizontal entre o pesquisador-pesquisado, se deslocando do usual modo de fazer ciência de “saber sobre” para o “saber com”, “saber pelos”. Isso se torna ainda mais relevante quando se trata de analisar um determinado território e suas problemáticas. Afinal, quem melhor entenderia sobre uma vizinhança senão os seus moradores? As lutas diárias senão aqueles que a vivem?.

4.1.1 Percorrendo o território: o trabalho de campo como ferramenta metodológica

É fundamental reconhecer que o trabalho de campo não é uma prática exclusiva da Geografia, no entanto, dada sua importância, precisamos destacar o que o torna específico como procedimento metodológico dentro dessa disciplina em comparação com outras áreas de estudo.

O elemento fundamental que vai diferenciar o trabalho de campo do geógrafo frente aos outros é a espacialidade, e os importantes aspectos revelados da análise dessa espacialidade (FRIAS, 2019, p. 67). Isso se traduz na abordagem geográfica que permite questionar duas perguntas primordiais aos seus fenômenos estudados: “onde? e por que aqui?”.

Sabendo disso, antes de prosseguir, precisamos pontuar que o trabalho de campo passou por transformações no seu sentido ao longo dos anos, transformações essas que acompanharam as mudanças da própria disciplina.

Zusman (2011) identificou quatro formas distintas de conceber o trabalho de campo ao longo dos séculos, a saber: primeiramente, no final do século XIX e início do século XX, o seu sentido era voltado para o levantamento exploratório e de características físicas. Em seguida, em meados do século XX, a relevância era de estratégia metodológica, com o uso da observação e descrição de paisagens. Na década de 1970, com a ascensão da Geografia crítica, o sentido passou a envolver o pesquisador com as problemáticas sociais. A partir dos anos 1990, com a aproximação dos estudos etnográficos, o trabalho de campo é visto de forma não limitada ao contato direto aos lugares e comunidades estudadas, mas algo pensado desde o início da pesquisa. Isto é, o pesquisador não parte “zero”, já existe um conhecimento teórico prévio.

Hoje, as investigações combinam o conhecimento prévio do pesquisador, a observação visual, descritiva e a imersão no campo, a coleta de entrevistas e histórias de vida, somado ao uso do mapeamento como uma ferramenta interessante de participação social, resultado de uma abordagem que privilegia o conhecimento popular, simbólico e cultural das pessoas e dos seus territórios.

Esse breve retrospecto nos mostra que a ciência geográfica está em constante movimento e reinvenção. Além disso, destaca que os métodos de pesquisas atuais muitas vezes agregam abordagens do passado.

Ademais, precisamos refletir que, embora adentramos em campo com hipóteses e reflexões prévias, esse espaço se transforma em um momento para avaliar a validade da pesquisa. Nesse contexto, precisamos estar abertos para tensões, ajustes, reformulações ou até mesmo questionar nossas hipóteses e teorias estabelecidas, a fim de promover avanços nas interpretações.

4.1.1.1 Trabalhando junto com as comunidades: estruturação dos trabalhos de campo, entrevistas e mapeamento participativo

Ao adotarmos o enfoque teórico-metodológico multidimensional participativo para compreender o acesso alimentar de um território historicamente marcado por desigualdades e violação de direitos, surge a necessidade inicial de identificar atores e agentes sociais cruciais para participação da nossa análise.

Inicialmente, consideramos fundamental uma abordagem que envolvesse quatro grupos principais, a saber: Agentes Comunitários de Saúde (ACS), chefes de família, cozinhas solidárias e comunitárias e instituições/projetos que atendem de alguma forma as comunidades, tanto no que diz respeito à questão alimentar quanto à geração de oportunidades em geral (APÊNDICE B).

O ACS é um dos profissionais que compõem a equipe multiprofissional nos serviços concernentes à atenção básica de saúde. Desenvolve atividades com foco na promoção da saúde e prevenção de doenças, por meio de atividades educativas nos domicílios. Isto é, é o profissional que realiza a integração das comunidades aos serviços de saúde.

A escolha pelos ACS se baseia, em grande parte, no fato de que a maioria deles residem nos próprios bairros que trabalham, além de desempenharem um trabalho fundamental por meio de visitas e atendimento aos moradores. Os ACS possuem conhecimento aprofundado das realidades locais, compreendem as problemáticas, lutas cotidianas enfrentadas e, particularmente, têm uma visão clara das situações alimentares das famílias atendidas.

Com base nisso, estruturamos as entrevistas para os ACS a partir de três blocos. O primeiro teve como objetivo inicial estabelecer uma conexão para iniciar a conversa, a fim que criássemos um ambiente que rompesse com a posição pesquisador-pesquisado. Para isso, decidimos começar com perguntas sobre aspectos da profissão, entender quais os direitos e deveres de um ACS, o início da carreira, identificar se o entrevistado é morador do bairro, e seu território específico de atuação.

No segundo bloco de perguntas, dedicamos em compreender as problemáticas gerais enfrentadas pelas comunidades, a partir da vivência deles. Isso

inclui apreensão de aspectos relacionados à infraestrutura e serviços dos bairros, desafios cotidianos, áreas particularmente mais vulneráveis/críticas no território e a existência de tensões.

Já o terceiro bloco abordou especificamente questões relacionadas à alimentação, incluindo perguntas variadas de questões mais gerais à mais detalhadas. Exploramos como os entrevistados avaliam a alimentação das famílias, em termos mais amplos, quais seriam as principais dificuldades relacionadas à alimentação, discutimos se existe a presença da fome no território, e quais seus impactos na saúde dos moradores, a disponibilidade de estabelecimentos para aquisição de alimentos e a diversidade alimentar disponível para compra.

Além disso, investigamos se conheciam a atuação de cozinhas solidárias e comunitárias ou instituições/projetos que atendem à comunidade, a existência de quintais produtivos e se notavam qualquer envolvimento da comunidade em mobilizações sociais ou comunitárias relacionadas à questão alimentar, entre outras questões que fossem surgindo ao longo da entrevista.

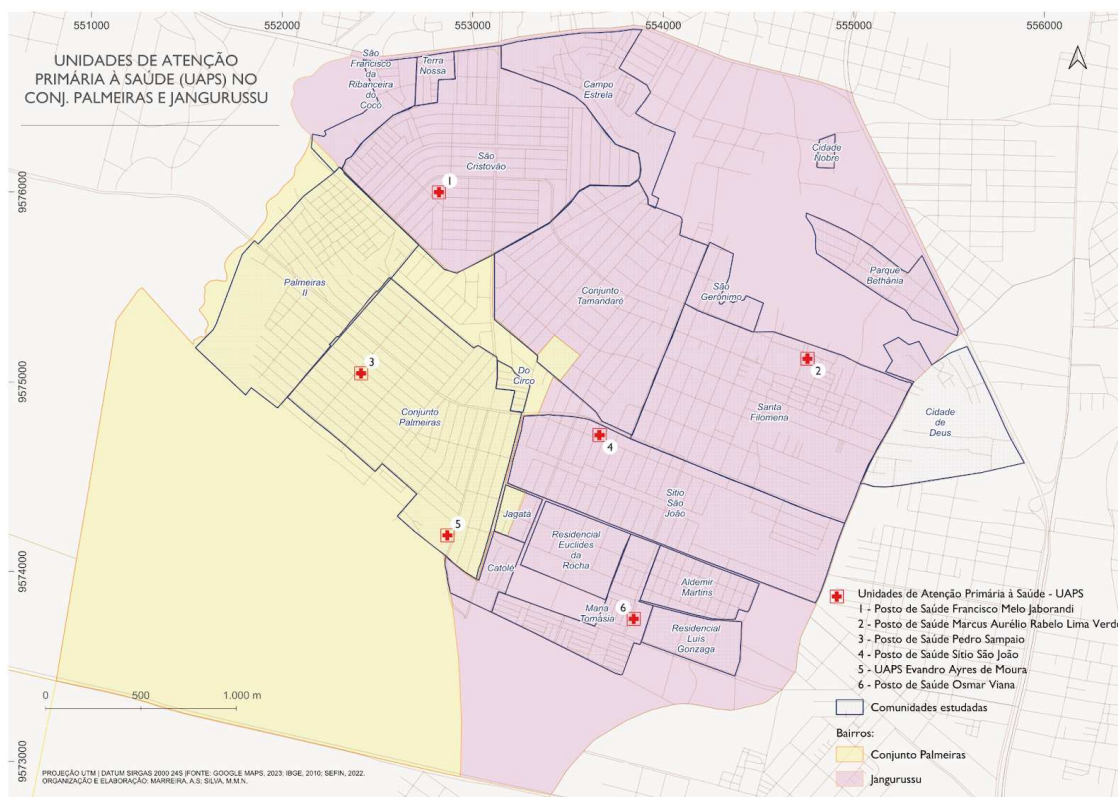
Para a aplicação destas entrevistas, inicialmente tivemos que identificar a quantidade de Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) (Figura 4) e suas respectivas localizações dentro dos dois bairros estudados. Feito isso, localizamos um total de seis (6) UAPS nos dois bairros estudados, sendo quatro (4) localizadas no Jangurussu e dois (2) no Conjunto Palmeiras (Quadro 5).

O passo seguinte foi visitar e procurar os respectivos responsáveis pelas UAPS, apresentar nossa pesquisa, os objetivos e metodologia. Podemos dizer que de maneira geral fomos muito bem recepcionados, e que a pesquisa foi recebida com entusiasmo.

Realizamos um mínimo de duas visitas a cada uma das UAPS, com o objetivo de entender o seu funcionamento e apreender as suas micro áreas de atendimento. Nosso intuito era identificar agentes de saúde que atuassem em áreas distintas, a fim de obter uma visão mais abrangente do território em estudo. Essas unidades representam as bases fixas dos ACS, onde eles realizam planejamento de suas atividades, fazem cadastros e fornecem informações aos moradores. Devido à disponibilidade na agenda e às muitas responsabilidades dos ACS, tivemos que chegar às UAPS nas primeiras horas da manhã, antes que os mesmos partissem

para o campo. Logo, nos encontrávamos submetidos à disponibilidade daqueles que poderiam participar nos dias específicos de trabalho de campo.

Figura 4 - Mapa de localização das Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) no Jangurussu e Conjunto Palmeiras



Fonte: Organizado e elaborado por Marreira e Silva (2023)

Perante este contexto, conduzimos um total de dezenove (19) entrevistas com agentes de saúde entre os dois bairros (Quadro 15). As primeiras impressões sobre a aplicação das entrevistas revelaram que o número de ACS nas UAPs não é suficiente para a população dos dois bairros, uma vez que existem comunidades que não são atendidas diretamente¹⁹. O segundo ponto diz respeito ao tempo estimado para a aplicação de uma entrevista que, embora tivesse um tempo estimado fosse de até 15 minutos, as agentes²⁰, muitas vezes, usaram esse espaço como

¹⁹ De acordo com Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), o documento que orienta a atuação dos agentes comunitários de saúde, diz que cada ACS deve ser responsável por até 750 pessoas, todavia isto está longe de ser uma realidade. Assim sendo, existem áreas desatendidas, sendo possível atendimento em casos mais urgentes, no qual o ACS mais próximo deve se responsabilizar.

²⁰ Devemos salientar que dentre o total de 19 participantes, somente um era do sexo masculino, portanto, por vezes utilizaremos “elas” a se referir a ACS.

oportunidade para desabafar e compartilhar experiências diárias, dores e lutas cotidianas, o que, ocasionalmente, exigiu que retornássemos às perguntas do roteiro. No entanto, isso não invalidou de forma alguma as informações compartilhadas.

É importante pontuar, ao ler o quadro a seguir, que a UAPS Osmar Viana se destacou com a maior quantidade de entrevistas devido ao fato ocorrido na noite anterior à aplicação das entrevistas. No dia agendado, as agentes daquela unidade foram impedidas de sair a campo por questões de segurança, devido a um conflito entre as duas principais facções criminosas que atuam no território, ressaltando ainda mais a complexidade no contexto em que trabalham.

Quadro 5 - Quantidade de entrevistas realizadas nas UAPS do Jangurussu e Conjunto Palmeiras

UAPS	BAIRRO	QUANTIDADE DE ENTREVISTAS APLICADAS
Osmar Viana	Jangurussu	5
Marcus Aurélio Rabelo Lima Verde	Jangurussu	3
Sítio São João	Jangurussu	3
Francisco Melo Jaborandi	Jangurussu	3
Pedro Sampaio	Conjunto Palmeiras	3
Evandro Ayres de Moura	Conjunto Palmeiras	2
TOTAL		19

Fonte: Elaborado pelo autor.

A decisão de incluir chefes de família como parte da nossa pesquisa foi tomada desde o início do projeto de pesquisa, visto sua fundamental importância para entender de forma mais direta as dimensões do acesso aos alimentos nos lares localizados no território. Além disso, essa abordagem nos permite compreender plenamente a influência e as repercussões das dinâmicas discutidas no segundo capítulo em relação à segurança alimentar.

Portanto, optamos por dividir as perguntas em três blocos. Sendo que o

primeiro bloco tinha como objetivo estabelecer uma aproximação e criar um ambiente confortável para a conversa. Reconhecemos que abordar diretamente questões relacionadas a possíveis dificuldades enfrentadas para garantia da alimentação poderia gerar constrangimentos. Esse é um tema delicado e, muitas vezes, envolto em uma aura de meritocracia, afinal, quantos chefes de família estariam dispostos a admitir que estão enfrentando dificuldades para sustentar suas famílias? Ou quantas mães gostariam de revelar que são dependentes de programas de transferência de renda para comprar o essencial para a sobrevivência de suas famílias?

Seguindo o roteiro das entrevistas com os chefes de família (APÊNDICE C), iniciamos com perguntas sobre a história de vida e o bairro, isso inclui questões sobre suas histórias de vida e conexão com o bairro, se seus pais também viveram ou vivem na vizinhança, suas impressões gerais sobre a comunidade entre outros.

No segundo bloco tínhamos como objetivo apreender características das famílias dos entrevistados. A fim de entender o tamanho das famílias, se as pessoas trabalhavam, a origem da renda familiar e se recebiam algum tipo de benefício social.

Já o terceiro bloco concentrou-se no acesso e na aquisição alimentar. Portanto, procuramos aprofundar a leitura sobre o acesso a partir das dimensões econômica, física, simbólica e política de forma “esmiuçada” dentro das perguntas. Houveram perguntas de que permitissem avaliar a alimentação da sua família, de forma mais ampla, quais critérios utilizados que têm peso nas suas escolhas alimentares no momento da aquisição, quais alimentos são considerados essenciais na cesta básica, a frequência das compras, os locais e as razões pela escolha dos estabelecimentos, os métodos de pagamento utilizados, os hábitos alimentares no café da manhã, almoço e jantar, entre outros aspectos relevantes.

Nosso intuito, *a priori*, era entrevistar moradores nas comunidades localizadas situadas nos bairros em estudo, e para isso, como estratégia metodológica, planejamos estabelecer uma relação de aproximação com as cozinhas solidárias e comunitárias e com as instituições/projetos, uma vez que esses atores têm certa relação de confiança com os moradores atendidos.

Com relação a esta etapa, conseguimos conduzir entrevistas com cinco

(5) chefes de família a partir de uma cozinha solidária. No entanto, devido às complexas dinâmicas presentes nos territórios em análise, enfrentamos desafios relacionados à segurança, ainda mais por sermos oriundos de outra comunidade. A realização das entrevistas nas ruas, com pranchetas de perguntas em mãos, nos expôs ao risco de sermos mal interpretados. Assim sendo, como pesquisador, tivemos que tomar a decisão necessária de interromper as entrevistas. Isso impactou também na realização de fotografias, por isso optamos pelo *Street View*.

Todavia, é de suma importância destacar que, devido à limitada quantidade de entrevistas realizadas em relação ao tamanho populacional, estas podem não ter representatividade de todo o contexto, mas podem indicar pontos interessantes sobre a realidade vivenciada nos lares da periferia urbana.

Dada a natureza delicada do tema, que é a dificuldade de acesso aos alimentos e a fome, observamos reações distintas por partes dos entrevistados que merecem ser mencionadas: notamos primeiramente a *vergonha*, manifestada pelo ato de cobrir o rosto ou por risadas constrangedoras; em segundo, percebemos a *indignação* por suas situações - e pelo seus poderes de compra -, e também um tom de *esperança* em suas falas, algum sentido de que as coisas, em médio ou longo prazo, podem melhorar de alguma forma.

Nos últimos anos, dado o cenário de espalhamento da fome, têm surgido iniciativas sociais de destaque, como as Cozinhas Solidárias e Comunitárias. É fundamental considerar que, na história brasileira, essas experiências não são novas, mas tiveram suas formas de aparição em contextos diferentes, por motivos diferentes.

Embora seja senso comum usar os termos “solidário” e “comunitário” indiscriminadamente como sinônimos, é importante destacar que eles não o são. De acordo com De Sordi (2023a) confundir os termos não somente gera confusões entre as diferentes experiências sociais, mas também fecha janelas de oportunidades que foram abertas recentemente.

Para a autora²¹, tanto as Cozinhas Solidárias quanto as Cozinhas Comunitárias possuem em comum a entrega gratuita de alimentos, mas existem

²¹ Indicamos um outro texto de De Sordi (2023b), neste a autora discute a passagem de “cozinhas comunitárias” para a abertura de “cozinhas solidárias” pensando em uma perspectiva política.

diferenças fundamentais em seus ideais. As cozinhas solidárias emergem de organizações populares que não se limitam somente a distribuição de alimentos, mas pela construção de redes comunitárias que reconhecem o problema da fome como algo muito mais amplo, com implicações sistêmicas e políticas.

O termo “solidariedade” neste contexto remete a uma solidariedade de classe, na qual o valor social é colorado acima do individual. Isso implica que estamos “próximos dos nossos que estão nas filas das quentinhas do que parece, mas também que são nossas ações e expectativas coletivas que modelam a sociedade na qual vivemos” (DE SORDI, 2023a, 2023b). A dimensão social das cozinhas solidárias é influenciada pelas experiências de organização e mobilização dos movimentos sociais, que antes lutavam pelo direito à cidade, habitação e terra, agora direcionam seus esforços também para o enfrentamento da fome. Portanto, a entrega de refeições não é o objetivo final, mas um meio de alcançar objetivos maiores (DE SORDI, 2023a, 2023b).

Por outro lado, as Cozinhas Comunitárias geralmente estão vinculadas ao terceiro setor, como grupos comunitários, organizações religiosas, associações de bairro, entre outros. Elas podem ter diferentes motivações para sua abertura, podem operar com fundo empreendedor e/ou voluntarista. As cozinhas comunitárias são caracterizadas pelos atores envolvidos, sua caracterização variável, desempenham um papel importante como resposta emergencial a partir de cozinhas domésticas, instalações improvisadas ou não, e em alguns casos, podem participar de editais governamentais ou receber apoio de ONGs (DE SORDI, 2023a, 2023b).

É crucial destacar essa diferença para a metodologia da pesquisa. Como mencionado anteriormente, utilizamos o documento “Relatório Mapa Participativo de enfrentamento à fome do Grande Bom Jardim” (MACHADO *et al.* 2022) como uma das nossas referências. Neste relatório os autores identificaram como Cozinhas Comunitárias²² locais que não necessariamente produzem alimentos, mas que

²² “Cabe destacar que entendemos por cozinha comunitária toda iniciativa solidária e popular da sociedade civil organizada na garantia do direito humano à alimentação, com ações pragmáticas de captação de parcerias para aquisição de insumos ou de itens alimentícios, quer seja com a distribuição direta destes materiais coletados, quer seja com a produção de alimentos e a distribuição de refeições à população local, considerando assentamentos urbanos com extremas vulnerabilidades” (MACHADO *et al.* 2022, p. 37).

também são locais de distribuição desses alimentos. No entanto, em nossa pesquisa, adotamos a perspectiva construída por De Sordi (2023a), pois entendemos que a caracterização realizada no Grande Bom Jardim pode gerar problemas conceituais e de caracterização deste tipo de iniciativa frente a outras.

Assim sendo, construímos nossas entrevistas para essas iniciativas tendo como base o roteiro semiestruturado utilizado no mapeamento referido acima (MACHADO *et al.* 2022), mas com algumas mudanças (APÊNDICE D).

Portanto, nosso roteiro de perguntas foi dividido em sete blocos. Cada bloco de perguntas teve um objetivo específico na coleta de informações. O primeiro bloco correspondeu a identificação geral da cozinha, incluindo sua localização e informações de contatos. No segundo bloco, buscamos compreender sobre a história da cozinha e os motivos que levaram à escolha daquela localidade para sua implementação. Com terceiro bloco objetivamos obter informações sobre a equipe responsável pelo funcionamento da cozinha. O quarto bloco visava coletar dados sobre o público atendido, a fim de compreender a mancha espacial, a abrangência e outras características relevantes. No quinto bloco, buscamos entender o funcionamento da cozinha, isto é, a captação de insumos, logística de produção e distribuição. Na sexta parte da entrevista, investigamos a existência de parcerias ou colaborações com outras iniciativas no território. Por fim, no sétimo bloco de perguntas, abordamos especificidades que poderiam afetar o funcionamento da cozinha, como problemas comuns enfrentados nos territórios.

Antes de adentrar ao campo, realizamos um levantamento a fim de identificar a quantidade e o tipo de cozinha. Assim sendo, identificamos duas Cozinhas Solidárias, ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e ao Movimento Brigadas Populares que funcionam, respectivamente, diariamente e quinzenalmente. E duas Cozinhas Comunitárias, vinculadas ao Centro de Nutrição da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e a do Projeto Olhando Pra Frente²³ que funcionam ambas diariamente. Nessas duas últimas, não conseguimos realizar entrevista, embora não tenha faltado investimento em

²³ A cozinha Olhando para Frente foi inaugurada no dia 15/09/2023 por meio do edital do Programa que virou lei estadual “Ceará sem Fome”. Consultar melhor em: <https://www.cearasemfome.ce.gov.br/> Como é um Programa recente, iniciado este ano, ainda vale ser analisado criticamente, embora já exista críticas, que ouvimos, sobretudo, durante as entrevistas.

tentativas.

Quadro 6 - Cozinhas Solidárias e Comunitárias no Jangurussu e Conjunto Palmeiras

COZINHA SOLIDÁRIAS	BAIRRO	FREQUÊNCIA DE ATIVIDADE
Movimento Brigadas Populares	Conjunto Palmeiras	Quinzenalmente
Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)	Jangurussu	Diariamente
COZINHA COMUNITÁRIAS	BAIRRO	FREQUÊNCIA DE ATIVIDADE
Centro de Nutrição (ASMOCONP)	Conjunto Palmeiras	Diariamente
Olhando Pra Frente	Jangurussu	Diariamente

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A inclusão de Instituições e Projetos como parte da pesquisa foi motivada por reconhecer neles um papel direto ou indireto em pautas importantes que já foram discutidas anteriormente. Notamos que alguns atores têm um enfoque mais direto na alimentação, como a distribuição de cestas básicas e alimentos frescos, enquanto outros têm uma visão mais abrangente, ao trabalhar na criação de oportunidades no território com a finalidade de romper ciclos viciosos, como a oferta de atividades educacionais, entre outros. No entanto, é importante ressaltar que para a aplicação de entrevistas, *a priori*, focamos, principalmente, naquelas que têm um atendimento mais direto relacionado à alimentação.

O roteiro de perguntas para as entrevistas foi desenvolvido com base naquele utilizado para as cozinhas (APÊNDICE D), com algumas adaptações. Estruturamos as perguntas em oito blocos. No primeiro bloco, inicialmente, buscamos informações de identificação. No segundo bloco, escutamos sobre a história da instituição, entendemos sobre sua estrutura de funcionamento e os motivos que levaram à escolha da localidade, bem como as atividades desenvolvidas. O terceiro bloco buscou coletar dados sobre o funcionamento operacional, incluindo a captação de insumos e o público atendido. No quarto bloco investigamos sobre as parcerias e cooperação com outras iniciativas. O quinto bloco

teve como objetivo identificar informações sobre a equipe responsável pelo funcionamento. No sexto bloco, buscamos características do público atendido e a abrangência espacial. No sétimo bloco, exploramos as especificidades do território, identificando áreas mais críticas com base na vivência dos entrevistados, além de discutir a percepção de fome e insegurança alimentar no território. E no oitavo e último bloco, abordamos sobre o funcionamento da ação social, isto é, coletamos informações específicas sobre o tipo de ação realizada por cada instituição, projeto ou associação.

Realizada esta etapa, localizamos tanto a partir das outras entrevistas, bem como por meio de investigação em sites de pesquisas e redes sociais as instituições, projetos, associações e equipamentos localizados no território, a fim de levantar e filtrar quais iriam ser entrevistadas. O quadro a seguir apresenta todos esses atores e agentes localizados.

Quadro 7 - Instituições, Projetos e Associações com atuação direta ou indiretamente à questão alimentar no Jangurussu e Conjunto Palmeiras

NOME	BAIRRO	TIPO	ATIVIDADE DESENVOLVIDA
Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP)	Conjunto Palmeiras	Associação Comunitária	Oferecimento de Renda Básica Comunitária; cursos de formação profissional; lutas comunitárias; entre outros
Banco Palmas	Conjunto Palmeiras	Banco Comunitário	Desenvolvimento local por meio de Economia solidária; apoio a iniciativas sociais
Casa da Caridade Dr. Adolph Fritz	Jangurussu	Instituição Filantrópica (Religiosa)	Distribuição de cestas básicas; distribuição de sopão solidário; oferecimento de cursos formativos; atividades sociais

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Conjunto Palmeiras	Assistência Social	Unidade de proteção social básica (levantamento e cadastramento de famílias vulneráveis no CadÚnico)
Centro Social Urbano - Evandro Ayres de Moura	Conjunto Palmeiras	Assistência Social Municipal	Atividades relacionadas à educação, esporte e arte; cursos formativos; etc
Conselho Nova Vida (CONVIDA)	Jangurussu	Organização da Sociedade Civil	Oferecimento de projetos e cursos formativos
CUCA Jangurussu	Jangurussu	Equipamento Sociocultural da Prefeitura Municipal	Política pública de proteção social e oportunidades para jovens; atividades de esporte, comunicação, educação e cultura
Horta Social	Conjunto Palmeiras	Assistência Social Municipal	Distribuição de alimentos frescos
Instituto Hesed - Mosteiro Rainha dos Anjos e São José	Jangurussu	Instituição Religiosa	Distribuição de alimentos frescos e cestas básicas
Instituto Vidas	Jangurussu	Organização da Sociedade Civil	Assistência e serviços sociais; distribuição de cestas básicas; cursos formativos;
Lar Santa Mônica (CAPSA)	Conjunto Palmeiras	Instituição Religiosa	Distribuição de alimentos frescos e cestas básicas; oferecimento de cursos formativos; esportes; atendimento de assistência social e psicológica a famílias.
Olhando Pra Frente	Jangurussu	Organização da Sociedade Civil	Distribuição de alimentos; oferecimento de cursos formativos.

Zona Viva	Jangurussu	Equipamento Socioeducativo do Governo Estadual	Atividades culturais, uso de tecnologias e qualificação profissional
-----------	------------	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Como já mencionado, o critério inicial para realizar as entrevistas, foi selecionar aqueles que desempenham um papel direto ou indireto na questão da garantia da segurança alimentar dentro do território. No entanto, nos deparamos com alguns imprevistos, incluindo situações em que algumas instituições não puderam participar de entrevistas, seja por não responderem às nossas tentativas de contato ou por estarem com agendas indisponíveis. Portanto, em relação a essas instituições, tivemos que coletar informações por meio de redes sociais ou realizando entrevistas em formato remoto.

Finalizadas as informações sobre as entrevistas, agora, pontuaremos sobre uma importante ferramenta utilizada nesta pesquisa: a experiência do mapeamento participativo.

Com base na cartografia social, o mapeamento participativo, como indica, tem forte cunho social e participação ativa.

Este tipo de mapa tem a característica de aproximar ao máximo da realidade geográfica, aliás, das realidades vividas em um determinado espaço, diminuindo uma das características do mapa: ele revela a visão do autor. Então, se o mapa é considerado como a abstração do mundo e é sempre elaborado a partir de um ponto de vista, quando se constrói mapas com várias mãos, aumenta-se a probabilidade de aproximação da realidade do mundo (GORAYEB; MEIRELES; DA SILVA, 2015, p.18)

Esta fase foi construída por meio de esforço conjunto, por meio das agentes comunitárias de saúde, assim como com as cozinhas solidárias, instituições e projetos que foram entrevistados. Sendo apresentada a proposta, e levando os materiais necessários (mapas, lápis, canetas, aparelho celular com internet, bloco de anotações), juntos, nos dedicamos à construção desse processo, aproveitando as vivências e experiências dos entrevistados para refletir sobre problemas comuns e desafios compartilhados pelos bairros, além da espacialização do risco de fome pelo

território. Essa abordagem foi bem recebida por parte dos entrevistados que, mesmo com o dia corrido e cheio de responsabilidades, se empenharam em sua realização. Este momento foi significativo para a pesquisa, mas além disso, foi importante para a nossa formação enquanto profissional e ser social no mundo.

4.2 Entre ruas, vielas e realidades: a persistência de problemas urbanos na esteira do tempo no Jangurussu e no Conjunto Palmeiras

Como discutido na introdução deste trabalho, os bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras são importantes componentes para contar sobre a história da cidade de Fortaleza. Apesar de observarmos novas dinâmicas e novos usos do espaço, as desigualdades socioespaciais permanecem quase que cristalizadas. Fazendo uma analogia com um porta-retrato e as fotografias, onde este em si representa os problemas urbanos que permanecem ao longo do tempo, enquanto que as fotografias que são trocadas representam neste porta-retrato, no caso, as diferentes áreas de comunidades que surgiram ao longo dos anos nestes bairros.

Entendemos como problemas urbanos um conjunto de elementos, ou mais precisamente, a sua ausência, que impacta significativamente na qualidade de vida e dignidade dos habitantes das áreas urbanas. Isso inclui a falta de moradia adequada, a escassez de infraestrutura e serviços urbanos essenciais, como sistemas de saneamento, transporte público, fornecimento de energia elétrica, pavimentação de ruas, tratamento de esgoto, acesso a escolas e serviços de saúde, entre outros. Além disso, também abrange questões sociais, como o desemprego, a falta de acesso à educação de qualidade e a presença de manifestações de violência, entre outros desafios.

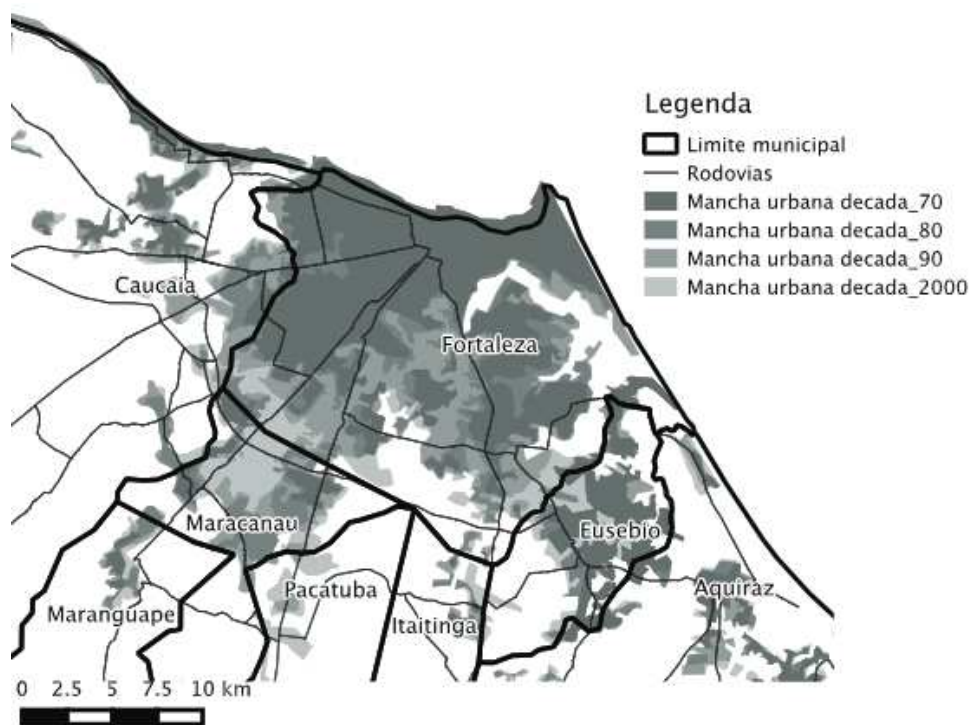
É importante ressaltar que esses problemas urbanos estão ancorados em injustiças sociais a partir da negação de direitos básicos que afetam de forma desproporcional os mais pobres dentro dessa realidade perversa. Deste modo, de forma sucinta, buscaremos, a seguir, apresentar um panorama da formação socioespacial de áreas emblemáticas e suas características urbanas atuais.

De antemão podemos afirmar que o tecido urbano de ambos os bairros é

diverso, como um mosaico de realidades. Embora seja válido que alguns trabalhos acadêmicos abordem as desigualdades urbanas como um todo, identificando diferenciação de características socioeconômicas como a renda, tipo de habitação, acessos a equipamentos e serviços urbanos dispostos entres os bairros, todavia, é crucial salientar que se observa diferenças consideráveis ao investigar as nuances internas dentro de bairros considerados vulneráveis socioeconomicamente.

Para compreender as diferentes formas de apropriação dos bairros em questão por parte dos agentes produtores do espaço urbano (no caso, os trabalhadores, os desempregados, o Estado e o mercado imobiliário), se torna importante que recordemos que, durante meados da década de 1970 e início dos anos 1980, o Jangurussu, em meio ao contexto de expansão urbana da cidade (Figura 5) era considerado uma área longínquo e inóspita em relação ao centro da cidade, sendo lembrada pelos cidadãos pelo antigo lixão que levava o mesmo nome (DIAS, 2013).

Figura 5 - Região Metropolitana de Fortaleza: divisão político-administrativa e evolução da mancha urbana



Fonte: FREITAS; PEQUENO (2015).

Portanto, para os trabalhadores e desempregados, muito deles migrantes do interior do Estado, que tiveram que sobreviver em meio a miséria, a poluição e a labuta pela busca de alimentos em meio ao lixo durante quase duas décadas, a apropriação do espaço se deu por meio da construção de barracos, pequenas moradias e ocupações de terrenos. Tudo isso em um contexto de ausência de infraestrutura básica e oportunidades mínimas.

Para o Estado, o bairro se apresentava como uma interessante oportunidade para atrair investimentos para o setor de habitação de interesse social, principalmente devido aos custos mais baratos de desapropriação em comparação com outras regiões da cidade. Concomitantemente, para o setor imobiliário a área era vista com potencial devido a presença de vazios urbanos disponíveis próximos a um importante eixo de expansão, a BR-116, se tornando uma escolha interessante para a construção de casas e condomínios.

Essa breve lembrança é respaldada pela análise resultante do levantamento das comunidades identificadas nos bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras e suas características (APÊNDICE A), no qual localizou um total de vinte (20) comunidades.

No Jangurussu se encontram dezesseis (16) comunidades: São Cristovão, José Euclides, Luiz Gonzaga, Maria Tomásia, Aldemir Martins, Sítio São João, Almirante Tamandaré, Santa Filomena, Parque Betânia, Cidade Nobre, Campo Estrela, São Francisco da Ribeira, Catolé, Terra Nossa, Cidade de Deus, São Gerônimo. E no conjunto Palmeiras, quatro (4): Palmeiras I e II, Jagatá e do Circo.

Ao analisar o seu processo de formação, identificamos que, predominantemente a quantidade são advindos de Conjuntos Habitacionais, seguido de Favelas e, por último, por Mutirões Habitacionais (FORTALEZA, 2020).

Podemos encontrar no território conjuntos habitacionais²⁴ do tipo “conjuntos-bairros” (MÁXIMO, 2017), mais antigos, datados das décadas de 1970-1990, como é o caso do São Cristovão, Sítio São João, Almirante Tamandaré e

²⁴ Para compreender melhor as diferentes políticas habitacionais, indicamos a dissertação de Aragão (2010). Disponível em: https://observatoriodasmegacidades.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/influencia_das_politicas_habitacionais_construcao_espaco_urbano_fortaleza.pdf

o mais antigo e emblemático caso do Conjunto Palmeiras (Palmeiras I), em 1973. Os conjuntos habitacionais mais recentes são o Maria Tomásia, em 2009, e Aldemir Martins, em 2015, e os conjuntos habitacionais do modelo Minha Casa Minha Vida, característicos pelos apartamentos, como é o caso do Residencial José Euclides, em 2018, e Residencial Luiz Gonzaga, em 2019.

Os habitantes dos conjuntos habitacionais mais antigos, como o caso dos moradores do São Cristovão e Conjunto Palmeiras, ou apenas adquiriram terrenos para autoconstrução ou recebiam unidades habitacionais de baixa qualidade projetual e construtiva. Ambos os tipos foram inseridos em áreas carecidas de condições mínimas, como a falta de água, eletricidade, escolas e transportes. Longe dessa lógica, o Sítio São João e o conjunto Almirante Tamandaré, datados da década de 1990, foram construídos a partir de casas populares em lotes parcelados para a venda, já com certa infraestrutura.

Em contrapartida, embora os conjuntos habitacionais mais recentes como Maria Tomásia, Aldemir Martins, José Euclides e Luiz Gonzaga ao serem entregues já disponibilizaram mínimas condições para a habitação de uma família, as críticas residem à distância da antiga moradia dos moradores que foram realocados para os novos conjuntos. Uma população diversa de vários bairros, com costumes e hábitos diferentes, implica um sentimento de não pertencimento à nova comunidade, além de um maior desgaste na adaptação, ainda mais que a distância para os locais de trabalho, escolas ou faculdades foram alterados significativamente.

Abaixo trazemos três figuras para retratar como estão atualmente os três tipos de conjuntos habitacionais (São Cristovão, Maria Tomásia e Residencial José Euclides) mencionados que foram construídos em épocas e contextos diferentes.

Figura 6 - Conjunto São Cristovão, Jangurussu



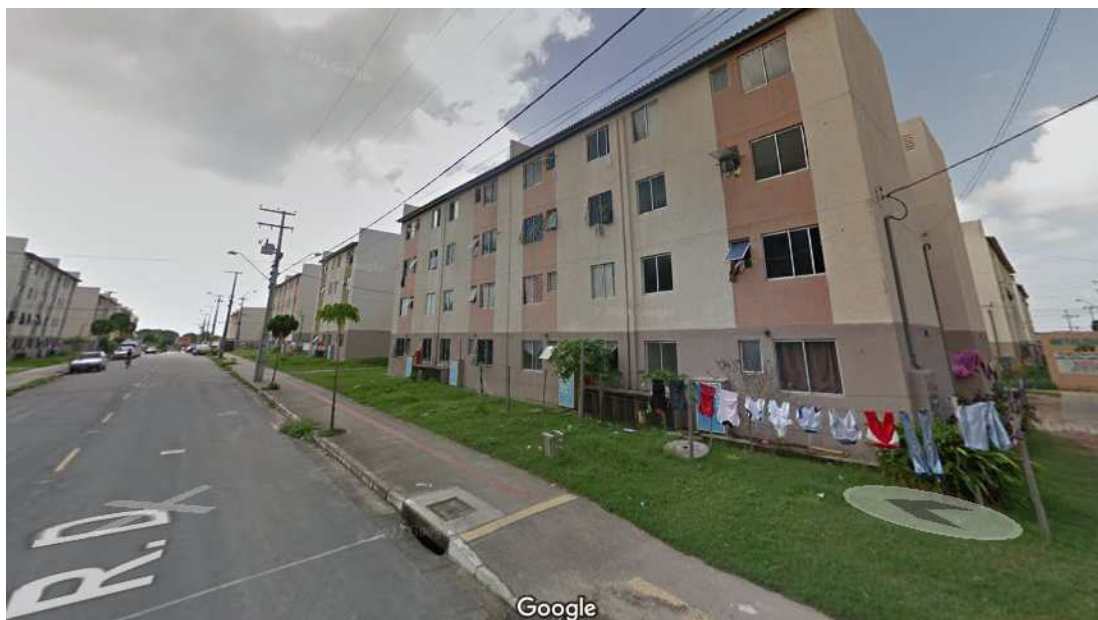
Fonte: Ferramenta Street View.

Figura 7 - Conjunto Habitacional Maria Tomásia, Jangurussu



Fonte: Ferramenta Street View. Padrão de casas populares construídas para o conjunto habitacional.

Figura 8 - Conjunto Residencial José Euclides, Jangurussu



Fonte: Ferramenta Street View. Padrão de apartamentos populares construídos para o conjunto habitacional referido.

As favelas²⁵ são entendidas como assentamentos precários, frequentemente ocupadas em terrenos públicos ou privados, caracterizadas por condições habitacionais e infraestrutura básica inadequadas (FORTALEZA, 2020). É importante destacar que algumas delas surgiram informalmente durante o processo de formação dos conjuntos habitacionais.

Ao analisarmos a localização dessas áreas, podemos observar que, com exceção das comunidades São Gerônimo e Do Circo, localizadas no Jangurussu e no Conjunto Palmeiras, respectivamente, as demais, como São Francisco da Ribanceira (Figura 9), Catolé (Figura 10), Terra Nossa, Cidade de Deus (Figura 11), Campo Estrela e Palmeira II, estão situadas nos extremos fronteiros norte, sul, leste e oeste do território.

Além disso, é importante salientar que a vulnerabilidade também é ambiental. Essas comunidades estão em proximidade com corpos hídricos. Na porção oeste e sudoeste, o Palmeiras II está situado às margens do Rio Cocó e da Barragem Cocó, assim como a comunidade São Francisco da Ribanceira, que

²⁵ Ao longo do trabalho, optamos por substituir o termo “favela” por “comunidade”, uma escolha que reflete nossa preocupação, pois sabemos que o termo favela ainda estigmatiza seus moradores. Reconhecemos, no entanto, a importância da discussão sobre a terminologia e suas ressignificações.

também se encontram às margens desse rio. À noroeste, a comunidade Campo Estrela está próxima ao lago do São Cristóvão e aos canais de tratamento, enquanto, mais ao centro do território, a comunidade São Gerônimo está localizada às margens do açude do Jangurussu.

Figura 9 - Comunidade São Francisco da Ribanceira, Jangurussu.



Fonte: Ferramenta Street View.

Figura 10 - Comunidade Catolé, Jangurussu e Conjunto Palmeiras



Fonte: Ferramenta Street View. A imagem é de 2012 (sem atualizações na plataforma).

Figura 11 - Comunidade Cidade Deus, Jangurussu



Fonte: Ferramenta Street View. As imagens são de 2023, depois de obra de pavimentação.

Já os Mutirões habitacionais ou sistema de ajuda mútua, são assentamentos que surgiram a partir de alternativa baseada no esforço coletivo e organizado da própria comunidade na construção de suas casas (FORTALEZA, 2020). Na literatura é possível encontrar críticas a esse tipo de construção habitacional. Aragão (2010) diz que os programas que entregam a casa pronta tendem a garantir uma segurança mínima à família, podendo acessar algum sistema de oportunidade e mobilidade social. Além disso, o autor afirma que o processo de favelização se deu com maior rapidez neste tipo de intervenção que em outras. Ademais, chamamos a atenção para o fato do mercado de trabalho, como os moradores tiveram que construir suas próprias casas, muitos tiveram que fazer jornada dupla de trabalho, ou mesmo tiveram que romper ou se afastar.

No Jangurussu, identificamos a ocorrência de mutirão do tipo autogestão, o qual as associações de moradores eram responsáveis pela distribuição de lotes e pela administração do projeto. Essa alternativa habitacional ocorreu durante a década de 1990 nos bairros em questão. As comunidades resultantes de mutirão são Santa Filomena (Figuras 12 e 13), em 1994, Parque Betânia, Cidade Nobre, no Jangurussu, e Jagatá, no Conjunto Palmeiras.

Figura 12 - Construção por meio de mutirão da Comunidade Santa Filomena, Jangurussu



Fonte: Acervo do Projeto Sem Nome (www.projetosemnome.com.br). Crianças brincam em meio às obras.

Figura 13 - Comunidade Santa Filomena, Jangurussu

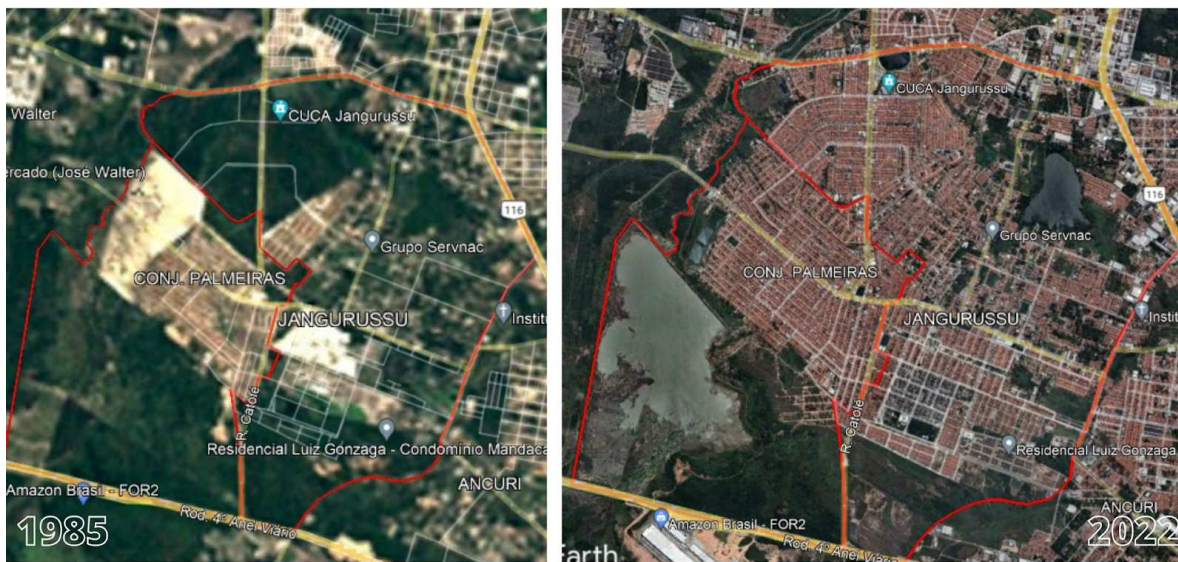


Fonte: Autoria do autor (2023)

Em suma, essa breve contextualização das diferentes formas de assentamentos urbanos no Jangurussu e no Conjunto Palmeiras destaca um mosaico heterogêneo e a complexidade dentro da periferia urbana da cidade de Fortaleza ao longo dos anos (Figura 14). Além disso, nos aponta que mesmo dentro

da periferia urbana de Fortaleza, encontra-se, neste espaço, centralidades e periferias, um importante ponto a ser somado nas discussões urbanas contemporâneas.

Figura 14 - Comparação da mancha urbana do Jangurussu e Conjunto Palmeiras (1985-2022)



Fonte: Google Earth Pro. Anos 1985 e 2022.

4.3 Dimensões do Acesso Alimentar: os desafios (não) compartilhados no Jangurussu e no Conjunto Palmeiras

Antes de iniciarmos este tópico, é importante destacar que, embora apresentemos, a seguir, a análise das dimensões econômica, física, política e simbólica de forma separada para o território estudado, entendemos que estão intrinsecamente interligadas, o que não permite compreendê-las como um todo separadamente, ainda mais em um território com mosaico socioespacial heterogêneo.

A nossa intenção ao abordá-las separadamente é proporcionar uma compreensão mais clara e uma análise mais aprofundada de cada uma. No entanto, é fundamental ressaltar que essas dimensões não podem ser compreendidas de forma isolada, elas se interagem, tornando fundamental para a apreensão dos desafios para uma Segurança Alimentar e Nutricional na periferia urbana.

4.3.1 A renda e o prato: apontamentos sobre a dimensão econômica do acesso alimentar na periferia

Conforme discutido no capítulo anterior, o poder de compra pode ser um ponto-chave para compreender as situações alimentares das comunidades mais desfavorecidas da periferia urbana. Ainda mais que a renda acaba sendo um dos recursos primordiais à disposição das famílias para algum tipo de bem-estar social, desempenhando um papel decisivo para a aquisição de alimentos, uma vez que está essencialmente atrelado ao poder aquisitivo dos indivíduos.

Por isso, a posição que cada indivíduo ocupa na sociedade diz muito sobre suas práticas alimentares. Ao observar a realidade dos bairros estudados, comparando com a renda de outros bairros da cidade, notamos uma enorme disparidade. Por exemplo, segundo o IDH-Renda²⁶ (2010) por bairro, o bairro Meireles tinha a maior renda média entre os bairros de Fortaleza, no outro extremo, o Conjunto Palmeiras ocupava a última colocação e o Jangurussu estava entre os últimos vinte colocados. Isso quer dizer que a renda mensal dos moradores do Meireles (R\$ 3.660) na época correspondia aproximadamente treze (13) vezes mais que a dos moradores do Conjunto Palmeiras (R\$ 289).

Essa discrepância na renda impacta diretamente nas situações alimentares das famílias. Durante a pesquisa de campo ficou evidente como a renda influencia no acesso aos alimentos. Sem esquecer o peso da significativa disparidade entre o salário mínimo nominal e o necessário ao considerar o valor da cesta básica.

Em comunidades como menor poder aquisitivo percebido, como é o caso das comunidades Palmeiras II²⁷, Campo Estrela, Maria Tomásia e Residencial José Euclides, encontramos uma variedade de ocupações, desde trabalhadores formais e informais, como “faxineiras”, catadores de materiais recicláveis, artesãs de “gogó”²⁸ e

²⁶ O indicador corresponde à relação entre a soma dos rendimentos dos indivíduos residentes no local de referência no mês anterior, segundo o Censo Demográfico (2010).

²⁷ Dentro do próprio Palmeiras II encontramos realidades diferentes, como é o caso da área próxima ao conhecido “beira rio” e imediações do Palmeiras I, a realidade é um pouco melhor. Já mais ao norte, no sentido São Cristóvão, a realidade é mais emblemática.

²⁸ Essa prática é encontrada com mais facilidade no Conjunto Palmeiras Palmeiras I e II. Conforme relatou Matias (2019), a arte de feiteiras chegou ao bairro em meados de 1998. Esse serviço artesanal acontece por meio do traçado de palha em garrafas de cachaça. Essa atividade tem sido

camelôs, além daqueles excluídos dos circuitos, como desempregados e pedintes²⁹.

Nessas comunidades foi possível perceber um movimento em relação à aquisição alimentar e a falta de renda suficiente: a primeira coisa afetada é a frequência na aquisição de alimentos, que pode geralmente ocorrer mais de uma vez, a depender da condição da família.

Entretanto, geralmente ocorre uma vez no mês, quando os salários, aposentadorias e auxílios sociais são recebidos. No entanto, as compras muitas vezes não são suficientes para a garantia durante todo o mês, mesmo que levando só o “básico”. Como afirmou um dos entrevistados *“a gente compra uma vez no mês, mas nunca é suficiente”*, *“tem dias que tem, tem dias que não”*, disse outro.

Para em seguida repercutir sobre a qualidade dos alimentos escolhidos. Como relatado por uma das agentes de saúde, alguns moradores acabam adquirindo produtos próximos ao seu vencimento, na feira do bairro. Para aqueles que não têm recursos, restam apenas a xepa como alternativa para se alimentar.

Posteriormente, ocorre a diminuição da quantidade da dieta alimentar, restringindo a aquisição somente a uma *“alimentação básica”*, necessária daquela vez, restando a opção de *“comer o que o dinheiro dar”*.

Este contexto também interfere na escolha dos estabelecimentos para se realizar a aquisição. Um dos entrevistados falou que não escolhe ir ao supermercado porque compram poucos produtos, no qual não enchem um carrinho com as compras do mês.

Além desse fator para a escolha de estabelecimentos para a aquisição, bem como a sua distância, o preço dos produtos foi um ponto levantado. A compra em bodegas e mercearias locais passa a ser cotidiano, uma vez que esses estabelecimentos ainda possuem a prática do “caderninho” de devedores, mediante a confiança do dono do estabelecimento com os moradores.

Portanto, a renda suficiente é um importante componente para a segurança alimentar, não apenas para ter alimentos suficientes na mesa, mas por

base de sustento de muitas famílias.

²⁹ Uma reflexão apontada por um dos entrevistados merece destaque: segundo ele, antigamente, era possível ver pedintes nas áreas mais centrais da cidade, no centro, por exemplo, mas agora é uma realidade do território. Localizados nos sinais de trânsito que ficam nas entradas dos bairros, sobretudo na avenida perimetral, ou mesmo dentro dos bairros.

serem nutritivos. Para além dessa pauta, a renda permite que os indivíduos inseridos nos territórios participem ativamente da economia local, construindo, assim, algum tipo de desenvolvimento ali.

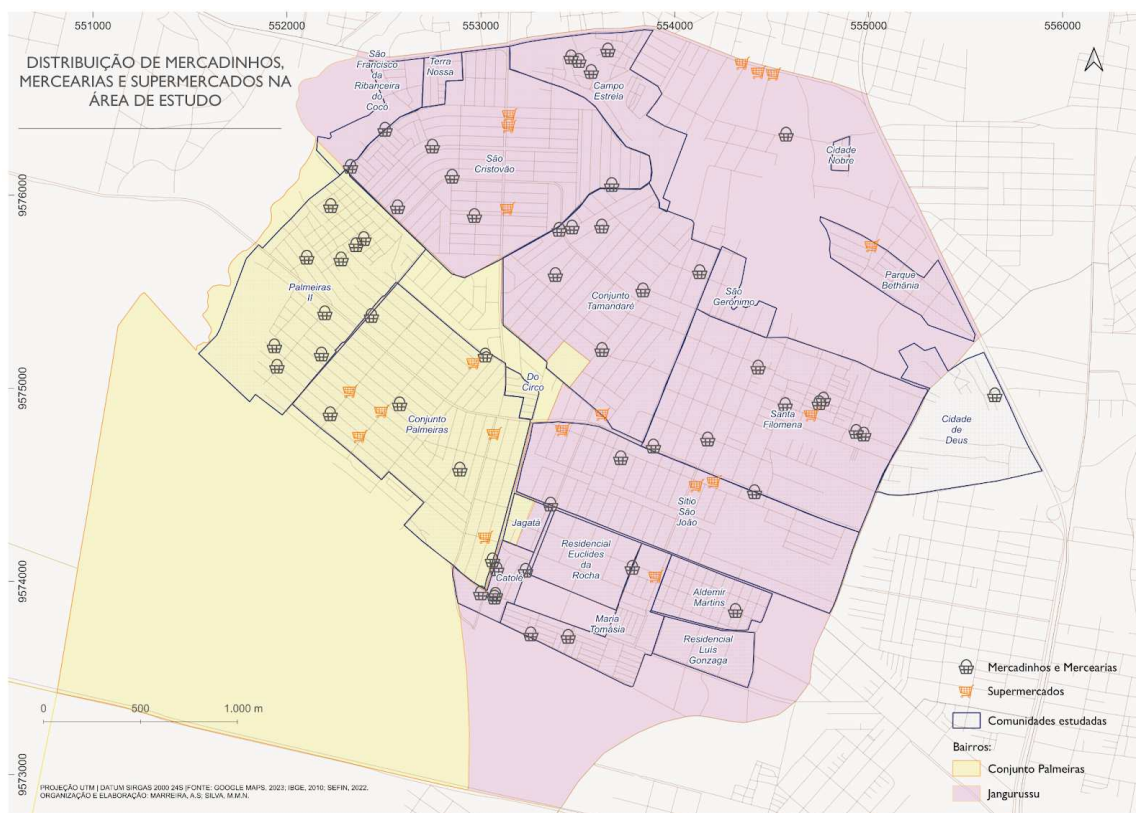
4.3.2 Ir ali eu não posso: reflexões sobre a dimensão física do acesso aos alimentos na periferia

Ao se discutir acesso aos alimentos, uma das questões que sempre são levantadas diz respeito à dimensão física, entendida a partir da distância dos estabelecimentos dos domicílios. Entendemos, como já ressaltado no primeiro capítulo, que essa dimensão é só mais uma ao se analisar o contexto.

Realizamos um levantamento utilizando a ferramenta *My Maps* do Google para mapear os estabelecimentos comerciais no território em questão (Figura 15). Identificamos um total de 19 supermercados e 55 mercadinhos e mercearias. Ao analisarmos a distribuição desses estabelecimentos pelo território, notamos, inicialmente, que os supermercados estão localizados predominantemente nas principais vias de acesso que cortam os dois bairros, como a Avenida Castelo de Castro e a Avenida Val Paraíso, enquanto que os mercadinhos e mercearias estão dispersos por todo território.

No que diz respeito às feiras livres, localizamos somente quatro no território como um todo, sendo elas: a do São Cristóvão, Residencial José Euclides, Sítio São João, Palmeiras I e Santa Filomena. Essas feiras operam em diferentes dias ao longo da semana.

Figura 15 - Mapa de localização dos estabelecimentos comerciais alimentícios que atendem os bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras.



Fonte: Organizado e elaborado por Marreira e Silva (2023)

Feito esse levantamento, identificamos através das entrevistas a preferências aos mercantis, mercearias e bodegas, uma vez que essas ainda funcionam com a venda “fiado”. Mais que isso, a problemática também relatada consta na localização desses estabelecimentos. Um importante caso é o de um supermercado de rede localizado na entrada do Maria Tomásia. Esse estabelecimento é o único da região que atende as comunidades do próprio Maria Tomásia, além do Residencial José Euclides, Aldemir Martins e Sítio São João. Essa mesma dificuldade foi relatada no Santa Filomena. Perante esse contexto, os mercantis, mercearias e bodegas ganham relevância.

A seguir trataremos de um tema complexo que foi uníssono em toda a pesquisa: a violência. Não é difícil encontrar reportagens sobre a temática que ligam os dois bairros em questão. Segundo o pesquisador da temática Jamieson Simões,

em entrevista para o jornal Opovo (2020)³⁰, “tanto o conflito entre facções, somada à vulnerabilidade social e à interação violenta com a Polícia, são alguns elementos que podem ajudar a explicar o quadro violento no Jangurussu”. Segundo o levantamento desta mesma reportagem, o Jangurussu foi o bairro com maior quantidade de homicídios em Fortaleza para o ano de 2020.

Em outra reportagem (OPOVO, 2022)³¹, mais atual, é afirmado que a violência se dá, sobremaneira, nos residenciais José Euclides e Maria Tomásia. Em meio a esse quadro, “além dos homicídios, existem relatos de expulsões e proibições à circulação em determinados territórios” (OPOVO, 2020).

E é esse ponto que precisamos discutir para se entender a dimensão do acesso físico aos alimentos. Como uma preocupação constante, a presença de territórios controlados por facções criminosas no território, como avalia um dos entrevistados, serve como “*uma barreira social*”, que limita não apenas a mobilidade entre diferentes comunidades, mas dentro da própria comunidade.

Essa não é uma realidade pontual, essa dinâmica territorial permeia todo o território e suas comunidades, embora em pesos diferentes. Além de representar um desafio ao momento de adquirir alimentos, essa situação também interfere na atuação de atores sociais direto ou indiretamente envolvidos com a questão alimentar no território, incluindo o trabalho das agentes de saúde.

A fronteira do Palmeiras II com o São Cristovão é uma área interessante para observar essa dinâmica. Neste ponto existem alguns atores que exercem atividades para a população, como é o caso da Cozinha Solidária do Brigadas Populares e o CAPSA, um projeto social que distribui, entre outras coisas, cestas básicas. Os relatos são de dificuldades no atendimento ao público devido a esse sério problema. Nos dois exemplos, cabe às mulheres e as crianças a responsabilidade de irem buscar as doações e as “quentinhas”.

Foi possível ouvir relatos semelhantes sobre o Campo Estrela, a partir de uma das agentes de saúde. Ela compartilhou a situação de famílias carentes que

³⁰Reportagem disponível em:
<https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2020/06/16/jangurussu-e-o-bairro-com-maior-numero-de-assassinatos-no-ano-em-fortaleza.html>

³¹Link da reportagem:
<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/12/08/em-meio-a-conflito-entre-faccoes-jangurussu-volta-a-registrar-tiroteio.html>

são impedidas de ir buscar cestas básicas e sopa em um projeto social na comunidade vizinha, separada pela Avenida Perimetral. Quando se tem a oportunidade, mais uma vez, são as mulheres que atravessam essas barreiras.

A situação vivenciada pelo Maria Tomásia e pelas comunidades vizinhas também reflete essa dinâmica. Mesmo sendo comunidades vizinhas, próximas geograficamente, os moradores são simbolicamente e fisicamente proibidos de atravessar as fronteiras invisíveis, inclusive para acessar um importante equipamento social, a Horta Social, localizado no Palmeiras I. Uma das soluções encontradas pelos moradores das comunidades mencionadas é a compra de alimentos por meio de vendedores ambulantes que passam de porta em porta. Prática muito antiga na periferia.

Essa difícil realidade vivenciada na periferia cria obstáculos invisíveis na vida dos moradores que acabam afetando o acesso aos alimentos - muito além da sua aquisição. Essa questão coloca em xeque os estudos sobre desertos alimentares que discutimos no segundo capítulo, que geralmente consideram a proximidade geográfica de estabelecimentos comerciais em relação aos domicílios.

Embora reconheçamos a importância desse aspecto, ao considerar a realidade de territórios periféricos, a discussão se encerra neste ponto. Pensando neste contexto, incluímos uma variável adicional, como a violência territorializada, para enriquecer e complementar a complexa discussão sobre o acesso aos alimentos pensando no aspecto físico/espacial.

4.3.3 Pensar, mobilizar e andar juntos: a importância da dimensão política para o acesso aos alimentos

A dimensão política assume um papel fundamental para observar a periferia urbana, uma vez que diz respeito ao reconhecimento do direito à alimentação enquanto um direito humano basilar. Então, muito mais que pensar sobre as políticas governamentais para a população, esta dimensão nos leva a refletir também sobre as mobilizações, redes e ações das próprias comunidades frente aos seus problemas. E perceber a ausência das mobilizações revela muito mais sobre as comunidades inseridas neste contexto.

Algumas comunidades nasceram da luta política e comunitária, desde os primeiros moradores até a criação de associação de moradores, como foi o caso do Conjunto Palmeiras, que celebrou 50 anos neste ano de 2023. Essa comunidade não limitou suas mobilizações somente para melhorias nas condições infraestruturais, mas também pensar questões sociais, em meio a realidade de desemprego e falta de oportunidades. Nesse contexto, surgiu o Banco Palmas, a partir dos ideais da economia solidária com o objetivo de promover o desenvolvimento social, dando origem ao conhecido dilema “Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras”.

Em contrapartida, atualmente, aquela realidade social antiga é enfrentada pelas comunidades mais recentes do território, como o desemprego, a informalidade, o subemprego e a falta de qualificação. Nesse quadro, as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), têm um peso essencial para complementar os rendimentos das famílias, e assim buscar a tentativa da garantia da segurança alimentar e nutricional. Durante as entrevistas, foi comum escutar relatos sobre essas realidades, especialmente entre aqueles atendidos pelas cozinhas solidárias, projetos e instituições localizadas no território.

Quando se trata de mobilizações comunitárias relacionadas à alimentação, observamos um consenso em relação à falta de conhecimento sobre mobilizações para a pauta da alimentação dentro das comunidades. Uma líder comunitária e agente de saúde do Santa Filomena compartilhou sua percepção desse quadro, destacando que em épocas passadas a comunidade se unia em mobilizações para resolver problemas comuns, como a manutenção de creches e escolas na região. No entanto, atualmente, para ela *“existe uma falta de protagonismo. Os moradores não reconhecem suas lutas. Existe um certo individualismo, paralisação das pessoas”*.

Em geral, encontramos mobilizações e denúncias relacionadas à pauta alimentar conduzida por poucas mãos e vozes. Muitas vezes, encabeçadas pelas cozinhas solidárias e comunitárias que nasceram a partir de movimentos sociais e atores sociais comunitários, bem como por meio de projetos e instituições que atuam diretamente ou indiretamente nesta pauta dentro dos territórios. Todavia, não

localizamos algum tipo de rede de solidariedade ou cooperação significativa para esta pauta atualmente entre esses atores.

Diante da complexidade que envolve a dimensão política no acesso aos alimentos, é importante olharmos para o futuro a partir da perspectiva de cooperação e engajamento, abrindo espaço para reflexões, mobilizações, cobranças e ações por meio do fortalecimento e da promoção da participação ativa das comunidades sobre a temática.

4.3.4 Percepções e hábitos alimentares em diferentes contextos: a dimensão simbólica do acesso alimentar

A dimensão simbólica compreende a percepção e concepções dos indivíduos sobre a alimentação a partir dos seus contextos. Podendo ser observados as escolhas e hábitos culturais e alimentares, bem como os limites, possibilidades e resistências no cotidiano.

Refletir essa dimensão nos colocou a confrontar as realidades assistidas, entrevistas realizadas, leitura bibliográfica e análise de dados secundário, além das vivências que fogem à condição de pesquisador.

Dadas as condições características analisadas no mosaico socioespacial das comunidades localizadas no território, notamos também diferenças ao refletir sobre a percepção dos agentes de saúde que atendem comunidades vizinhas. A partir das seguintes três perguntas gerais e abertas, sem qualquer direcionamento por parte do entrevistador, iremos refletir sobre a dimensão simbólica: *Como avalia a alimentação das famílias? Em relação à alimentação, quais as maiores dificuldades percebidas? Você avalia que existe fome no território?*

Um caso emblemático se apresenta quando observamos três comunidades próximas que podem ser atravessadas a pé por menos de 700 metros. Essas comunidades foram construídas em momentos e contextos diferentes, a saber: Sítio São João (1991), Maria Tomásia (2009) e Residencial José Euclides (2018).

A primeira comunidade, a mais antiga (Sítio São João), dispõe de infraestrutura básica, residências com lotes maiores para os padrões da região,

estabelecimentos comerciais e de serviços, presença de supermercados, feira livre, pontos e diversas linhas de ônibus, além de posto de saúde, entre outros elementos.

Para esta comunidade, se percebeu que o enfoque das respostas apontou para uma discussão sobre a qualidade da alimentação, com o destaque a preocupação com as escolhas alimentares consideradas saudáveis/não saudáveis e seus impactos na saúde dos moradores. Foi percebido não haver fome ali, podendo haver uma insegurança alimentar leve, caso aconteça algum evento inesperado que possa impactar o rendimento familiar.

Ao adentrar mais ainda ao território, observamos uma realidade diferente nas comunidades do Maria Tomásia e no Residencial José Euclides. A percepção sobre as comunidades estava relacionada à insuficiência de alimentos, onde muitos lares desses conjuntos dependem de doações. Como afirmou uma agente de saúde que atende as comunidades, *“não tem um mês que eu não tenha que tirar dinheiro do meu salário para ajudar alguma família”*.

As dificuldades observadas se concentram em questões sociais, como a falta de oportunidades de trabalho e a carência de educação e qualificação dos moradores, o que implica no desemprego. Além disso, foi ressaltado a importância das escolas como equipamentos de segurança alimentar e nutricional, sobretudo para as crianças.

A avaliação comum é de que a fome - e não mais o uso do termo insegurança alimentar - está presente nas comunidades. Ao mesmo tempo que também foi observado um senso de solidariedade entre os vizinhos, já que convivem em meio aos mesmos desafios.

Um adendo necessário diz respeito ao se comparar o Residencial José Euclides com o Luiz Gonzaga. Mesmo sendo também relativamente próximos, com anos de construção parecidos, a realidade também é diferente. A partir dos relatos dos entrevistados, o tema trabalho foi decisivo nesta diferenciação. *“Lá [Luiz Gonzaga] os moradores trabalham, tem carro. Já não observamos os mesmos problemas que aqui [Residencial José Euclides]. Lá é bem organizado”*.

Outro caso interessante pode ser visto entre os *dois Palmeiras*, o primeiro resultado do conjunto habitacional, e o Palmeiras II, a partir da informalidade. Essa diferença é percebida por exemplo pelos agentes de saúde. Para um entrevistado

“existem dois bairros dentro de um. Enquanto um tem tudo, o outro carece de coisas básicas. De um lado, aqueles que têm maior poder aquisitivo, no lado de cá, é só tristeza”.

Portanto, em um extremo, temos o Palmeiras I, onde as residências possuem documentação regular, as ruas pavimentadas possuem saneamento básico, acesso a abastecimento de água, com proximidade de escolas de ensino fundamental e médio, feira pública, além do banco comunitário (Banco Palmas), e os moradores têm a renda média mensal de 1 a 3 salários mínimos, entre outros elementos.

No outro extremo, no Palmeiras II, no qual um dos entrevistados resume como *“uma área que não tem saneamento, não tem asfalto, é chão batido! são invasões, são casas sem número, sem água, sem energia, com bastante gambiarras”*. Neste contexto, moradores sobrevivem em meio aos riscos de alagamentos e inundações, devido à proximidade do rio e da barragem. Somado a esse contexto, os pernilongos, o mau cheiro e a poluição acabam se tornando parte do cotidiano.

Em relação às situações alimentares percebidas, se observou no Palmeiras I a ênfase na preocupação com as escolhas alimentares dos moradores, todavia salientaram que mesmo em meio a *“boas casas”*, algumas famílias podem enfrentar algum grau de insegurança alimentar.

Já no Palmeiras II apresenta uma complexidade maior, haja vista que é observado duas áreas, uma conhecida como Beira-Rio, com pouco mais de condições. A vivência dos agentes de saúde permite que eles tratem a situação alimentar da área sobre escolhas alimentares, embora ainda exista algum grau de insegurança alimentar. A outra área, mais próxima à fronteira com o conjunto São Cristovão, enfrenta problemas mais graves, a percepção recai na alimentação inadequada e insuficiente, onde a fome é uma realidade. Onde uma agente de saúde chegou a fornecer cestas básicas para as famílias necessitadas.

O terceiro caso que merece destaque envolve as comunidades do Conjunto São Cristovão e do Campo Estrela que também fazem fronteira. O São Cristovão, um antigo conjunto habitacional, possui uma renda média mensal de 3 a 5 salários mínimos e conta com condições básicas de infraestrutura, além da presença

de estabelecimentos comerciais e de serviços. É reconhecido por sua zona gastronômica e é considerado uma "área nobre" em relação à sua vizinhança. Por outro lado, o Campo Estrela é uma das áreas mais críticas em relação aos seus problemas urbanos, a qual se formou de forma desordenada e informal, às margens de um canal e de um lago.

Quanto às situações alimentares percebidas, no Conjunto São Cristóvão se observou uma alimentação de maneira geral regular. A partir disso, o destaque situou-se para as discussões sobre alimentação saudável e para a educação alimentar. Todavia, em alguns casos, pode ser notada a ocorrência de insegurança alimentar leve. Já no Campo Estrela, a situação foi descrita como crítica, na qual alguns moradores recorrem à mendicância nos semáforos ou mesmo à prostituição ao longo da principal avenida próxima, a Perimetral.

No que diz respeito aos hábitos alimentares (Figura 16) das comunidades estudadas, foi possível observar características em comum, a partir de relatos dos agentes de saúde e chefes de famílias. No café da manhã não pode faltar o café, o pão, a bolacha e o cuscuz. Além disso, quando possível, se tem o consumo de frutas com preços acessíveis, como a banana, mamão e a laranja.

Agora, ao se referir ao que é comido no almoço e jantar, foi enfatizado a importância dos elementos "básicos" na dieta, como o arroz, feijão e a farinha. A "mistura", quando se tem, raramente é carne, sendo substituído pelo ovo, frango e o toucinho. Além disso, se tem a incorporação de alimentos processados, como carne enlatada, salsichas e mortadela, em suas refeições diárias. Foi interessante pontuar o consumo de peixe, uma vez que muitos moradores têm a prática da pesca, sobretudo por residirem próximo a corpos hídricos, como é o caso do Santa Filomena.

O comer fora de casa é visto como um "artigo de luxo", reservado próximo às datas de recebimento de dinheiro, portanto, ir a um estabelecimento que vende açaí ou ir a uma pizzaria tem uma conotação especial. A aquisição de salgados prontos, a baixo custo, merece uma investigação mais detalhada em pesquisas futuras, pois notamos que aqueles que têm um pouco mais de condições podem estar substituindo refeições por esse tipo de alimento. Além disso, como pontuamos em capítulos anteriores, é uma discussão que perpassa a preocupação de uma

possível transição alimentar e os problemas de saúde que podem estar correlacionados a isto.

Figura 16 - Nuvem de palavras dos alimentos mais consumidos nas principais refeições dos moradores.



Fonte: Elaborado no *WordClouds* pelo o autor.

4.4 Existimos e resistimos: as formas de resistência e resiliência frente os desafios comuns - da alimentação, particularmente a fome - enfrentados pelos atores sociais no território

A pesquisa até aqui tem nos mostrado a importância da escolha de território como categoria de análise, entendendo não como o território em si, mas o usado (SANTOS, 2007), aquele que abrange não apenas a sua dimensão física, mas sobretudo os seus aspectos sociais, entendido por meio dessa dialética, como o espaço geográfico. É o local onde as relações sociais se estabelecem, onde se estreitam os conflitos e as identidades são traçadas (HAESBAERT, 2012).

E se é no território que as relações sociais se realizam através das manifestações de existência dos indivíduos e das suas posições sociais, é também nesse fragmento do espaço que as desigualdades são reveladas. Neste sentido, ao analisar a alimentação como condição social, as desigualdades alimentares também são reveladas.

E uma vez que discutir território implica em abordar os grupos sociais vinculadas a esse espaço concreto e suas identidades, a construção da identidade se torna de suma importância. Já que implica assumir o controle sobre o seu próprio espaço e a luta pela sua existência. Por outro lado, “quando temos nossa identidade sufocada ou tolhida, deixamos de expressar nossa carga identitária, o que nos torna desterritorializados” (BORGES, 2007, p. 15).

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a aglutinar em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2012, p.92)

Assim sendo, neste tópico iremos refletir sobre as diversas formas de resistências encontradas no território estudado, a partir da atuação de atores e agentes sociais que, mediante um *desconforto criador* (BORGES, 2007), isto é, o reconhecimento de seus desafios e dificuldades, se organizam em busca de transformações significativas.

4.4.1 O papel das Cozinhas Solidárias como meio da transformação

No território localizamos a atuação de duas cozinhas solidárias ligadas a duas organizações populares de âmbito nacional: como o caso da cozinha do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) (Figura 17) localizada no Maria Tomásia e a do Brigadas Populares (Figura 18), no Palmeiras II.

Como já pontuado anteriormente, as cozinhas solidárias têm como característica base a sua dimensão social e política de organização e mobilização, que vêm além de somente a distribuição de alimentos, mas utilizam este ato como

um meio para transformações estruturais.

A partir de redes de solidariedade pensadas fora do território, no caso, em âmbito nacional, as duas cozinhas nasceram em meio aos dilemas urgentes trazidos pela pandemia em meio ao contexto do território. Como reflete o líder da cozinha do MTST, Sérgio farias:

“O MTST é um movimento nacional de moradias, então, sempre que a gente ocupa, a gente faz cozinhas, na nossa luta por moradias. Sendo que agora, na pandemia, a gente começou a distribuição de cestas, e a gente entendeu que as pessoas que estavam no bairro estavam pior que na nossa ocupação, porque na ocupação, existe uma rede de solidariedade”.

Figura 17 - Cozinha Solidário do MTST



Fonte: Foto feita pelo autor (13/01/2023). À esquerda panfleto de divulgação da Cozinha; à direita festa referente a distribuição da quentinha de número 50 mil.

Já a coordenadora do núcleo do Brigadas Populares (Figura 18), Drika Castro nos conta sobre o contexto inicial do início da cozinha:

Nós já atuávamos aqui no Conjunto Palmeiras e estávamos desenvolvendo uma pesquisa das necessidades do bairro, e foi justamente assim [...] em meio às lutas por melhores infraestruturas, [...] quando a pandemia chegou assim né, mas já tínhamos identificamos que a maioria dos trabalhadores que moram na região são trabalhadores precarizados, que se não fossem trabalhar, iam passar fome, porque não tinham o salário garantido. [...] Então a gente começou a

fazer umas frentes de lutas no Jangurussu, que era “Periferia contra a fome”.

Figura 18 - Cozinha Solidário do Brigadas Populares



Fonte: Foto feita pelo autor (30/07/2023). Grupo de voluntários trabalhando no preparo das refeições.

Inicialmente, ambos os movimentos que até então tinham outras lutas, passaram a atuar na questão alimentar por meio de campanhas solidárias de distribuição de cestas básicas, até se tornarem cozinhas. A do MTST, por exemplo, atendia de forma pontual, uma vez por semana, em um apartamento no Residencial José Euclides. Ao serem questionados do porquê da escolha da localidade da cozinha, Sérgio, do MTST, faz uma analogia que diz que o Maria Tomásia é um *“bacurau, na sua forma negativa, porque está fora do mapa”*, porque é *“um lugar extremamente carente, de um comércio pouco desenvolvido”*. Já Pool, do Brigadas Populares, diz que no caso deles são escolhidos os locais onde eles têm atividades de base, como é o caso do bairro Serrinha, por exemplo, onde funciona outro núcleo popular.

Atualmente, as cozinhas têm frequência de atividades diferentes. A do MTST, no Maria Tomásia, funciona diariamente, somado a atividades que podem ocorrer aos fins de semana no residencial José Euclides. A do Brigadas Populares, no Palmeiras II, funciona quinzenalmente, normalmente aos domingos, devido a

disponibilidade dos voluntários e da oferta de alimentos por meio de doações.

Para garantir o funcionamento, ambas as Cozinhas, em geral, dependem de “vaquinhas” solidárias, uma maneira exclusiva utilizada pelo MTST, enquanto a do Brigadas Populares somam com doações de pessoas físicas que financiam a maioria dos custos. Ao serem questionados se recebem apoio de alguma política pública ou se participam de editais governamentais, ambas responderam negativamente. Na verdade, criticaram o novo programa do governo estadual, o Ceará Sem Fome³², devido à sua burocracia no cadastramento que, segundo os mesmos, exclui cozinhas que atendem comunidades necessitadas, mas que não são regularizadas. Além disso, as críticas apontaram também para as formas de gerenciamento dessas cozinhas contempladas, apontando os interesses de alguns grupos.

No que diz respeito à produção das refeições, a Cozinha do MTST tem a capacidade de preparar, em média, 150 refeições diariamente, contando com o apoio de oito voluntários moradores da comunidade. Enquanto que a Cozinha do Brigadas Populares, composta por 15 a 20 voluntários, permite que eles entreguem de 150 a 200 refeições quando tem atividade (Figura 19).

Em relação ao público atendido, ambos observam que a maioria é composta por mulheres adultas, geralmente pretas ou pardas, acompanhadas de crianças ou grávidas. Além disso, existe a presença de idosos, pessoas com deficiências, e, frequentemente, indivíduos em situação de alcoolismo. Em geral, são moradores das próprias comunidades, como o Maria Tomásia e o Residencial José Euclides, no caso da Cozinha do MTST, e do próprio Palmeiras I, no caso das Brigadas Populares. Ambos relataram que a demanda poderia ser ainda maior, com maior raio de abrangência, todavia enfrentam restrições impostas pelos territórios de facções.

³² O objetivo do Programa é combater a fome no estado do Ceará, reunindo trabalho e esforços de diversas instituições (públicas e privadas, juntamente com o engajamento da sociedade civil, a partir dos eixos saúde e nutrição, agricultura familiar, economia local e assistência social. O programa funciona a partir de duas frentes: distribuição de cartão alimentação, e cozinhas administradas por Entidades Gerenciadoras selecionadas mediante edital público.

Figura 19 - Fila para recebimento das refeições nas cozinhas solidárias



Fonte: Foto feita pelo autor. À esquerda Cozinha do MTST, no Maria Tomásia; à direita Cozinha do Brigadas Populares, no Palmeiras II.

Devemos salientar que os espaços de ambas as cozinhas não se limitam apenas ao preparo de refeições. Na Cozinha do MTST, por exemplo, também funciona como um local para a realização de atividades educacionais e para que as crianças da comunidade pratiquem xadrez. No espaço da cozinha do Brigadas Populares acontece a prática de capoeira e atividades formativas, uma vez que é um prédio cedido por um projeto social.

4.4.2 As Cozinhas Comunitárias como extensão das lutas comunitárias

As Cozinhas Comunitárias surgem vinculadas ao terceiro setor, no caso em parte, a partir de lideranças comunitárias e associação de bairro. Neste sentido, foram localizadas duas cozinhas: a do Projeto BunChein (figura 20), no Centro de Nutrição do bairro, no Conjunto Palmeiras, bem como a cozinha do Projeto Olhando Pra Frente, no Santa Filomena, Jangurussu.

A cozinha comunitária do BunChein nasceu de um trabalho integrado do Centro de Nutrição que atua no bairro desde a década de 1980, Cooperativa Prato Colorido, formada por mulheres do bairro, e Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Como reflete uma postagem feita em rede social do projeto, “*Centro de Nutrição, Prato Colorido BuChein. Iniciativas que nasceram do desejo da comunidade de lutar pela vida e dignidade das pessoas que vivem aqui*”.

A cozinha comunitária teve sua origem em uma campanha de arrecadação de alimentos durante a pandemia, inicialmente para a distribuição de cestas básicas e, posteriormente, para a distribuição de sopas. Atualmente, ampliaram o alcance e oferecem também refeições. De acordo com informações fornecidas, são 130 famílias cadastradas, sendo 80 pessoas atendidas diariamente.

Para garantir o funcionamento, a cozinha conta com a arrecadação de dinheiro de doações, bem como participam de editais governamentais, como o Programa Mais Nutrição³³.

Figura 20 - Cozinha Comunitária do Projeto BuChein, Conjunto Palmeiras



Fonte: Rede social do projeto (bucheinpalmeiras). À esquerda fila em frente à Cozinha Comunitária; à direita, sopas distribuídas.

A partir do projeto de luta comunitária dentro do Santa Filomena, por meio do Projeto Olhando Pra Frente, a fome se tornou mais uma de suas pautas, sobretudo na pandemia. Primeiramente, a partir da distribuição de cestas básicas e distribuição de alimentos, e de atividades pontuais de distribuição de refeições. Atualmente, tornou-se uma cozinha contemplada pelo programa estadual Ceará Sem Fome (Figura 21), no dia 15 de setembro de 2023, prometendo a distribuição diária de 100 refeições.

³³ “O Mais Nutrição objetiva contribuir para o acesso à alimentação saudável e melhorar a nutrição de crianças e adolescentes, a partir do aproveitamento e repasse de alimentos excedentes, que se encontram em condições adequadas de consumo. O Mais Nutrição operacionaliza, atualmente, dois bancos de alimentos *in natura*, uma fábrica de mix de legumes e duas fábricas de polpas de frutas”. Maiores informações, a partir do seguinte link de acesso: <https://www.sps.ce.gov.br/2023/08/16/programa-mais-nutricao-esta-com-inscricoes-abertas-para-credenciamento-de-entidades/>

Figura 21 - Cozinha Comunitária do Projeto Olhando Pra Frente, comunidade do Santa Filomena, Jangurussu



Fonte: Rede social do projeto (olhando_pra_frente). À esquerda, dia de inauguração da cozinha enquanto participante do programa estadual Ceará Sem Fome, que contou com a presença do governador em exercício Evandro Leitão; à direita, as refeições distribuídas.

4.4.3 Aliados diretos e indiretos na busca pela Segurança Alimentar no território: a atuação das Instituições e Projetos

Dentro do território, é evidente a presença de instituições e projetos sociais que, entre seus objetivos e pautas, destaca-se a questão alimentar. Relembramos que, ao longo do processo de formação espacial das comunidades, especialmente as mais antigas, as instituições religiosas, em particular a igreja católica, estiveram empenhadas nas lutas comunitárias. Isso torna-se evidente ao observar a instalação das capelas e paróquias nas comunidades.

Hoje, podemos notar o significativo papel das instituições religiosas nos territórios. Um exemplo é o Instituto Hesed (Figura 22), que se instalou na fronteira entre a comunidade Santa Filomena e Santa Maria por volta de 1997. Atualmente, o instituto é reconhecido pela Arquidiocese de Fortaleza, onde abrigam frades e freiras.

Como relatado em reportagem por uma das irmãs, “as pessoas batiam à nossa porta pedindo alimentos. Decidimos cadastrar 150 famílias e dividimos com eles aquilo que conseguimos para manter o instituto (DIÁRIO DO NORDESTE, 2008). Infelizmente, essa é uma realidade que presenciamos nos dias de hoje. É frequente observar filas de moradores, principalmente mulheres, aguardando na

calçada em frente ao instituto, sob o sol, em busca de alimentos.

Mediante doações, o instituto consegue distribuir cestas básicas para aproximadamente 800 famílias mensalmente, todo dia 29, em homenagem a São Miguel Arcanjo, além da distribuição de alimentos frescos. O instituto também oferece acompanhamento e formações, como oficinas de culinária e artesanato, com o objetivo de auxiliar na renda das famílias, bem como aulas de leitura básica.

Figura 22 - Instituto Hesed



Fonte: Street View e site do instituto. À esquerda, a fachada do Instituto Hesed; à direita, a distribuição de cestas básicas.

O Centro de Atenção Psicossocial Santo Agostinho (CAPSA) (Figura 23) é um projeto da Associação Beneficente dos Agostinianos Recoletos ligado à igreja católica. Há 8 anos este projeto surgiu em uma comunidade carente da Barra do Ceará.

Segundo o coordenador, o projeto “surgiu com um desejo de poder amenizar, desde o princípio, a emergência e a insegurança alimentar”. Assim sendo, o projeto foi pensado para a arrecadação de alimentos por meio da ajuda pública e privada, para atender famílias cadastradas.

Além disso, “o projeto previa uma assistência social e psicológica, [já que] nós identificamos, além do problema da fome, a falta de capacitação profissional, a falta de conhecimento dos seus direitos”.

No entanto, em meados de 2020, houve a necessidade de alteração no campo de atuação das freiras e dos frades, uma decisão da diocese que foi respeitada. Perante essa mudança, em parceria com a Paróquia São Francisco de Assis, do Conjunto Palmeiras que prontamente apoiou a iniciativa, em vista das

dificuldades da comunidade, logo disponibilizou uma capela que estava desativada no Palmeiras II.

O coordenador do projeto percebeu que no início, no processo de instalação, não existia projetos com esses mesmos objetivos na comunidade, percebendo, portanto, um “*ar de esperança*” para os moradores.

Por meio da participação no Mais Nutrição e no Mesa Brasil³⁴, como doações de duas redes de hipermercados (Assai e Extra) e de pessoas físicas, conseguem acompanhar e atender aproximadamente 400 pessoas a partir do atendimento a 70 famílias. O projeto distribui cesta básica e alimentos frescos. Além disso, oferecem atendimento de psicólogos e assistentes sociais para as famílias.

O coordenador avalia que as famílias atendidas pelo projeto são da própria comunidade, já que os territórios de facções servem como uma barreira invisível para a expansão das atividades.

Figura 23 - Centro de Atenção Psicossocial Santo Agostinho (CAPSA)



Fonte: Street View. Fachada do Projeto.

³⁴ “O Mesa Brasil Sesc é uma Rede Nacional de Bancos de Alimentos que atua contra a fome e o desperdício. É formada por mais de 3.000 parceiros doadores (produtores rurais, atacadistas e varejistas, centrais de distribuição e abastecimento e indústrias de alimentos, além de empresas de diversos ramos de atividade), que doam seus excedentes de produção, alimentos fora dos padrões de comercialização, mas em condições seguras, próprios para o consumo. Recursos financeiros, serviços de logística e ação voluntária também agregam nesse Programa de solidariedade. O programa atende prioritariamente pessoas em situação de vulnerabilidade social e nutricional assistidas por entidades sociais cadastradas”. Mais detalhes em: <https://www2.sesc.com.br/mesabrasil/>

No território também podemos notar a atuação de uma instituição religiosa espírita, a Casa da Caridade Dr. Adolph Fritz (Figura 24) fundada em 2000 no Santa Filomena. Os projetos desenvolvidos por eles são para todo tipo de público, desde criança ao idoso, como é o caso do projeto Gaia que assiste mães da comunidade com objetivo da valorização da mulher (mãe e profissional). A instituição, além do oferecimento de oficinas e cursos, distribui sopas e cestas básicas para os moradores não só do Santa Filomena, mas de comunidades vizinhas.

Figura 24 - Casa da Caridade Dr. Adolph Fritz



Fonte: Street View e rede social. À esquerda, a fachada da instituição; à direita, distribuição de cestas básicas.

O Conselho Nova Vida (Figura 25), localizado no Santa Filomena, foi fundado em 2001 com a missão de “promover os direitos humanos e combater a pobreza por meio de ações educativas que fortaleçam as iniciativas comunitárias, valorizando as capacidades locais para criar soluções próprias de enfrentamento e superação de desafios”.

Ao longo dos últimos 20 anos de atuação, teve parcerias importantes que contribuíram significativamente no desenvolvimento de atividades de capacitação profissional de jovens, oferecimento de cursos e oficinas, cuidado com a saúde, além de atividades esportivas.

Atualmente, o Conselho Nova Vida desenvolve o projeto "Mulheres Conectadas", bem como acompanha um grupo de idosos. Suas atividades incluem rodas temáticas, oficinas de artesanato e atividades recreativas, palestras e a

realização de uma feirinha, que objetiva gerar renda para as mulheres da comunidade.

Figura 25 - Conselho Nova Vida



Fonte: Street View. Fachada da instituição.

O Instituto Vidas (Figura 26), situado no Sítio São João, oferece assistência para mães e avós *atípicas*, ou seja, lidam com a criação de pessoas com deficiência, neste contexto, muitas delas não conseguem trabalhar. Atualmente, acompanham cerca de 200 mães e 126 avós, oferecendo atendimento médico, assistência social, advogado e psicológico. Além disso, oferecem atividades como dança, para crianças e idosos, cursos e oficinas.

Localizados em uma área menos tensionada, o instituto consegue ampliar seu alcance às comunidades do São Cristovão, Conjunto Palmeiras, Santa Filomena, Residencial José Euclides, Aldemir Martins e outras. Ademais, por meio de doações, conseguem distribuir cestas básicas e alimentos frescos para as assistidas.

Figura 26 - Instituto Vidas



Fonte: Street View e rede social. À esquerda, a fachada da instituição; à direita, voluntárias organizando cestas básicas.

4.4.4 Além de somente alimentação: a importância e o impacto de equipamentos que fazem a diferença

Torna-se relevante destacar equipamentos que, embora não estejam diretamente relacionados à alimentação, desempenham um papel crucial no território, muitas vezes, criando oportunidades para os moradores e contribuindo para o desenvolvimento local.

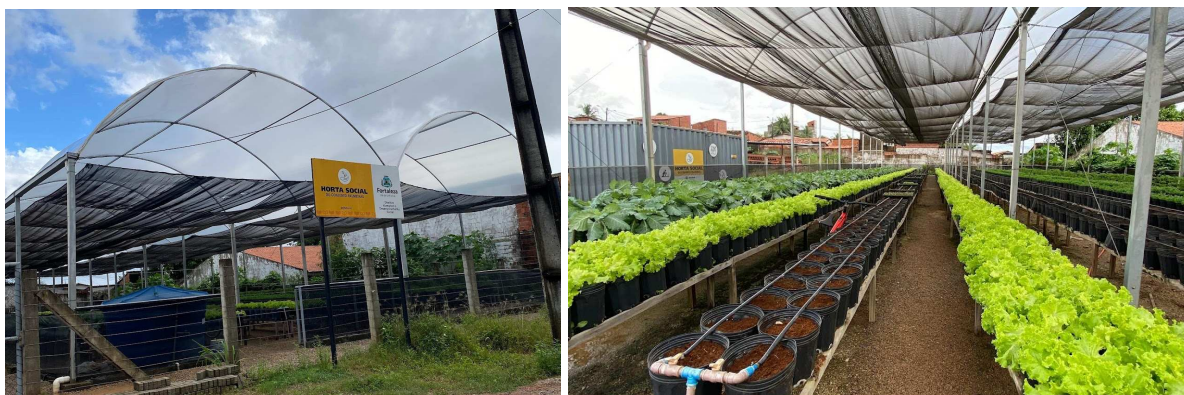
Um exemplo é o Projeto Horta Social do Conjunto Palmeiras (Figura 27), implementado pela Prefeitura de Fortaleza. Esse projeto visa incentivar a agricultura familiar urbana e estimular o convívio social de famílias de idosos em situação de vulnerabilidade social. Entre os alimentos produzidos e distribuídos estão tomates-cereja, alface, couve e coentro.

Durante nossa pesquisa de campo, identificamos que a horta beneficia cerca de 650 famílias, cadastradas e selecionadas pelo CRAS. Parte dessa produção é destinada ao Instituto Hesed e ao Instituto Vidas, localizados no território.

O tema da agricultura urbana é de suma importância se observamos os contextos vividos nos territórios, que podem ser desenvolvidos por meio de hortas comunitárias e quintais produtivos. Ao analisar o território, notamos a presença significativa de grandes sítios, que poderiam ter certos equipamentos para essa

prática. Neste sentido, é importante pontuar que a prefeitura de Fortaleza incluiu essa pauta no projeto Fortaleza 2040, que tem como uma das metas a criação de Fazendas Urbanas, onde o Jangurussu foi selecionado, no entanto, até o momento, essa iniciativa ainda não saiu do papel.

Figura 27 - Horta Social do Conjunto Palmeiras



Fonte: autoria do autor (2023).

Próximo à Horta Social encontra-se o Centro Social Urbano do Conjunto Palmeiras (CSU) (Figura 28), inaugurado em 1978, o primeiro prédio voltado à assistência social para os moradores do bairro Conjunto Palmeiras. Atualmente, sob gestão da Prefeitura de Fortaleza, desenvolve atividades a partir dos eixos Educação, Esporte e Lazer.

Figura 28 - Centro Social Urbano do Conjunto Palmeiras (CSU)



Fonte: Street View.

O Banco Palmas, fundado em 1998 pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), foi o primeiro banco comunitário no Brasil. Com o objetivo de implementar ações voltadas ao desenvolvimento local, por meio da economia solidária, e a inclusão social. Hoje, o Banco Palmas lidera uma série de iniciativas sociais (Figura 29), dando destaque ao programa Renda Básica Comunitária, que beneficia 160 famílias na comunidade. Além disso, eles promovem o Palma Fashion, uma iniciativa de produção local e participativa, idealizada por mulheres do bairro. Além dessas ações, o banco também oferece apoio ao projeto já mencionado, BuChein.

Figura 29 - Atividades desenvolvidas pelo Banco Palmas, Conjunto Palmeiras



Fonte: Site oficial do Banco Palmas.

Destacamos também o recente Programa Zona Viva (Figura 30), uma iniciativa desenvolvida pelo Governo do Ceará, que visa oferecer atividades de capacitação profissional, cultura, esporte e lazer para os moradores dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. O primeiro Zona Viva foi instalado este ano, no Residencial José Euclides, ele conta com uma sala multiuso, uma área de eventos e também uma brinquedopraça. Esse programa é interessante, especialmente por estar localizado em uma área que enfrenta diversos desafios. Como é recente, ainda não temos como avaliar seus resultados e as impressões dos

moradores.

Figura 30 - Zona Viva localizado no Residencial José Euclides



Fonte: site do Governo do Ceará (2023).

O Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca) (Figura 31), inaugurado em 2014 no São Cristovão, é uma política pública de proteção social e oportunidades para jovens, implementada pela Prefeitura de Fortaleza. A partir dos eixos esporte, cultura, audiovisual, artes cênicas, trabalho, eles desenvolvem as suas atividades. Para se ter uma ideia da sua grandiosidade, entre os cinco equipamentos localizados em Fortaleza, eles disponibilizam cerca de 6.500 vagas.

Figura 31 - Cuca Jangurussu



Fonte: site da Prefeitura de Fortaleza.

4.4.5 Refletindo sobre a distribuição espacial dos atores e agentes sociais pelo território: o que isso nos revela?

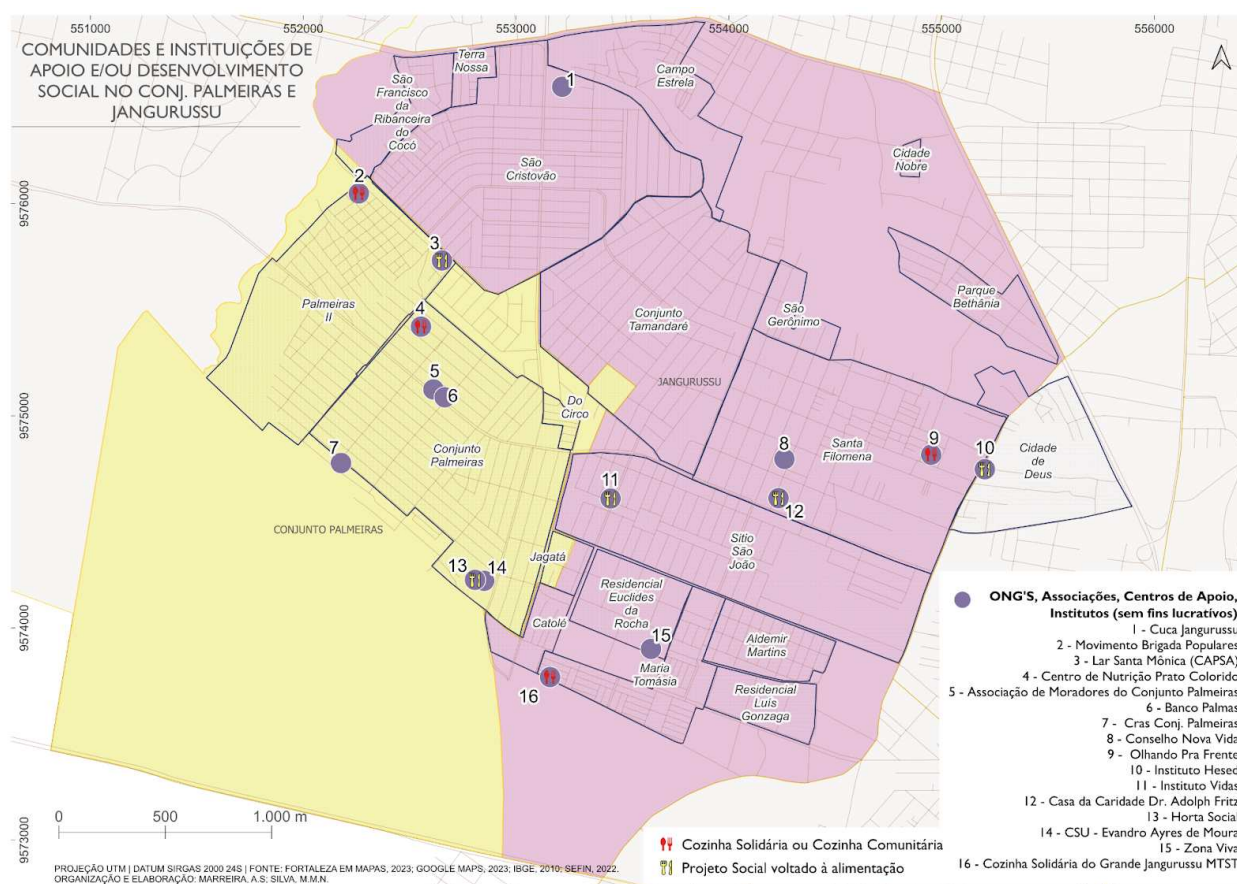
Ao analisar a distribuição das Cozinhas Solidárias e Comunitárias, Instituições e Projetos pelo território (Figura 32), identificamos alguns aspectos que merecem destaque. Primeiramente, é evidente que ainda existem poucas iniciativas e equipamentos disponíveis pelo território, tendo em vista as circunstâncias já discutidas. Por exemplo, na área do Campo Estrela, não existe nenhum ponto de apoio disponível.

Em contrapartida, se observa que, de maneira geral, esses atores e agentes na parte mais ao sudoeste do território, áreas como Santa Filomena, Residencial Euclides, Maria Tomásia, Palmeiras I e II e, mais acima, São Cristóvão. Já na parte central e norte do território é perceptível lacunas significativas na presença desses pontos. Essa distribuição pode nos indicar sobre o senso de *desconforto criador* (BORGES, 2007) e a mobilização dos atores e agentes sociais envolvidos nos contextos de suas comunidades.

É interessante pontuar ainda, que em algumas comunidades se tem uma tendência de concentração de pontos de apoio, como no Palmeiras I, onde

encontramos principalmente equipamentos e agentes comunitários, fato que pode ser relacionado as lutas comunitárias antigas bem-sucedidas, manifestando a força da mobilização comunitária. No Santa Filomena e no Palmeiras II, encontramos iniciativas que desempenham um papel crucial por meio da atuação mais direto na questão da segurança alimentar, como é o caso da Cozinha Comunitária do Olhando Pra Frente, o Instituto Hesed, a Casa da Caridade Dr. Adolph Fritz e o CoNVida, no Santa Filomena, e a Cozinha Solidária do Brigadas Populares e o Capsa, no Palmeiras II. Esse fato pode nos apontar áreas mais sensíveis perante a percepção desses atores sociais em relação às suas comunidades.

Figura 32 - Mapa de localização das Cozinhas Solidárias e Comunitárias, Institutos e Projetos que atendem os bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras.



Fonte: Organizado e elaborado por Marreira e Silva (2023)

4.5 Mapeando o risco de fome no território: contribuições por meio da participação social

O mapeamento participativo é uma abordagem que se destaca pela sua característica de aproximação da realidade geográfica, especialmente quando se discute o território, isto é, o território usado, vivenciado. Nesse contexto, a participação ativa dos atores sociais cumpre um papel importante, pois permite que suas percepções colaborem com a contextualização dos desafios encontrados em consonância com as realidades locais. Portanto, essa abordagem pode revelar nuances e particularidades que podem não ser evidenciadas por meio de dados secundários.

Essa característica torna o mapeamento participativo uma ferramenta interessante quando pensamos na formulação de políticas públicas mais eficazes, no sentido da alocação de recursos, e adaptáveis, a partir de intervenções direcionadas, a depender do objetivo da política. Somado a isto, a abordagem permite a colaboração de diferentes partes interessadas no estudo.

Outro aspecto importante diz respeito à capacidade de atualização regular das informações, a partir da percepção de mudanças das condições ao longo do tempo, além da monitorização do progresso, bem como a avaliação de impacto das intervenções realizadas. Além disso, o mapeamento participativo permite um senso de pertencimento dos indivíduos aos seus territórios, o que pode influenciar na mobilização em prol de algum objetivo em comum.

A partir das informações apontadas neste breve exposto, o mapa a seguir (Figura 33), foi construído a partir da percepção dos agentes e atores (agentes de saúde, cozinhas solidárias, instituições e projetos) das áreas mais críticas de risco de fome no território estudado.

Foi levado em consideração as áreas de atuação dos agentes de saúde, cozinhas solidárias e comunitárias e das instituições. Pontuado isto, precisamos fazer uma importante consideração: ao refletir sobre as áreas podemos notar que na parte mais à norte da figura 33, a seguir, precisa ser melhor detalhada, como é o caso do Parque Bethânia e Cidade Nobre, pois existe um certo vazio de informações. Mesmo que por vezes tentamos angariar informações por meio das

entrevistas, estas áreas não foram mencionadas, seja porque são áreas descobertas do atendimento direto dos agentes de saúde ou por não ter cozinhas e instituições percebidas ao longo da pesquisa.

Ao analisar a figura a seguir, notamos uma conexão significativa entre as áreas críticas de risco de fome e os aglomerados subnormais³⁵ do tipo favela, evidente nas comunidades Catolé, Jagatá, Palmeiras II, São Francisco da Ribanceira do Cocó, Terra Nossa, Campo Estrela, Santa Filomena e Cidade de Deus, exceto duas que são Conjuntos Habitacionais, como o Maria Tomásia e o Residencial José Euclides, e áreas do tipo mutirão, como Santa Filomena e Jagatá (no mapa aparece como uma camada de sobreposição na cor alaranjada).

Essas áreas críticas apresentam semelhanças notáveis, como a média familiar de renda variando de 1 a 2 salários mínimos, com exceção de Maria Tomasia, onde essa renda cai para 0 a 1 salário mínimo (conforme APÊNDICE A retirado do site Fortaleza em Mapas da PMF com base no censo demográfico de 2010).

Ao analisar este mapa, surgem questionamentos importantes que merecem reflexão. Primeiramente, em relação à presença de estabelecimentos comerciais, observa-se que os supermercados não estão localizados nessas áreas, tendo a predominância de estabelecimentos dos tipo mercadinhos e mercearias atendendo a essas comunidades. Esse cenário levanta a necessidade de entender como esses estabelecimentos menores impactam o acesso alimentar nesses territórios.

Outro ponto que merece atenção diz respeito a presença de cozinhas solidárias juntamente com as cozinhas comunitárias a importância crucial delas no combate à fome. Ao examinar a localização das cozinhas, áreas críticas como Palmeiras II e a região do Maria Tomásia, Catolé e Residencial Euclides possuem cozinhas, mas surge a indagação sobre sua suficiência, especialmente ao considerar a periodicidade na distribuição de alimentos.

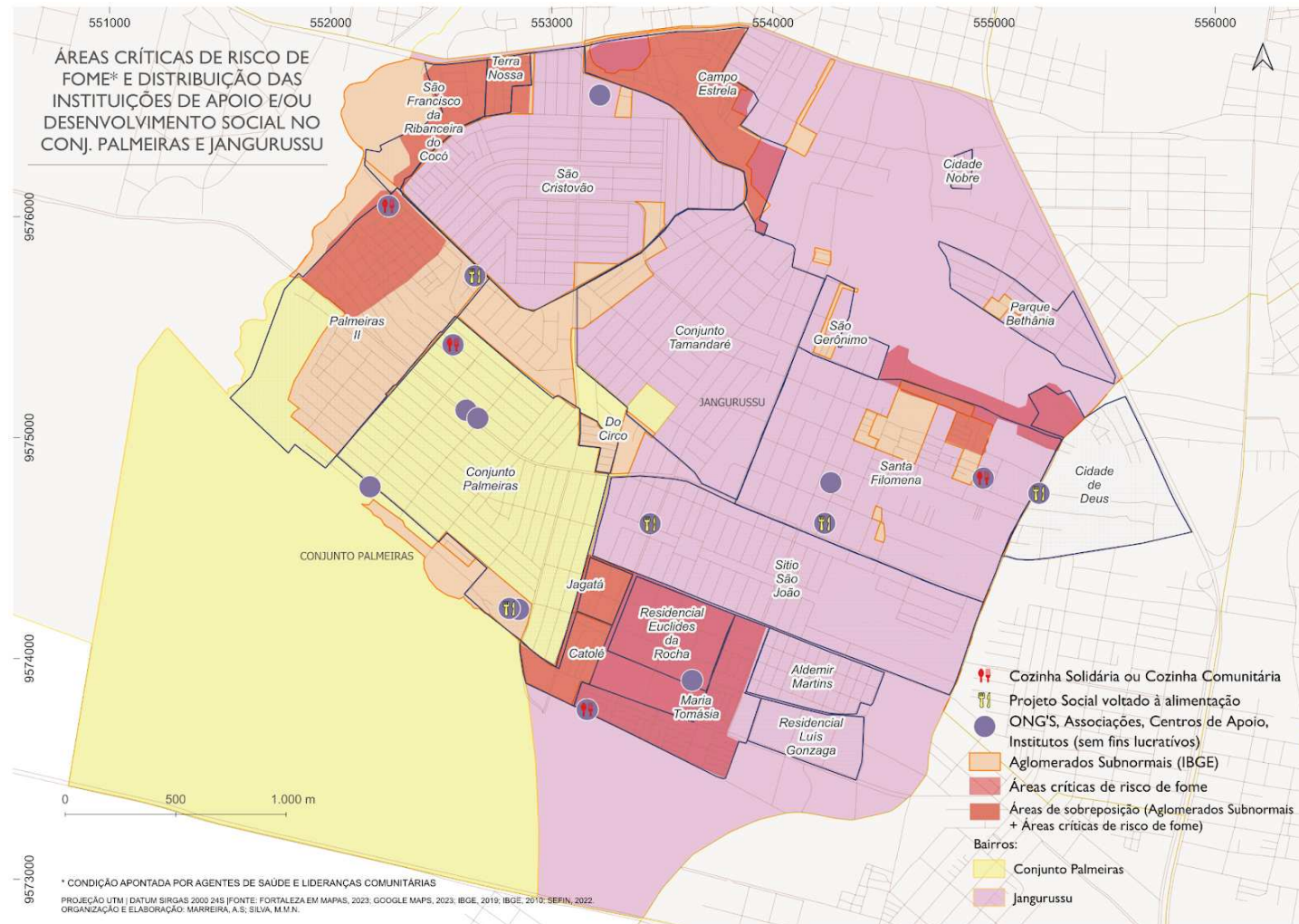
Além disso, destaca-se uma área crítica, como o Campo Estrela, que

³⁵ O IBGE classifica como aglomerados subnormais “ocupações irregulares de terrenos para fins de habitação em áreas urbanas e que, em geral, são caracterizadas por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos básicos e localização em áreas restritas à ocupação” (IBGE, 2022).

carece de atendimento de cozinhas e instituições. Essas observações provocam questões cruciais para a formulação de futuros projetos de pesquisa, como a avaliação da efetividade das cozinhas do projeto Ceará Sem Fome e a consideração das áreas críticas identificadas pelos atores territoriais.

Por fim, não podemos deixar de mencionar a atuação importante dos projetos, instituições e equipamentos atuantes mais diretamente na segurança alimentar. Embora algumas delas não estejam dentro dessas áreas críticas, suas proximidades devem ser ressaltadas.

Figura 33 - Mapa de áreas críticas de risco de fome no território dos bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa proporcionou uma compreensão dos desafios ao acesso alimentar em um contexto de pobreza urbana nos bairros Jangurussu e Conjunto Palmeiras. Os resultados desta pesquisa destacam a complexidade da garantia da segurança alimentar e nutricional nas periferias urbanas quando analisada através das diferentes dimensões do acesso aos alimentos (econômica, física, política e simbólica), visto os obstáculos significativos que afetam o pleno acesso à alimentação nesses territórios.

A abordagem da questão alimentar desta pesquisa é uma contribuição inovadora, uma vez que a maioria dos estudos anteriores realizados para o território estudado enfocou questões de violência e luta comunitária. Nossa pesquisa lança luz sobre o drama da fome que permeia o território desde sua fundação. Afinal, ao focar os desafios do acesso alimentar no território, pudemos revelar máscaras sociais que invisibilizam os indivíduos envolvidos.

A diversidade socioespacial dentro deste território, representada pelas diferentes comunidades, é uma característica marcante e essencial para compreendermos o acesso alimentar, uma vez que esta análise não pode ser considerada isoladamente, sem antes levar em consideração esse mosaico e suas particularidades e especificidades.

A partir da dimensão econômica, observamos que o poder de compra desempenha um papel crucial no acesso aos alimentos, impactando de forma significativa aqueles que estão excluídos do circuito econômico. A dimensão física também é problemática, desde a localização desigual dos estabelecimentos até as escolhas por estabelecimentos com métodos de pagamento informais. Também é importante mencionar o impacto da violência nesta dimensão, especialmente a restrição imposta pelos territórios controlados por facções, que restringe consideravelmente a mobilidade dos moradores no território.

Portanto, discutir a existência de desertos alimentares se mostra uma abordagem limitada. Embora seja válido abordar a distribuição de estabelecimentos comerciais pelo território, essa análise por si só não consegue abranger a complexidade dos contextos locais.

Quanto à dimensão política se revelou a importância dos benefícios sociais no complemento da renda familiar, embora também tenhamos discutido a falta de engajamento e mobilização em torno da questão alimentar, frente aos desafios vivenciados. Essa pauta muitas vezes é liderada por um grupo limitado de atores sociais.

Na dimensão simbólica, identificamos diferenças na percepção da alimentação e no reconhecimento de risco de fome entre diferentes comunidades. Aquelas comunidades com maior poder aquisitivo e melhores condições de infraestrutura e oportunidades, a discussão centrou-se nas escolhas alimentares e na preocupação do consumo de alimentos saudáveis/não saudáveis, enquanto aquelas enfrentando certos problemas urbanos enfatizaram a preocupação com a suficiência de alimentos básicos em suas dietas.

Por fim, destacamos a importância das formas de resistência e resiliência no enfrentamento do drama da fome no território, lideradas por atores sociais, como as cozinhas solidárias e comunitárias, bem como instituições, projetos e equipamentos voltados direto ou indiretamente para a questão alimentar. Esses esforços desempenham um papel fundamental frente aos problemas enfrentados pelas comunidades.

O uso do mapeamento participativo como ferramenta de pesquisa resultou em um mapa das áreas críticas com risco de fome no território, revelando disparidades consideráveis entre as comunidades.

A presente pesquisa abre caminhos para pesquisas futuras que podem, utilizando das ferramentas participativas com engajamento mais amplo de agentes e atores, como organizações comunitárias, igrejas, escolas entre outros, expandir os questionamentos para possíveis estratégias de mitigação dos cenários de fome no território. Além disso, abre a possibilidade de estender nossa metodologia para analisar outros territórios e de comparar as situações alimentares de comunidades situadas em enclaves urbanos, em meio a áreas de maior poder aquisitivo, com aquelas que têm uma vizinhança semelhante em termos de renda. A pesquisa também nos provocou a analisar criticamente o Programa Ceará Sem Fome, considerando não apenas os problemas da sua formulação, mas também apreender

a eficácia, em termos da distribuição espacial, das cozinhas e os seus contextos locais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à História do Pensamento Geográfico Brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia**. v. 56, n. 1, 1994.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTIPON, Livia Cangiano. **O circuito inferior da economia urbana no centro do município de Campinas**: a dimensão do comércio popular de alimentação. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

ARAGÃO, Thêmis Amorim. **Influência das políticas habitacionais na construção do espaço urbano metropolitano de Fortaleza**: histórias e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

ARAÚJO, Rachel Vieira. **Vulnerabilidade social**: transformações no espaço urbano de Fortaleza no início do Século XXI. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. **Ranking Abras 2022**. ABRAS, ano 48, n. 547, 2022

BAKER, Phillip; FRIEL, Sharon. Food systems transformations, ultra-processed food markets and the nutrition transition in Asia. **Globalization and health**, v. 12, p. 1-15, 2016.

BARBOSA: Em meio a conflito entre facções, Jangurussu volta a registrar tiroteio. **OPOVO**, Fortaleza, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/12/08/em-meio-a-conflito-entre-faccoes-jangurussu-volta-a-registrar-tiroteio.html>

BARBOSA: Jangurussu é o bairro com maior número de assassinatos no ano em Fortaleza. **OPOVO**, Fortaleza, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2020/06/16/jangurussu-e-o-bairro-com-maior-numero-de-assassinatos-no-ano-em-fortaleza.html>

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. IN: HENRIQUES, RICARDO (org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.21-48.

BARTHOLL, Timo. **Territórios de resistência e movimentos sociais de base**: uma

investigação militante em favelas cariocas. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

BEAULAC, Julie; KRISTJANSSON, Elizabeth; CUMMINS, Steven. A Systematic Review of Food Deserts, 1966-2007. **Preventing Chronic Disease**. [S.L.], v. 6, n. 3, p. 1-10, 08 jul. 2009.

BERTONCELO, Edison. Classe Social e Alimentação: padrões de consumo alimentar no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 100, p.1-28, 2019.

BOLTVINIK, Julio. Peter Townsend y el rumbo de la investigación sobre pobreza en Gran Bretaña” IN: PATIÑO RODRÍGUEZ MALPICA, M. I.; MARTÍNEZ MENDIZÁBAL, D.; VALENCIA LOMELÍ, E. **La necesaria reconfiguración de la política social de México**. México, Universidad de Guadalajara-Universidad Iberoamericana León Konrad Adenauer Stiftung, 2011.

BORGES, Camila Aparecida; JAIME, Patricia Constante. Ambiente alimentar do consumidor: definições, características, indicadores e instrumento de auditorias. In: MENDES, Larissa Loures; PESSOA, Milene Cristine; COSTA, Bruna Vieira de Lima (orgs). **Ambiente Alimentar: saúde e nutrição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2022. p. 87-98.

BORGES, Carolina Tavares Oliveira. **Estratégias sociais de resistência aos processos desterritorializantes: redes de solidariedade - o caso da rede industrial de confecção solidária (RICS)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. **Consulta, seleção e extração de informações do CADÚNICO**. 2023. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro. 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006. [internet]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

BRASIL. Receita Federal. **Estudo da Carga Tributária no Brasil: Análise por Tributo e Bases de Incidência**. Brasília, DF: Receita Federal, 2021. 40 p.

BRITO, Fernanda R. S. S; BAPTISTA, Tatiana W. F. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, p. 1-18. 2021.

BURLANDY, Luciene et al. Saúde e sustentabilidade: desafios conceituais e alternativas metodológicas para a análise de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional. **Revista Tempus**, Brasília, v. 9, n. 3, p. 55-70, 2015.

CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022.

CARAVACA, Inmaculada. **El gran reto de la desigualdad: impactos socioespaciales**. 1. ed. Sevilla: Observatorio de Desigualdad en Andalucía, 2022.

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011a. 157 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 53-74.

CARNEIRO, Henrique. Luta e persistência por um mundo sem fome em Josué de Castro: uma revisão da geografia da alimentação. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 41, p. 29-45, 2006.

CASPI, Caitlin. et al. The local food environment and diet: a systematic review. **Health & place**, v. 18, n. 5, p. 1172-1187, 2012.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.

CASTRO JÚNIOR, Paulo César Pereira de. **Ambiente alimentar comunitário medido e percebido: descrição e associação com Índice de Massa Corporal de adultos brasileiros**. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2018, 176p.

CASTRO, IRR. Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 31(1):7-9, jan, 2015.

CASTRO, Josué de. **A Alimentação Brasileira à luz da Geografia Humana**. Porto Alegre: Globo, 1937.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CAVALCANTE: Com 17 bilionários, Ceará é 1º do Nordeste em número de super-ricos e 6º do Brasil; veja lista. **OPOVO**, Fortaleza, 31 ago. 2021. Disponível em:
<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2021/08/31/17-bilionarios-ceara-1-do-n>

ordeste-superrricos-6-do-brasil-lista-bilionarios-forbes-2021.html.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Census Tract Level State Maps of the Modified Retail Food Environment Index (mRFEI). 2011.

CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel (org.). World Inequality Report. Paris: Paris School of Economics, 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2023/03/D_FINAL_WIL_RIM_RAPPORT_2303.pdf

COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. **Consumo e cidades: o acesso ao alimento considerado saudável no contexto urbano**. 2018. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2018, Brasília.

COMO A GRANDE INDÚSTRIA VICIOU O BRASIL EM JUNK FOOD. **The New York Times**. Setembro 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/16/health/brasil-junk-food.html>

COSTA. Fábio Rodrigues da Costa. O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. **Revista Percursos**.v. 6, n. 1 , p. 63-79. 2014.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v.01, n.02, p.1-12, jul-dez. 2002.

D'ACOSTA, Jenora. **Finding Food Deserts: a study of food access measures in the Phoenix-Mesa Urban Area**. Tese (Mestrado) - Geographic Information Science and Technology, Faculty of the Usc Graduate School University of Southern California. [S.l.]: University of Southern California, 2015.

DE CASTRO, Inês Rugani et al. Ambiente alimentar organizacional. In: MENDES, Larissa Loures; PESSOA, Milene Cristine; COSTA, Bruna Vieira de Lima (orgs). **Ambiente Alimentar: saúde e nutrição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2022. p. 99-112.

DE JESUS, Josimar Gonçalves; HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade, insegurança alimentar e fome no Brasil. **Jornal da USP**, São Paulo, 08 fev. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/desigualdade-inseguranca-alimentar-e-fome-no-brasil/>

DE SORDI: As Cozinhas Solidárias como política de combate à fome e à pobreza. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, 12 fev. 2023. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/12/cozinhas-solidarias-como-politica-de-combate-a-fome-e-a-pobreza>. Acesso em 10 set. 2023a.

DE SORDI, Denise. Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): solidariedade e reconstrução da esfera pública (2021-2022). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-21, 2023b.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos**. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>

DIAS, Sharon Darling de Araújo. **Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza Ceará**: a experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, 2013.

DOLLFUS, Olivier. O sistema Mundo. **Boletim de Geografia Teorética**, v. 21, n. 41, p. 93-107, 1991.

DOS SANTOS, Luiz Cláudio dos. **Da Geografia da Fome ao Fome Zero**: contribuição ao estudo da fome no Brasil. Tese (Doutorado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

DOS SANTOS, Mateus Luciani; FONTÃO, Pedro Augusto Breda. Território alimentar em disputa: a constituição de desertos e pântanos alimentares a partir da lógica de distribuição de ultraprocessados. **Revista Hygeia**, Uberlândia, v. 17, n.1. p. 34-45. 2022.

DURAN, Ana Clara da Fonseca Leitão. **Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil**: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Nutrição em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DUTKO, Paula; PLOEG, Michele Ver; FARRIGAN, Tracey. **Characteristics and Influential Factors of Food Deserts**. Washington, D.C: U.S. Department of Agriculture, Economic Research Service, August 2012.

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado: Do campo à metrópole. In: Ferreira, A; Rua, João; Mattos, R. C. (Orgs.). **O espaço e a metropolização**: cotidiana e ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 487-509.

ELIAS, Denise. O alimento-mercadoria e a fome no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 41, n. 1, 2021.

ESPINOZA, PG; EGAÑA D, Masferrer D et al. Propuesta de un modelo conceptual para el estudio de los ambientes alimentarios en Chile. **Revista Panam Salud Publica**, v. 41, e. 169, 2017.

FAO. **Sustainable food systems**: concept and framework. Rome, 2018.

FERREIRA, Francisco H. G.; LITCHFIELD, Julie A. Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil: 1981/95. In: HENRIQUES, RICARDO (org.).

Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FILLIARDI, Marcos. Un sistema que produce hambre. In: **Atlas de los sistemas alimentarios del Cono Sur**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. 2023. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum. Rome, FAO. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc3017en>

FILLIARDI, Marcos. Un sistema que produce hambre. In: **Atlas de los sistemas alimentarios del Cono Sur**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2022.

FORTALEZA torna-se a maior economia do Nordeste. **Prefeitura Municipal de Fortaleza**, Fortaleza, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/fortaleza-torna-se-a-maior-economia-do-nordeste>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FORTALEZA ultrapassa Salvador e se torna a maior economia do Nordeste: de acordo com levantamento divulgado hoje (16) pelo IBGE, a Capital cearense superou em 2018, pela primeira vez, o PIB da capital baiana. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/fortaleza-ultrapassa-salvador-e-se-torna-maior-economia-do-nordeste-1.3023234>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FORTALEZA. **Plano Fortaleza 2040**: equidade social, territorial e econômica. 2. ed. Fortaleza: Instituto de Planejamento de Fortaleza, 2020.

FREITAS, Clarissa Sampaio; PEQUENO, Luis Renato Bezerra. Produção habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza na década de 2000: Avanços e Retrocessos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 17, n. 1, p. 45-49, 2015.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. O que dizem as teorias sobre a fome?. IN: FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Salvador: EDUFBA; FIOCRUZ.2003. p. 29-60.

FRIAS, Renato Coimbra. O trabalho de campo na geografia: características fundamentais e um convite à escuta. **Espaço e Cultura**, n. 45, p. 61-86, 2019.

FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; VIANA, Cássio Vinícius Afonso. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação - uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 25, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/LPHP93S94TgNtKbGtRZtDcs/?format=pdf&lang=pt>

GLANZ, Karen et al. Healthy nutrition environments: concepts and measures. **American journal of health promotion**, v. 19, n. 5, p. 330-333, 2005.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Raega**, Curitiba, v. 21. 2011

GONDIM, Grácia Maria de Miranda; MONKEN, Maurício. Território e territorialização. In: GONDIM, Grácia Maria de Miranda; CHRISTÓFARO, Maria Auxiliadora Córdova; MIYASHIRO, Gladys Miyashiro (Org.). **Técnico de vigilância em saúde: contexto e identidade**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. p. 21-44.

GORDON, Cinthya et. al. Measuring Food Deserts in New York City's low-income neighborhoods. *Health Place*, v. 17, n. 2, 2011.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade Meireles; DA SILVA, Edson Vicente (Org.). **Cartografia Social e cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais**. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015.

HAESBAERT, Rogério. As armadilhas do território. In: SILVA, José Borzacchiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

HAESBAERT, Rogério. As armadilhas do território. In: SILVA, José Borzacchiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Editora Bertrand Brasil, 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HENRIQUES, RICARDO. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In: HENRIQUES, RICARDO (org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 1-20.

HLPE. **Nutrition and food systems**. A report by the high level panel of experts on food security and nutrition. Rome, 2017.

HONÓRIO, Olivia Souza et al. Desertos e Pântanos alimentares. In: MENDES, Larissa Loures; PESSOA, Milene Cristine; COSTA, Bruna Vieira de Lima (orgs.). **Ambiente Alimentar: saúde e nutrição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2022. p. 37-52.

HONÓRIO, Olivia Souza et al. Food deserts and food swamps in a Brazilian metropolis: comparison of methods to evaluate the community food environment in Belo Horizonte. **Food Security**, v. 14, n. 3, 2022b.

HORTA, Paula Martins et al. Ambiente de informação: marketing e publicidade de alimentos. In: MENDES, Larissa Loures; PESSOA, Milene Cristine; COSTA, Bruna Vieira de Lima (orgs). **Ambiente Alimentar: saúde e nutrição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2022. p. 125-134.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018): primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto - PIB**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>

INSTITUTO HESED ATRAI JOVENS PARA VIDA RELIGIOSA. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 dez. 2008. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/instituto-hesed-atrai-jovens-par-vida-religiosa-1.568674>

JONSSON, Urban. As causas da fome. In: VALENTE, Flávio Luiz S. (Org.). **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. EDUEPB, 2021. p. 69-92

JENNY HA. **A guide for transforming food desert communities**. Califórnia: Senior

Project Senior, California Polytechnic State University, San Luis Obispo, 2015.

KASINSKI, Daniel. **Desertos alimentares no município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado Profissional) - Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 2011.

LIMA, Paulo César Cunha. **A produção do espaço na cidade de Fortaleza-CE: uma análise das ações, políticas, projetos e planos diretores**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013.

LUAN, Hui; LAW, Jane; QUICK, Matthew. Identifying Food Deserts and Swamps based on relative healthy food access: a spatio-temporal bayesian approach. **International Journal of Health Geographics**, v. 14, n. 1, 2015.

MACHADO, Eduardo G.; GOMES, Iara R.; DE ALMEIDA, Adriano P. et. al. **Mapa participativo de enfrentamento à fome do Grande Bom Jardim**: relatório. Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, 2022.

MARAFON, Glaucio José. O espaço urbano: a abordagem da Escola de Chicago e da Escola Marxista. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 18, n. 1, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MATIAS, Emanuela Ferreira. **Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras**: Quilombismo urbano de populações afrodescendentes em Fortaleza-Ceará. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MÁXIMO, Rérisson. Os conjuntos-bairros e a expansão do espaço intraurbano de Fortaleza. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v. 17, n. 1, p. 47-63, 2017.

MENDES, Larissa Loures; PESSOA, Milene Cristine; COSTA, Bruna Vieira de Lima. Ambiente alimentar: tópicos iniciais e principais modelos conceituais. In: MENDES, Larissa Loures; PESSOA, Milene Cristine; COSTA, Bruna Vieira de Lima (orgs). **Ambiente Alimentar**: saúde e nutrição. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2022. p. 1-10.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA/MC. **Mapeamento dos desertos alimentares no Brasil**. 2. ed. Brasília: Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, 2019. 60p.

MOTTA, Eduardo Marchetti Pereira Leão. **Desigualdade socioespacial e o efeito-**

vizinhança em favelas de Belo Horizonte. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

NARAYAN, Deepa. **Voices of the poor: Can anyone hear us?.** World Bank, 2000.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. Sete chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome à fome:** diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante, 2022. p. 39-52.

NASCIMENTO: Permanência de famílias na extrema pobreza mantém situações de fome em Fortaleza. **G1 CE**, Fortaleza, 27 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/07/27/permanencia-de-familias-na-extrema-pobreza-mantem-situacoes-de-fome-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em 10 abr. 2021.

OXFAM. Bilionários da América Latina aumentaram fortuna em US\$ 48,2 bilhões durante a pandemia. **OXFAM**, [s.l.], 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-da-america-latina-e-do-caribe-aumentaram-fortunaem-us-482-bilhoes-durante-a-pandemia-enquanto-maioria-da-populacao-perdeu-emprego-e-renda/#:~:text=Segundo%20dados%20do%20relat%C3%B3rio%2C%2073,todos%20os%20pa%C3%ADses%20da%20regi%C3%A3o>. Acesso em: 15 de agosto de 2023

PENCHANSKY, Roy; THOMAS, J. William. The concept of access: definition and relationship to consumer satisfaction. **Medical care**, p. 127-140, 1981.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Fortaleza.** 1 ed. Fortaleza: Secretaria Municipal Dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, 2018. 41 p.

RAMOS TRUCHERO, Guadalupe. El acceso a la alimentación: el debate sobre los desiertos alimentarios. Barranquilla: **Investigación & Desarrollo**, v. 23, n. 2, p. 391-415, 2015a.

RAMOS TRUCHERO, Guadalupe. Revisión teórica y limitaciones del concepto de desiertos alimentarios. **Revista de Humanidades**. v. 25, p. 85-102, 2015b.

RAMOS TRUCHERO, Guadalupe. O que são os “desertos alimentares”? usos e limites do conceito para o estudo das desigualdades alimentares territoriais. In: SCHUBERT, Maycon Nuremberg; TORIN, Jeferson; SCHNEIDER, Sergio. **Desafios e tendências da alimentação contemporânea:** consumo, mercados e ação

pública. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. p. 135-150.

RAYMER, S. **The nightmare of famin**. New York: National Geographic. 1975.

RASTOIN J.L.;GHERSI G. **World food system**: concepts and methods, analyses and dynamics , Quae, Paris: 584 p, 2010.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (Brasil) (org.). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Vox Populi, 2022.

Disponível em:

<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (Brasil) (org.). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (Brasil) (org.). **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Vox Populi, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (Brasil) (org.). **Insegurança alimentar e desigualdades de raça/cor da pele e gênero** [livro eletrônico]: II VIGISAN: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. 1. ed. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2023. Disponível em:

<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2023/06/OLHERacaEGenero-Diag-v7-R05-26-06-2023.pdf>

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa et al. **Atlas das situações alimentares no Brasil**: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **Alienação das Práticas Alimentares e Urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**.

2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação**: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São paulo, 2008.

ROMÃO, Maurício Costa. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio (Org.). **Distribuição de renda no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2008.

SALLES-COSTA, Rosana et al. **Sistemas alimentares, Fome e Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2022.

SANTOS, Milton. **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ªed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 119 p.

SCACIOTA, L. L.; C JAIME; P. C. BORGES. A.. **Comércio de alimentos saudáveis**: um guia de ações para gestores e comerciantes varejistas promoverem um ambiente alimentar saudável na comunidade. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 49p. 2020.

SCHATTSCHNEIDER, Dafne Pavão; RUIZ, Eliziane Nicolodi F.; ESCOBAR, Marianela Zúñiga. Acesso aos alimentos no território de uma unidade de saúde: um enfoque multidimensional. **Demetra**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 695-711, 2018.

SCHUBERT, Maycon Nuremberg; PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político alimentar: uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. In: SCHUBERT, Maycon Nuremberg; TORIN, Jeferson; SCHNEIDER, Sergio. **Desafios e tendências da alimentação contemporânea**: consumo, mercados e ação pública. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. p. 19-46.

SEEKELL, David et al. Resilience in the global food system. **Environmental Research Letters**, v. 12, n. 2, p. 025010, 2017.

SEN, Amartya. A perspectiva da liberdade. In: **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 27-50

SEN, Amartya. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: New York: Clarendon Press; Oxford University Press, 1981.

SILVA, Flávia Elaine da. Aproximar sem reduzir: as derivas e a pesquisa de campo em Geografia urbana. **GeoUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n.15, 2004.

SPEARS, Karen; POWELL, Pamela; YANG, Wei. **What is a food desert?**. University of Nevada Cooperative Extension, Nevada, p. 1-5, 2014.

THE BANKS COLLAPSED IN 2008 – AND OUR FOOD SYSTEM IS ABOUT TO DO THE SAME. **The Guardian**, 19 maio 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/may/19/banks-collapsed-in-2008-food-system-same-producers-regulators>

THE WORLD BANK. **Inflação de alimentos e insegurança alimentar no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-food-insecurity-and-food-inflation#:~:text=Enquanto%20o%20%C3%ADndice%20geral%20de,infla%C3%A7%C3%A3o%20e%20da%20inseguran%C3%A7a%20alimentar>.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, p. 41-51, 2013.

VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Globalização e desigualdade: breves considerações. In: VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Globalização e desigualdade**. Natal: A. S. Editores, 2002, p. 7-75.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. *Saúde e sociedade*, v. 12, n. 1, p. 51–60, 2003.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v.25, n.71, p. 37-58, jan/abr. 2011.

WALKER, Renee E.; KEANE, Christopher R.; BURKE, Jessica G. Disparities and access to healthy food in the United States: a review of food deserts literature. **Health & Place**, v. 16, p. 876-884, 2010.

WIDENER, Michael J. Spatial access to food: Retiring the food desert metaphor. **Physiol Behav**, v. 193, n. 1, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Commercial determinants of health**. 5 nov. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/commercial-determinants-of-health>

ZUSMAN, Perla. La tradición del trabajo de campo en Geografía. **Geograficando**, v. 7, 2011.

**APÊNDICE A - COMUNIDADES IDENTIFICADAS NO JANGURUSSU E
CONJUNTO PALMEIRAS E SUAS CARACTERÍSTICAS**

JANGURUSSU					
NOME	TIPO	N.º DE IMÓVEIS	N.º HABITANTES	N.º DE FAMÍLIAS	RENDA MÉDIA DO CHEFE DE FAMÍLIA
São Cristóvão	Conjunto Habitacional	3.812	17.078	4.269	3 a 5 SM
Residencial José Euclides Ferreira Gomes	Conjunto Habitacional	2.992	-	-	-
Luiz Gonzaga	Conjunto Habitacional	1.760	-	-	-
Maria Tomasia	Conjunto Habitacional	1.126	5.044	1.261	0 a 1 SM
Campo Estrela	Favela	1.107	4.959	1.240	1 a 2 SM
Santa Filomena*	Mutirão	775	3.474	868	1 a 2 SM
Aldemir Martins	Conjunto Habitacional	612	-	-	-
São Francisco da Ribanceira	Favela	412	1.846	461	1 a 2 SM
Catolé*	Favela	349	1.521	391	1 a 2 SM
Terra Nossa	Favela	299	1.340	335	1 a 2 SM
Parque Betânia*	Mutirão	267	1.196	299	-
Cidade de Deus	Favela	211	895	224	1 a 2 SM
Cidade Nobre*	Mutirão	157	703	176	-
São Gerônimo	Favela	109	488	122	2 a 3 SM

Sítio São João	Conjunto Habitacional	-	-	-	-
Almirante Tamandaré	Conjunto Habitacional	-	-	-	-
CONJUNTO PALMEIRAS					
NOME	TIPO	N.º DE IMÓVEIS	N.º HABITANTES	N.º DE FAMÍLIAS	RENDA MÉDIA DO CHEFE DE FAMÍLIA
Do Circo	Favela	187	793	198	-
Jagatá	Mutirão	271	1.214	304	1 a 2 SM
Palmeiras I*	Conjunto Habitacional	4.547	19.280	4.820	1 a 2 SM/ 2 a 3 SM
Palmeiras II	Favela	2.500	10.600	2.650	1 a 2 SM

Fonte: Fortaleza em Mapas, 2016. (* tiveram alterações de nomes, uma vez que foi levado em consideração os nomes percebidos; algumas comunidades tiveram soma de áreas, já que no site Fortaleza em Mapas algumas comunidades estão separadas em duas camadas).

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

LOCALIZAÇÃO

Rua:

_____ nº _____

Bairro: _____ CEP: _____ - _____

Pontos de Referência:

Coordenadas geográficas: Latitude _____ Longitude:

BLOCO 01 - HISTÓRIA DE VIDA

a) Mora na comunidade?

b) Quando começou a trabalhar como agente de saúde?

c) Quais as obrigações de um agente de saúde?

BLOCO 2 -CARACTERÍSTICAS NOTADAS DO BAIRRO/COMUNIDADE

a) De acordo com sua vivência de trabalho, de maneira geral, como avalia o bairro/comunidade em relação a sua infraestrutura?

b) Quantas os pontos positivos e negativos da vizinhança? (ampla e geral)

c) Em relação ao bairro/comunidade, quais as maiores dificuldades encontradas?

d) Quais as áreas mais críticas de infraestrutura na comunidade? (mancha espacial)

e) O que poderia ser melhorado na vizinhança?

f) Existe tensões no território?

BLOCO 03 - ACESSO/AQUISIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO NA COMUNIDADE

a) Como avalia a alimentação das famílias? (introdução da temática/ampla e geral)

b) Você avalia que existe fome no território? Se sim, quais as áreas mais críticas?

c) Em relação à alimentação, quais as maiores dificuldades observadas neste sentido? O que resolveria?

d) O que isso implica na saúde dos moradores?

e) Existem estabelecimentos comerciais suficientes no território? Diversidade de alimentos vendidos?

f) Sabe da existência de atuação de alguma cozinha ou instituição nesta temática? (doações) Quais?

g) Nota algum tipo de mobilização social/comunitária na temática da alimentação no território?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM CHEFES DE FAMÍLIA

LOCALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Rua:

nº

Bairro: _____ CEP: _____ - _____

Pontos de Referência:

Coordenadas geográficas: Latitude _____

Longitude: _____

BLOCO 01 - HISTÓRIA DE VIDA E O BAIRRO

a) Mora há quanto nesta comunidade? Seus pais moram/moravam aqui?

b) Gosta de morar aqui? Quais os pontos fortes e fracos do bairro?

BLOCO 2 - ATUALIDADE - CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA

a) Quantas pessoas moram na residência? _____

b) Tem crianças? quantas? _____

c) Trabalham? Com o quê? (de onde vem a renda da família?)

d) Recebem algum tipo de benefício social?

BLOCO 03 - ACESSO/AQUISIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO

a) Como é a alimentação da família? (introdução da temática/ampla e geral)

b) Sobre a aquisição de alimentos, existe algum tipo de planejamento do que vai ser comprado?

c) O que é decisivo para a escolha dos alimentos?

d) Quais alimentos não podem faltar nas compras?

e) A compra da cesta básica é feita uma vez no mês ou semanalmente?

f) Onde é feito as compras?

g) Por que a escolha do estabelecimento?

h) Qual a forma de pagamento comumente utilizada?

i) Retornando a alimentação da família, como é a alimentação da mesma no final do mês?

j) De um modo geral, quais as dificuldades encontradas? O que poderia resultar em uma “melhor” alimentação?

k) Recebe alguma ajuda de alguma instituição de complemento da alimentação da família? Se sim, o quê, quem e qual a frequência? (Ex: cesta básica? igreja, alguma instituição)

l) Existe algum tipo de cardápio semanal?

m) O que se come no café da manhã, almoço e jantar?

n) Costumam comer fora da residência? Quando, onde e o quê?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM COZINHAS SOLIDÁRIAS

IDENTIFICAÇÃO

NOME DA COZINHA COMUNITÁRIA:

LOCALIZAÇÃO

Rua: _____ n° _____

Bairro: _____ CEP: _____ - _____

Pontos de Referência:

Coordenadas geográficas: Latitude _____ Longitude: _____

CONTATOS

Nome completo responsável (ou social):

Celular responsável: (85) _____ - _____ (Whats App)

E-mail institucional:

E-mail responsável:

Facebook: _____ Instagram: _____

BLOCO 01

a) Qual a história da cozinha?

b) Começou a funcionar a quanto tempo? Sempre foi esta estrutura?

c) Por que a escolha desta localização?

ESTRUTURA

Sede: Própria[☐] Cedida[☐] Alugada[☐] Comodato[☐] Outro[☐] _____
 Tamanho (m²): _____

Capacidade de produção: Dia _____; semana: _____; mês: _____; ano: _____

a) Existe algum projeto ou ideia de melhorias de estrutura?

EQUIPE

Quantidade de pessoas diretamente envolvidas no funcionamento: _____

Quantidade de cozinheiras(os): _____ Quantidade de auxiliares de cozinha: _____

Quantidade pessoas no apoio logístico: _____

Técnico responsável? SIM[☐] NÃO[☐] Se sim, quem: _____

Tem nutricionista? SIM[☐] NÃO[☐] Outros[☐] _____

Quanto são voluntários? _____

Onde moram os moradores? _____

Quanto são remunerados? _____

Alguma história de vida a ser mencionada?

PÚBLICO

Quantidade de famílias atendidas: _____ Quantidade de pessoas atendidas: _____

Quantidade por segmento etário: crianças _____ adolescentes _____
jovens _____ adultos _____ idosos _____

Quantidades por etnia/raça: parda _____ preta _____ branca _____ indígena _____

Quantidades outros segmentos: deficientes _____ LGBTQIAP+ _____ outro: _____

a) Comunidades atendidas/contempladas: (abrangência, mancha espacial)

b) Alguma observação sobre o público atendido? Alguma queixa/constrangimento notado?

c) Nota-se o aumento ou diminuição do público ao longo do mês? Qual período?

OPERACIONAL

Captação de insumos - “de onde vêm os recursos?”

Doador permanente: SIM[☐] NÃO[☐] Se sim, qual(is):

Se sim, o que recebe e periodicidade

Tem projeto aquisição/compra? Se sim, financiador: _____

E com o Estado, participa de alguma política pública/edital? Qual? Como funciona?

Captação de público

Busca ativa[☐] famílias associadas[☐] acolhimento demanda espontânea[☐]
indicação[☐] Outros[☐] _____

Produção

Como é escolhido o cardápio?

Quais os alimentos produzidos, quantidades e em quais as rotinas de horários e de pessoal?

Manhã

Tarde

Noite

Distribuição (logística)

No geral, a dispensação dos alimentos produzidos é onde?

Sede da Cozinha SIM[☐] NÃO[☐]

Ponto de apoio na comunidade SIM[☐] NÃO[☐] Se sim, onde? _____

Entrega direta residencial SIM[☐] NÃO[☐]

Se sim, como e por quem?

PARCERIAS/SUSTENTABILIDADE

A cozinha interage e coopera com outras iniciativas de cozinhas comunitárias ou instituições no território?

SIM[☐] NÃO[☐] Se sim, qual(is):

Se sim, por quê?

Se sim, como se dá esta interação e cooperação?

A cozinha é associada a algum coletivo do setor ou integrante de conselho de segurança alimentar e nutricional?

SIM[☐] NÃO[☐] Se sim, qual(is):

A cozinha tem alguma estrutura técnica de captação de recursos e ou parcerias?

SIM[☐] NÃO[☐] Se sim, qual(is):

Se não, por quê?

ESPECIFICIDADES

a) Quais as dificuldades encontradas no território que interferem no funcionamento? (Ex: território tensionado?)
